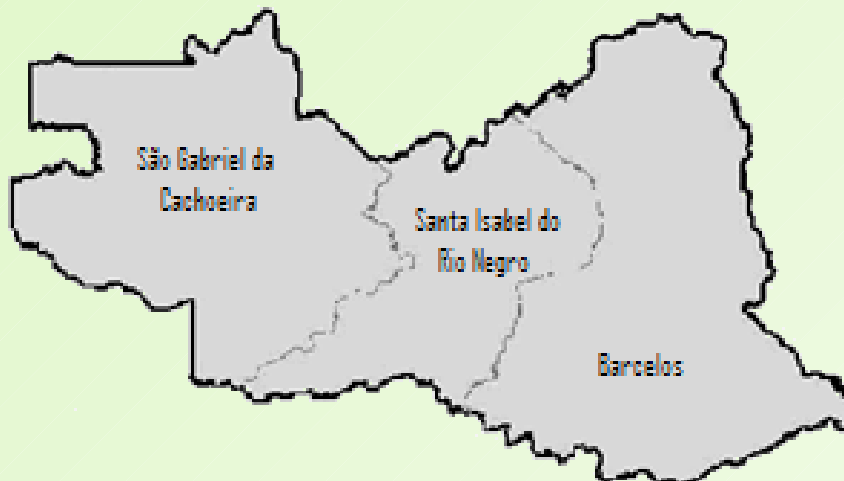




PLANO DE ETNODESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO RIO NEGRO DA CIDADANIA INDÍGENA

Território Rio Negro da Cidadania Indígena



Sumário

O TERRITÓRIO RIO NEGRO DA CIDADANIA INDÍGENA	
Apresentação.....	3
.....	5
Base Conceitual.....	13
.....	
Algumas Características do Território.....	19
	22
PARTE 1: O DIAGNÓSTICO	
	25
Aspectos Históricos.....	36
Aspectos Geoambientais.....	41
	46
População.....	56
.....	
Vida Cultural e Religiosa.....	66
	70
Aspectos Sociais, Organizacionais e Institucionais.....	90
	105
Educação.....	
.....	
Saúde e Saneamento.....	108
.	
	113
Estrutura Agrária.....	132
Aspectos Econômicos e Produtivos.....	
	134
Iniciativas e Projetos-Pilotos Produtivos.....	
Serviços de Apoio à Produção.....	
PARTE 2: O PLANO DE ETNODESENVOLVIMENTO	
Planejamento.....	

.....

Programas, Subprogramas, Projetos e
Ações.....

Sistema de Documentação, Monitoramento e Divulgação dos
Resultados.....

BIBLIOGRAFIA.....
.....

Apresentação

O Plano de Etnodesenvolvimento do Território Rio Negro da Cidadania Indígena consiste num esforço conjunto entre Governo Federal, Governos Municipais e população civil - estes últimos representados no Colegiado Territorial – em responder, através de políticas públicas abrangentes, aos principais problemas enfrentados na região do Alto e Médio Rio Negro, Estado do Amazonas. O Plano faz parte do Programa Territórios da Cidadania, que é uma iniciativa do Governo Federal de integração das políticas e ações federais voltadas para as populações de municípios brasileiros com características rurais.

O PTDRS constitui um importante instrumento de planejamento que prioriza ações que atendem aos interesses dos diversos atores sociais, partindo de um exercício coletivo de diagnóstico da realidade territorial. A pactuação de interesses é a base para a formação de alianças e parcerias, fundamentais para fortalecimento do capital social (MDA, 2005). Trata-se de uma tarefa bastante difícil, uma vez que envolve atores sociais que historicamente trabalham com um enfoque fragmentado. Isso exige um grande esforço no sentido de fomentar o diálogo e a inclusão das populações locais na estratégia de conservação e desenvolvimento, especialmente aquelas tradicionalmente marginalizadas, como os agricultores familiares, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e povos indígenas.

A elaboração do Plano de Etnodesenvolvimento do Território Rio Negro da Cidadania Indígena, teve início durante reunião realizada no dia 05 de dezembro de 2008, no Ministério da Casa Civil, em Brasília, e da qual participaram Casa Civil, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial, FUNASA e FUNAI. Segundo a metodologia adotada, após a definição das ações prioritárias, os Ministérios que coordenam a ação contatam os demais Ministérios que serão envolvidos, num esforço de adaptação da sua ação no Território às demandas elencadas no PTDRS. Baseado em debates territoriais, foram definidos os eixos principais para atuação do PTDRS do Território da Cidadania Indígena, e que serão apresentados adiante. O Plano contempla ações que apresentarão resultados a curto e médio prazo, e cuja execução deve ser concluída em um espaço de tempo de 10 anos.

Em quatro oficinas de trabalho, em São Gabriel da Cachoeira (25 de fevereiro de 2009), em Barcelos (09 a 11 de maio de 2009), em Santa Isabel do Rio Negro (19 e 20 de maio) e novamente em Barcelos (04 a 06 de junho de 2009), foi produzido um documento intitulado “Diagnóstico dos Problemas Estratégicos e Programas e Projetos” que serviu como um documento de referência para a elaboração do Plano Territorial que foi intitulado de Plano de Etnodesenvolvimento do Território Rio Negro da Cidadania Indígena, por sua característica étnica bastante definida. Nessas oficinas os participantes dividiam-se em grupos de trabalho por município para facilitar a identificação dos principais problemas e projetos prioritários, seguindo-se de reuniões coletivas para a apresentação, discussão e validação das informações e proposições.

Na sede da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) em São Gabriel da Cachoeira, no período de 12 a 14 de agosto de 2009, com apoio de uma consultoria externa, foi realizada uma oficina, dirigida aos membros do Núcleo Diretivo e Técnico do Colegiado, para promover o nivelamento conceitual sobre três aspectos principais: Desenvolvimento Territorial, Etnodesenvolvimento e Gestão Social com ênfase nos componentes de monitoramento e avaliação.

A partir de outubro de 2009, com base nas informações produzidas nas oficinas de trabalho e com apoio de uma assessoria externa, iniciou-se um trabalho de sistematização que culminou na elaboração do Plano de Etnodesenvolvimento Rio Negro da Cidadania Indígena (este documento), o qual deverá ser, posteriormente, qualificado pelo Colegiado. É importante frisar que este Plano foi produzido a partir da

organização de informações secundárias que deverá ser completado com levantamentos e estudos de campo e com aportes técnicos dos membros do Colegiado.

Os materiais de maior referência para a elaboração do Plano foram produzidos pelo Instituto Socioambiental e FOIRN. Outras fontes também importantes de consulta foram os sites de instituições dos governos federal e estadual, como IBGE, Anuário Estatístico, IDAM, Secretaria de Planejamento do Amazonas, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Amazonas, Ministério de Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Portal da Amazônia, dentre outros.

Base Conceitual

Desenvolvimento Territorial

O desenvolvimento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais e povos indígenas vem passando por uma rápida evolução conceitual e metodológica. A necessidade de métodos participativos na elaboração de planos tem ficado clara a partir da análise de inúmeros fracassos de projetos de conservação e desenvolvimento rural no Brasil e outros países do Terceiro Mundo.

Em seu uso comum, o termo "participação" tem sido apropriado em diferentes situações para objetivos e intenções também bastante diversos. Existem algumas tipologias que classificam a participação em diferentes níveis de envolvimento, que vai desde o uso cosmético (utilizado como "chamariz" para financiadores) até processos bastante inclusivos¹. Se por um lado essas tipologias ajudam a quebrar o raciocínio simplista sobre participação, evidenciando o seu mau uso, por outro lado sugerem erroneamente que é desejável sempre o maior nível de participação de todos aqueles envolvidos nos programas e projetos em suas diferentes etapas e processos.

¹ Existem basicamente três formas de uso do termo "participativo" em projetos desenvolvimento. Primeiro é o uso como um cosmético, para tornar um projeto qualquer mais atraente. O segundo uso é uma abordagem prática, de cooptação, para mobilizar o trabalho e conhecimento local e assim, reduzir os custos do projeto, isso significa que as comunidades locais participam do projeto. E a terceira forma é um processo de transferência de poder, capacitando as comunidades locais para fazerem suas próprias análises, ganharem confiança, assumirem o comando e tomarem suas próprias decisões. Conceitualmente significa que "nós" participamos do projeto "deles" (CHAMBRES, 1995).

É importante considerar que cada instituição, grupo ou pessoa envolvida nos projetos tem prioridades, competências, expectativas e envolvimento diferenciados. Isso implica também uma participação em diferentes níveis tanto no planejamento como no desenvolvimento e monitoramento das atividades de cada projeto. Nesse sentido, a abordagem territorial é inovadora na medida em que concebe o desenvolvimento em diferentes escalas espaciais e considera os diferentes interesses, necessidades, capacidades e conflitos dos atores sociais envolvidos.

Nos fins da década de 1970, agências de desenvolvimento internacional e grupos de investidores começaram a patrocinar uma segunda geração de planos e programas em resposta ao fracasso de projetos “de cima para baixo”, conduzidos na década de 1960 e 1970, especialmente por agências governamentais (THOMSON & FREUDENBERG, 1997).

Entretanto, o conceito e aplicação de processos participativos em programas e planos de desenvolvimento em países do Terceiro Mundo ganhou força a partir da década de 1990, em virtude de vários fatores, especialmente do agravamento da pobreza e degradação ambiental. Nessa época, Organismos de cooperação internacional desenvolveram uma série de métodos e estratégias participativas para promover o desenvolvimento de comunidades rurais (NELSON & WRIGHTS, 1995). Recentemente, universidades, ONGs, agências governamentais começaram a apoiar iniciativas que promovem a participação das populações locais nos projetos de desenvolvimento e conservação dos recursos naturais (SLOCUM & THOMAS-SLAYTER, 1995).

A abordagem territorial deve ser entendida como um exercício endógeno que se realiza por meio da conexão local/global, cujo principal instrumento é o planejamento estratégico participativo, capaz de lidar com os diversos conflitos e interesses (SANTOS & MARSCHNER, 2008) e de incorporar, para além da dimensão econômica, questões socioculturais, políticas e ambientais. Essa nova visão se contrapõe à concepção convencional de desenvolvimento que sempre foi visto como um processo que chega a uma região ou desce de esferas superiores sob a forma de investimentos públicos ou instalação de empresas privadas.

Segue abaixo um quadro que compara as principais características das abordagens de desenvolvimento adotadas no Brasil, desde os anos de 1970:

Tabela 1 - Principais Características das Abordagens de Desenvolvimento Adotadas no Brasil

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO ADOTADAS NO BRASIL			
1970	1980	1990	2000
<ul style="list-style-type: none"> • Apropriação estatal dos espaços de uso comum (rural vazio); • Grandes projetos governamentais com objetivo de “integração” nacional da Amazônia • Projetos governamentais “de cima para baixo”; • Degradação dos recursos naturais; • Criação das Unidades de Conservação (“natureza intocada”); • Expulsão e a restrição de acesso e uso dos recursos às populações locais; • “fim do índio” era lugar comum. 	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de redemocratização do país/políticas municipalizadas; • Abordagem setorial de desenvolvimento; • Organização da sociedade civil; • Política de substituição do Estado; • Demarcação e proteção das Terras Indígenas; • Constituição de 1988 reconhece o direito à diferença cultural • Metodologias participativas; • Etnociência questiona o discurso universalista de desenvolvimento; • Descolonização do conhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Debates e estudos sobre desenvolvimento (degradação dos RN); • Desenvolvimento regional; • Gestão local dos espaços coletivos; • Criação das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável; • Titulação das terras quilombolas; • Métodos participativos e projetos demonstrativos; • Vínculo entre conservação e Terras Indígenas; • Incentivos internacionais para o desenvolvimento de programas voltados para os povos indígenas (PPTAL, PDPI – PPG-7) 	<ul style="list-style-type: none"> • Operacionalização dos conceitos de territorialidade; • Conexão entre local/global; • Gestão compartilhada ; • Parcerias entre ONGs, comunidades, empresas e Governo; • Abordagens etnoecológicas na gestão territorial; • Projetos do Governo: Avança Brasil, PAC, Plano Amazônia Sustentável e Territórios da Cidadania

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável “deve integrar uma visão mais ampla do território, projetando todas as ações necessárias ao seu processo de desenvolvimento sustentável, independentemente das fontes de financiamento ou parcerias a serem formadas, sejam elas de natureza pública ou privada, dentro ou fora do espaço territorial. O importante é que seja um instrumento auxiliar de gestão social que permita aos atores sociais e ao Estado negociar técnica e politicamente com todas as instâncias a viabilização das ações projetadas.”²

Segundo Buarque (1986) “o território pode ser visto como um espaço que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados. O território não se limita a uma simples demarcação geográfica ou político-administrativa, traçada de forma mais ou menos arbitrária ou como reflexo de interesses políticos, mas só existe enquanto articulação e relação com outros espaços ou formações socioculturais.” Duncan e Guimarães (2003), consideram o território como um determinado espaço – não necessariamente contínuo – e a uma determinada concentração de população, onde se examinam as unidades ambientais, os recursos naturais, as atividades econômicas, as infra-estruturas econômica e social, as relações sociais, os domínios institucionais, e os limites políticos.

Tabela 2: Características dos Modelos de Desenvolvimento

Características	Desenvolvimento de “cima para baixo”	Desenvolvimento endógeno (Territorial)
Princípio-chave	Economia de escala e distribuição desigual de recursos e benefícios	Arranjos locais (produtivos, naturais e sociais)
Força dinâmica	Espaço urbano é o centro da dinâmica econômica (produtos, serviços e conhecimentos)	Empreendedorismo, atividades rurais não-agrícolas (empresas e iniciativas)
Situação e função das áreas rurais	Isolado. Subordinação do espaço rural ao urbano	Integrado. Diversificação das economias e serviços rurais
Problemas de desenvolvimento	Concentração e exclusão social	Maior complexidade nos processos decisórios (maior tempo, conhecimento e recurso)

² PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Guia para o Planejamento. DOCUMENTO DE APOIO N° 02. Publicado pela SDT/MDA em outubro de 2005.

Foco do desenvolvimento	Na economia. Gestão centralizada e ações pulverizadas	Nos recursos produtivos, sociais, culturais, técnicos e ambientais. Gestão descentralizada e ações concentradas
Conhecimento	Hegemonia do conhecimento técnico-científico	Diálogo entre o conhecimento técnico-científico e local/trad.
Poder	Redes verticais de poder (centros de decisão afastados do local de ação)	Redes horizontais de poder

Deixando para segundo plano os limites e atributos geográficos e de tamanhos que dominavam as teorias e práticas relacionadas com a regionalização, BOISIER (1992:136) considera que os atores que passam a ser sujeito de seu próprio desenvolvimento e os territórios organizados deixam de ser o simples produto das relações sociais de produção para se transformar, em “agente” ou “sujeito” de seu próprio desenvolvimento, o qual passa a ser mais endógeno e mais eqüitativo, sem ser autárquico uma vez que plenamente inserido no mundo globalizado. Segue abaixo um quadro que compara os estilos de desenvolvimento “de cima para baixo” e o territorial.

Diante dessas referências teóricas, a conceituação aqui adotada é o do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, que considera território como: “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA/SDT, 2005)”.

Anos de experiência com projetos de desenvolvimento comprovam, no entanto, que a capacidade de auto-organização local, a riqueza do capital social, a participação cidadã e o sentimento de apropriação do processo de desenvolvimento pela comunidade são elementos vitais em sua consolidação. O desenvolvimento não é, meramente, um conjunto de projetos voltados ao crescimento econômico. É uma dinâmica cultural e política que transforma a vida social.

Nesse sentido, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial/SDT, propôs um Programa de Governo voltado para o desenvolvimento regional, aglutinando municípios em todo o território nacional que tivessem similaridade em identidade regional, e assim criou-se em todo o Brasil 120 Territórios da Cidadania. Idealiza-se que com essa estratégia os municípios tenham maior acesso às políticas públicas, além de orientar o legislativo na formulação de novas políticas que integrem e promovam o desenvolvimento das comunidades.

Etnodesenvolvimento

Há muitas maneiras de conceitualizar o etnodesenvolvimento sendo que cada uma delas leva consigo um conjunto de valores e culturais. A análise apresentada aqui propõe que o foco central esteja voltado para os interesses e reivindicações políticas dos grupos étnicos, quando inseridos em programas de desenvolvimento. Isso significa que a autonomia e identidade de um povo exigem um alto grau de controle sobre as decisões que afetam a sua vida, incluindo os recursos naturais de seu território; os recursos culturais, como língua e organização social; sistemas de manejo; sistemas educacionais; valorização e fortalecimento dos saberes locais (LITTLE, 2002).

A capacidade dos povos indígenas de resistir, de fazer notar a sua presença ao questionar e buscar alternativas não reside apenas no aspecto econômico, pois quando reclamam por escolas, estradas e postos de saúde, buscam a cidadania, fazendo-se respeitar pela sua existência. Portanto, suas reivindicações não se restringem ao plano da economicidade, mas abrange as subjetividades. Isso significa que os afrontamentos não são apenas de ordem econômica e territorial; eles se manifestam no reconhecimento do valor da existência (COSTA, 2006).

Além desses aspectos, é importante considerar que na implementação de processos de *etnodesenvolvimento* existem duas forças em constante tensão: autonomia cultural/tradição e integração/mudança. Até que ponto essas duas forças são compatíveis?

Segundo Santos (2006), o desafio é possibilitar que os próprios povos definam o limite e a dinâmica de sua integração na sociedade envolvente. Segundo o autor, os programas e projetos representam uma possibilidade dos povos indígenas saírem da invisibilidade, imposta pelo processo colonial e pós-colonial. Para isso, os projetos de etnodesenvolvimento devem tratar de questões como, direito à terra, à saúde, à educação e à auto-sustentação, e devem fazer parte da estratégia dos índios de apropriação dos instrumentos de poder da sociedade moderna a favor de seus interesses presentes e futuros.

Little (2002) alerta para os perigos existentes quando são postos em andamento projetos inicialmente foram idealizados segundo a perspectiva de Etnodesenvolvimento:

- Cooptação do grupo étnico por instituições externas: quando os grupos locais são inseridos nas estruturas econômicas e políticas de tal forma que perdem o controle e o poder de atuação própria; situação que é contrária aos princípios de autonomia cultural;
- Projetismo: quando as atividades são transformadas em projetos para o seu financiamento por programas governamentais, criando modelos burocráticos de gestão social e;
- Paternalismo: quando organizações externas exercem monopólios sobre os contatos dos grupos locais com entidades que funcionam em outros níveis de integração social, criando fortes vínculos de dependência.

Para as lideranças do Território Rio Negro da Cidadania Indígena os projetos, programas e planos são instrumentos de planejamento e decisão importantes que devem respeitar e se adequar aos seus sistemas de organização social, política, religiosa e econômica, de modo a articular horizontes socioculturais tão diversos e às vezes antagônicos, como por exemplo a fabricação de artesanatos para atender a lógica de mercado. Segundo Santos (2006), as tradições culturais tendem a enquadrar o desenvolvimento dos projetos e os comportamentos das lideranças que os gerenciam segundo seus critérios de racionalidade e operacionalidade (focalizando o presente, por exemplo), enquanto os formuladores e os financiadores procuram projetar as ações para o futuro, na perspectiva dos interesses e dos modos de vida da sociedade moderna. Por isso é necessário ter clara consciência das limitações que

são impostas na articulação de cosmovisões tão distintas sem, contudo, desconsiderar as possibilidades e oportunidades que os projetos podem oferecer aos povos indígenas, a fim de fazerem avançar os seus atuais interesses e desejos.

Para Bonfil Batalla (1982), um dos precursores do conceito de etnodesenvolvimento na América Latina, as comunidades locais devem ser gestoras de seu próprio desenvolvimento. Para o autor o que diferencia o *etnodesenvolvimento* do Indigenismo participativo – que se define por uma política *com* os povos indígenas, e não *para* os povos indígenas, é que no *etnodesenvolvimento* não se leva somente em consideração suas opiniões, aspirações e interesses num processo de inclusão e participação, mas que são os povos indígenas – e unicamente eles – quem deve decidir sobre o seu destino histórico. Stavenhagen (1985) também aponta para a mesma direção e conclui que a implementação efetiva de programas e projetos segundo a perspectiva do etnodesenvolvimento exige uma completa revisão das políticas governamentais indigenistas conduzidas pela maioria dos Estados nacionais até então orientadas por modelos marcadamente assistencialistas.

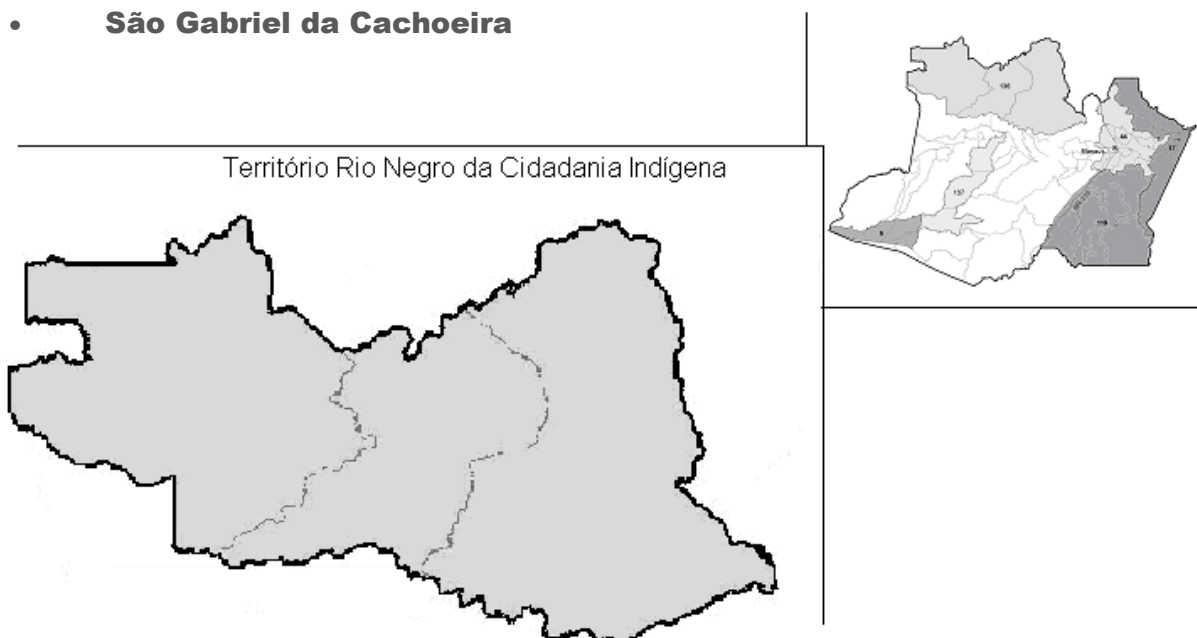
Para Santos (2006) a grande questão que se coloca no campo interétnico é deixar que os índios sejam sujeitos efetivos de suas decisões, mas para que esta decisão seja qualificada, deve ser tomada com base em uma ampla compreensão da complexidade do contexto histórico-social em que ela ocorre. E isto parece ser a tarefa dos aliados, das assessorias, dos parceiros no âmbito do desenvolvimento dos projetos e programas. O autor ressalta que o importante é garantir que o domínio e a apropriação dos instrumentos estratégicos de poder da sociedade moderna por parte dos povos indígenas ocorram adequadamente e que os mesmos possam aproveitar as possibilidades e as oportunidades oferecidas pelos projetos, sabendo distinguir os benefícios a eles oferecidos.

O TERRITÓRIO RIO NEGRO DA CIDADANIA INDÍGENA

Algumas Características

O Território do Rio Negro da Cidadania Indígena foi homologado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável no final de 2007 e começou a ser apoiado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial em 2008. É composto por três municípios, sendo eles:

- **Barcelos**
- **Santa Izabel do Rio Negro**
- **São Gabriel da Cachoeira**



A área do território é de 295.917,10 km², o que representa 35% da área total do estado do Amazonas. O território tem uma população de 80.617 pessoas, das quais 67% são indígenas (40.000 pessoas), distribuídos em 13 Terras Indígenas além das sedes municipais (IBGE Cidades, 2007). Entre os povos indígenas do Território Alto Rio Negro estão os Tukano, Baré, Ticuna, Tuyuca, Baniwa, Arapaso, Kuripaco, Desana, Kubeo, Maku, Makuna, Miriti-Tapuya, Piratapuya, Tariano, Wanano, Warekena, Yanomami.

Os índices sociais do Território Rio Negro da Cidadania Indígena estão bem abaixo da média nacional, com o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Médio) variando de 0,55 (em Santa Isabel do Rio Negro) a 0,67 (em São Gabriel da Cachoeira). O IDHM-Renda é ainda menor, chegando a 0,45 em Santa Isabel do Rio Negro. Em média, 43,3% da população dos municípios estão na incidência de pobreza (IBGE Cidades, 2007).

O Colegiado Territorial

As ações do Governo Federal no Território Rio Negro da Cidadania Indígena foram iniciadas com a implantação do Programa Territórios da Cidadania, em fevereiro de 2008. Após algumas reuniões e oficinas de trabalho, realizadas entre o início de 2008 e meados de 2009, definiu-se que as atribuições do Colegiado Territorial são:

- Elaborar, exercer o controle social do Plano de Etnodesenvolvimento do Território Rio Negro da Cidadania Indígena;
- Promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais (saúde, educação, meio ambiente etc);
- Contribuir para a definição priorização e qualificação de programas, projetos e ações para atender as demandas do Território;
- Dar ampla divulgação das ações do Plano de Etnodesenvolvimento do Território Rio Negro da Cidadania Indígena.

Para definir a composição do Colegiado formou-se um Grupo de Trabalho que selecionou os seguintes critérios:

- Paridade entre instituições governamentais e não-governamentais;
- Da parte do Governo o compromisso de incluir instituições comprometidas com as questões indígenas;
- Da parte da sociedade civil, o compromisso de incluir os setores organizados comprometidos com o processo;
- A inclusão majoritária dos representantes indígenas;
- A inclusão dos representantes quilombolas de Barcelos;
- Considerar que os Yanomami perpassam os três municípios;
- Garantir o balanço de gênero;
- Considerar as diferenças entre os três municípios em termos de população e mobilização;

- A quantidade de membros do Colegiado deve ser suficiente para as funções que deve cumprir.

Desde agosto de 2009, o Colegiado Territorial do Rio Negro da Cidadania Indígena é composto por 36 instituições dos três municípios, das quais metade é representante de sociedade civil e a outra metade do poder público, conforme mostra o quadro em anexo.

Segue abaixo as instâncias do Colegiado Territorial, suas atribuições e composições:

1. Plenária:

Órgão colegiado superior, ao qual competem todas as decisões estratégicas ligadas ao processo de etnodesenvolvimento territorial. Possui poder deliberativo e composição paritária entre o poder público e sociedade civil.

2. Núcleo Diretivo:

Atribuições:

- Orientar a condução dos programas, projetos e planos, com base nos princípios do Etnodesenvolvimento;
- Propor eixos orientadores para os planos e projetos estratégicos a serem homologados pela Plenária
- Fortalecer as articulações entre as entidades do Território;
- Articular com o Comitê Estadual do Programa, quando necessário, o apoio a implementação de programas de ações demandados pelo Território;
- Promover articulações institucionais orientadas para o etnodesenvolvimento territorial e local;
- Acompanhar a implementação dos planos e projetos territoriais;
- Incentivar o compartilhamento de responsabilidades e de estratégias entre os atores sociais do Território, a formação de parcerias e a atuação solidária visando a coesão social e territorial;
- Manter a coordenação colegiada, bem como as diversas instituições do poder público e da sociedade civil presentes e ativas, no âmbito do Território, informadas sobre a implementação dos projetos territoriais.

Composição:

- Secretaria de Educação de Barcelos – Emerson Rocha
- IDAM de Santa Isabel do Rio Negro – Antônio Carlos da Motta Filho – “Rico”
- Diocese do Rio Negro –Salomão Aquino – “Conde”

- Articulador Territorial - Hernane Vaz de Abreu - coordenador

2. Núcleo Técnico:

Atribuições:

- Apoiar a elaboração de estudos, projetos, diagnósticos e análises de acordo com as demandas do Território;
- Participar da elaboração de proposta de ata de reunião do Colegiado;
- Apoiar a elaboração do Plano de Etnodesenvolvimento do Território;
- Emitir pareceres sobre os relatórios de atividades das instituições executoras de programas, projetos e planos.

Composição:

- IFAM/São Gabriel da Cachoeira - Instituto Federal de Ensino Superior do Amazonas – Campus de São Gabriel da Cachoeira
- FUNAI – São Gabriel da Cachoeira
- Instituto Socioambiental - ISA
- IDAM
- SEIND
- SEBRAE

3. Secretaria Executiva:

Atribuições:

- Organizar eventos de interesse do Território;
- Acompanhar a gestão financeira e a prestação de contas dos recursos destinados ao funcionamento das atividades de mobilização territorial;
- Participar das reuniões do Núcleo Diretivo e Plenária do Colegiado para prestar informações e esclarecimentos e dar suporte técnico;
- Responsabilizar-se por redigir e encaminhar documentos como cartas, ofícios, atas, relatórios, dentre outros, demandados pelo Núcleo Diretivo e pela Plenária.

Composição:

Definiu-se que a Plenária do colegiado fará três reuniões anuais, a Secretaria Executiva fará uma reunião mensal, o Núcleo Diretivo fará uma reunião mensal, e o Núcleo Técnico se reunirá conforme houver necessidade.

É importante frisar que o PTDRS tem sido construído de forma participativa pelo Colegiado de forma a garantir a gestão social do desenvolvimento territorial. No entanto, é preciso que o PTDRS se transforme verdadeiramente em um instrumento de planejamento e de decisão política sobre o futuro do Território, o que exige que o mesmo seja gradualmente apropriado por todos os atores territoriais.

O PTDRS elaborado e qualificado deverá expressar o conhecimento e visão de futuro dos atores locais e seu esforço conjunto de apontar e alavancar iniciativas locais em sintonia com os princípios do desenvolvimento sustentável, criando condições para o acesso às oportunidades tanto privadas e públicas, especialmente dos setores sociais mais marginalizados. Em relação às oportunidades públicas o PTDRS deve absorver os investimentos ofertados tanto nas instâncias federais, estaduais como nas municipais de modo a criar um sinergismo entre elas (MDA, 2009).

PARTE 1

O DIAGNÓSTICO

Aspectos Históricos

Séculos XVII E XVIII

A história do contato dos povos indígenas do Rio Negro com os brancos começou no século XVI, embora somente em 1639 a região tenha sido pesquisada com mais profundidade. Nesse período os povos indígenas do Rio Negro, sobretudo os do baixo e médio curso do rio, mantiveram os primeiros contatos diretos com os brancos, principalmente com os portugueses que penetravam no Rio Negro à caça de escravos. Também nesse período os povos do Alto Rio Negro teriam entrado em contato, via comércio intertribal de objetos da cultura européia, sem mesmo antes de tê-los vistos.

A partir de meados do século XVII, em virtude do decréscimo da população indígena no Baixo Amazonas, conseqüência das epidemias de varíola e da escravização, sobreveio uma enorme carência de mão-de-obra para executar trabalhos nas fazendas e na coleta das "drogas do sertão". Os colonos e missionários passaram, então, a incursionar pelo sertão do Rio Negro e Amazonas, capturando escravos índios e massacrando os que resistiam: eram as "tropas de resgate" e as "guerras justas".

Na primeira metade do século XVIII os portugueses conseguiram alcançar a região do Alto Rio Negro e de seus principais afluentes, como o Uaupés, o Içana e o Xié. Nesse período, os Carmelitas instalaram aldeamentos até o Alto Rio Negro, nas proximidades da atual cidade de São Gabriel da Cachoeira. O comércio de escravos ficou tão intenso que estima-se que nesse período cerca de 20 mil índios foram apresados e levados do Alto Rio Negro para trabalhar nas fazendas de Belém e São Luís do Maranhão.

Na segunda metade do século XVIII, o governo português, sob a direção do Marquês de Pombal, retirou o "poder temporal" dos missionários. Eles perderam o controle da administração das aldeias, que então passaram a ser dirigidas por colonos, civis ou militares, que também ganharam o título de "diretores dos índios". Nessa época as aldeias mais prósperas foram elevadas à categoria de povoados ou de vilas, recebendo um nome português, muitas vezes o de um santo.

Com base nas fortalezas construídas em 1763 em São Gabriel e em São José de Marabitanas, exploradores militares portugueses fizeram exaustivas viagens pelos afluentes superiores do Rio Negro, uma região estratégica, por estar situada na faixa de fronteira entre os impérios coloniais de Portugal e Espanha, sobretudo após a assinatura, em 1750, do Tratado de Madri. Para os povos indígenas, esse período significou o devassamento quase completo de seu território pelos militares portugueses, e também o aumento da depopulação das aldeias em decorrência dos "descimentos", uma forma de escravidão velada que levava os índios para trabalharem nas embarcações e na agricultura dos brancos.

Século XIX

Desde o início do século XIX, a região do Rio Negro foi colonizada pelos missionários carmelitas, capuchinhos e pelos franciscanos, os quais tiveram forte participação, juntamente com militares, na repressão aos índios e na exploração de seu trabalho, principalmente no extrativismo. Suas ações foram contemporâneas à invasão de comerciantes, ditos regatões, no Rio Negro marcada, muitas vezes, pela violência. Nessa época os franciscanos controlavam os regatões que somente podiam comerciar com os índios com sua autorização.

Em meados do século XIX houve um esvaziamento populacional da bacia do Rio Negro, especialmente das comunidades indígenas do alto curso do rio em decorrência de vários fatores, dentre eles: a retomada militar na região, provocando um recrudescimento das relações entre brancos e índios após o envolvimento dos índios na maior rebelião popular do Brasil, a Cabanagem que chegou até o alto Rio Negro; a incidência de várias epidemias de varíola e de sarampo, provocando a fuga em massa dos índios dos povoados e das vilas coloniais; uma forte campanha do governo da recém-criada Província do Amazonas para convencer os índios a deixarem as regiões recuadas e de difícil acesso para viver nos povoados ou nas vilas situadas nas margens dos rios maiores e em Manaus para se envolverem em trabalhos de construção; e o envolvimento dos índios na extração da borracha que então se iniciava no Médio e Baixo Rio Negro. Todas essas migrações eram feitas de forma forçosa e com uso, muitas vezes, de violência contra a população indígena.

Em algumas ocasiões, os índios se revoltavam contra este tipo de tratamento violento e efetuavam expedições vingativas contra os brancos. Estas revoltas se expressavam também através de movimentos religiosos, onde os líderes elaboraram as mais

variadas mensagens e ideologias messiânicas, e organizavam rituais e cerimônias expressando as esperanças milenárias dos povos. Alguns deles pregavam a libertação da opressão política e econômica dos brancos. Costumavam anunciar a chegada de missionários que os protegeriam dos patrões, dos militares e dos comerciantes e proclamavam ainda a chegada de uma nova ordem social, na qual os índios seriam os patrões e os brancos seus escravos. Houve vários outros movimentos deste tipo na região no início do século XX, alguns reprimidos com violência pelos militares.

Século XX

A decadência do extrativismo e de seus patrões ao longo do século XX foi acompanhada pela instalação de centros missionários com a chegada dos salesianos. Depois de grandes genocídios no período colonial, a população indígena manteve-se mais concentrada nos altos cursos dos rios. A ação dos missionários se, por um lado, significou uma redução dos abusos dos patrões que até então predominavam, por outro lado, criou um estado de submissão e de temor nos povos indígenas para implementar seu projeto, supostamente "civilizador", que demonstrava um profundo menosprezo pelas formas de organização e pensamento dos índios, dizimando as manifestações culturais destes povos, como por exemplo a difamação e a ridicularização das atividades dos pajés locais. Mais tarde, na década de 1940, os missionários evangélicos norte-americanos da Missão Novas Tribos (MNT), liderados por Sophia Müller iniciaram suas incursões no médio e alto Rio Negro, surgindo, assim surgiu a separação entre índios católicos e evangélicos, que continua até hoje.

De qualquer forma, em razão da sua instalação permanente no Alto Rio Negro, e devido ao fato de constituírem, neste período, a única infra-estrutura de assistência aos índios, as missões salesianas ampliaram pouco a pouco suas atividades, passando a assumir, por um período, o controle sanitário, da educação e do comércio na região. Ajudaram a controlar a situação de exploração dos índios, mas com efeitos mínimos no Içana, onde sua presença direta só ocorreu a partir dos anos 1950.

A década de 1970 foi um marco importante para a história recente da Amazônia brasileira. O governo federal, então controlado pelos militares, anunciou publicamente o Plano de Integração Nacional, que incluía um programa de obras de infra-estrutura com o objetivo de integrar geopoliticamente a região ao resto do país, com efeitos também na região do Alto Rio Negro. Entre 1972 e 1975 seus primeiros efeitos apareceram com a instalação de postos da FUNAI e trabalhadores de empresas

contratadas para a abertura da BR-307 (ligação entre São Gabriel e Cucuí) e de um trecho da rodovia Perimetral Norte (BR-210), hoje abandonada. A partir dos anos de 1980, considerada fronteira geopolítica estratégica, a região do Alto Rio Negro assistiu a instalação progressiva de unidades de fronteira do Exército com a chegada de militares do Batalhão de Engenharia e Construção que teve um grande impulso com o Programa Calha Norte.

Na década de 1980, foi descoberto ouro na Serra do Traíra por índios Tukano do Tiquié, dando início a uma "febre" que se alastrou por vários pontos da região, deslocando índios e atraindo garimpeiros de outras partes do país e moradores de São Gabriel e, em seguida, empresas de mineração, que invadiram a Serra do Traíra e a região do Alto Içana. Dentre vários impactos, ocorreu um rápido crescimento da população da cidade de São Gabriel da Cachoeira que duplicou em menos de dez anos. Nesse período, o "inchaço" de São Gabriel também se deveu, em parte, ao fato de que, privadas dos internatos, fechados na década de 1980, muitas famílias tiveram que "abrir" casas na cidade para abrigar seus filhos durante o ano letivo.

Como reação à invasão de seus territórios ancestrais, na década de 1980, a população indígena se organizou para obter o seu controle e gerenciamento, reivindicando a criação áreas contínuas de terras indígenas. Na década de 1990, com a conquista de seus direitos com a demarcação e regularização das terras indígenas, os povos indígenas se engajaram em projetos-pilotos com alto potencial de demonstração em vários aspectos de suas vidas diárias, como saúde, educação, organização, atividades produtivas sustentáveis, resgate cultural etc.

Aspectos Geoambientais

A região do Rio Negro compreende a maior bacia de águas pretas do mundo - uma das mais importantes da Amazônia. A região é constituída por um mosaico de formações florestais únicas, parcialmente protegidas por terras indígenas e unidades de conservação ambiental. Um grande diferencial dessa região é o relevo do maciço das Guianas, caracterizado por séries de cadeias montanhosas que conferem particular beleza à paisagem regional.

Hidrografia

O Rio Negro se caracteriza pelo principal canal do sistema hidrológico do território com 370 km aproximadamente. Porém destacam-se outros rios (todos afluentes do Rio Negro) de grande importância na região. Em sua maioria, os rios que compõem o sistema médio e alto rio Negro são caracterizados por rio com coloração escura como o próprio nome indica, e na sua grande maioria com águas ácidas, deficiente em nutrientes, com valores de pH entre 3,8 e 4,9. Esta elevada acidez deve-se à presença de grandes quantidades de substâncias orgânicas dissolvidas, provenientes da drenagem de solos arenosos. Por isso, do ponto de vista das limitações ecológicas, as regiões dos rios de água preta são associadas, geralmente, a solos podzólicos, os mais frágeis da Amazônia.

A pobreza em nutrientes dos rios de águas pretas influi na vida dos peixes que, para se sustentar, obtêm a maior parte de sua alimentação de matéria orgânica oriunda principalmente das margens dos rios (vários tipos de insetos, frutas, flores, folhas e sementes). O contrário acontece nos rios de águas brancas, que são ricos em nutrientes, como é o caso do Amazonas e do Solimões. Estas condições do ambiente fluvial também influenciam na composição das espécies de peixes. Apesar de algumas de grande porte, como o pirarucu, os rios da bacia do Rio Negro se caracterizam por um grande número de espécies menores, cada qual com um pequeno número de indivíduos.

No seu alto curso, o Rio Negro recebe, pela margem direita, os rios Içana e Uaupés. Abrange também o Rio Apaporis e seus afluentes, tributário quase inteiramente do Rio Caquetá, uma vez que desemboca neste último após marcar um pequeno trecho da fronteira com o Brasil. Daí para baixo, o Caquetá passa a denominar-se Japurá. Depois do Rio Branco, o Uaupés é o maior tributário do Rio Negro e, em seu curso, também recebe as águas de outros grandes rios, como o Tiquié, o Papuri, o Querari e o Cuduiari. Acima da foz do Uaupés fica a área formada pelo Rio Xié. Na região do médio Rio Negro os principais rios são: Demeni (Água Branca), Aracá (Água Preta), Padaurí (Água Branca) e Jufarís (Água Preta), na margem esquerda e Quiuní (Água Preta), Caurés (Água Preta) e Uniní (Água Preta) na margem direita.

Todos esses rios constituem um importante sistema de organização que envolve uma série de elementos fundamentais para o entendimento do comportamento e modo de vida da população ribeirinha que faz dos rios um meio de sobrevivência. Existindo nesse sentido, uma forte relação entre as comunidades e o sistema hidrológico da região.

Vegetação

Os principais tipos de vegetação da região do Alto e Médio Rio Negro são: (i) floresta de terra firme, que ocupa terras mais altas e não inundáveis; (ii) campinarana ou caatinga amazônica, tipo de floresta baixa, arbustiva, variando entre seis e vinte metros, que cresce em solos arenosos e inundáveis quando ocorrem as chuvas mais fortes, sendo na sua forma mais pobre, constituída de arbustos mais baixos (três a sete metros) e esparsos, intercalados com vegetação rasteira; (iii) vegetação de igapó, que passa a maior parte do tempo inundada (de 7 a 10 meses por ano), possui um número menor de espécies, se comparada com a mata de terra firme, porém mais diversificada que a caatinga; e (iv) chavascal, área de vegetação localizada nas margens dos rios e que permanece inundada durante todo o tempo.



Essa diversidade de paisagens naturais tem uma relação direta com a distribuição e disponibilidade dos recursos naturais importantes para a vida das populações da região (caça, pesca, fibras e palhas para construção e utensílios etc). As áreas de caatinga amazônica, de igapós, além dos chavascais, são totalmente impróprias para as atividades agrícolas.

A caatinga do Rio Negro cobre a maior parte das Terras Indígenas demarcadas na região e seus solos são extremamente ácidos, arenosos e lixiviados. Apesar de uma

diversidade de espécies relativamente baixa, a caatinga apresenta, no entanto, altíssimo grau de endemismo. Suas espécies são consideradas um recurso genético de alto valor por constituírem exemplos de adaptação biológica em condições extremas. Os índios utilizam várias espécies da caatinga, mas em geral suas comunidades estão localizadas nas regiões de ocorrências de matas de terra firme, cujos solos permitem o aproveitamento agrícola. Por este motivo, há grandes extensões de terras no interior das áreas indígenas que não são habitadas, constituindo reservas de recursos vegetais e aquáticos. Por outro lado, a tendência à concentração da população e áreas de terra firme vem sendo reforçada há décadas pela intervenção de missionários e comerciantes, criando situações críticas do ponto de vista da sustentabilidade socioambiental.

Os igapós, onde os peixes desovam, são áreas de reconhecida produtividade pesqueira, sendo preservados para este fim pelos índios. Áreas de igapós são também ricas em cipós e seringa. Especialmente na região de Barcelos há grande ocorrência de piaçava que possui grande valor comercial. As matas e capoeiras das áreas de terra firme são ricas em plantas medicinais e espécies que produzem látex, como a maçaranduba, a seringa, a sorva, a balata etc., além de castanhais e espécies madeiras de grande valor comercial, como itaúba e maçaranduba. As áreas de capoeira também são valorizadas porque existem espécies cultivadas que continuam a dar frutos por muitos anos, como a pupunha, buriti, caju, cucura e outras.

População

A migração foi (e ainda é) uma característica determinante na história do Território da Cidadania Indígena do Rio Negro, uma vez que a economia, principal motor do processo migratório, estava baseada na exploração extrativista dos recursos naturais, com destaque para a exploração da borracha, que teve seu auge no período entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século seguinte. À medida que os recursos explorados em uma região tornavam-se escassos, os trabalhadores partiam em busca de locais mais fartos em recursos naturais. Além disso, a sazonalidade da produção exigia uma constante mobilidade das pessoas entre ambientes distintos e até entre regiões distantes geograficamente, e isso lhes possibilitava troca de

informações sobre oportunidades econômicas, a articulação de redes de sociabilidade e de parentesco, o que geralmente culminava em constantes migrações.

Na primeira metade do século XX, com a chegada dos missionários salesianos, iniciou-se um processo de instalação de grandes centros missionários em toda a região do Rio Negro. Os centros missionários mais densamente povoados progressivamente se transformaram em vilas, surgindo os aglomerados com características urbanas à margem esquerda do Rio Negro, formando as sedes de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.

Mais recentemente, a partir da década de 1980, houve um significativo processo migratório das comunidades indígenas para as sedes dos municípios do Território, processo estimulado por facilidades, como atendimento médico-hospitalar, educação escolar, emprego e programa municipal de distribuição de lotes residenciais. Esse processo de esvaziamento do interior e o inchaço das sedes municipais e também para nos núcleos urbanos como em Iauaretê e Pari-Cachoeira, no município de São Gabriel da Cachoeira tem sido responsável por sérios problemas, antes desconhecidos, como drogas, prostituição infantil, consumo de álcool e gravidez na adolescência, além do aumento crescente do desemprego.

Aspectos populacionais

O Território da Cidadania Rio Negro da Cidadania Indígena abrange uma área de 294.506,87 km² e é composto por três municípios: Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. A população total do território em 2000 era de 64.705 habitantes, dos quais 40.162 viviam na área rural, o que corresponde a 62,0 % do total (Tabela 3).

Tabela 3 – Demografia do Território Rio Negro da Cidadania Indígena

Tabela 1: Área e população residente do Território da Cidadania Indígena.

Municípios	Área (km ²)	Dens. Demog.	População residente (habitantes)			
			Total	Urbana	Rural	Estimat - 2007
São Gabriel da Cachoeira	109.184,90	0,3	29.947	12.373 (41,32 %)	17.574 (58,68 %)	39.129
Santa Isabel do Rio Negro	62.846,24	0,2	10.561	4.220 (39,96 %)	6.341 (60,04 %)	16.921
Barcelos	122.475,73	0,2	24.197	7.954 (32,87 %)	16.247 (67,13 %)	24.567
Tot. Território	294.506,87	0,23	64.705	24.547 (37,94%)	40.162 (62,06%)	
Tot. Estado	1.570.746	1,8	2.812.557	2.107.222	705.335	
%	18,75		2,3			

Fonte: Censo Demográfico (IBGE 2000), Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2000).

Com apenas três municípios, o Território atinge 18,75% da área total do Estado, quase um quinto de sua extensão. Barcelos é o maior município do Estado e do Brasil em extensão territorial e São Gabriel é o terceiro maior. Inversamente, em 2000, as densidades demográficas dos municípios que compõe o Território são as menores registradas no Estado do Amazonas e do Brasil, sendo que o Território contribui com apenas 2,3% da população estadual.

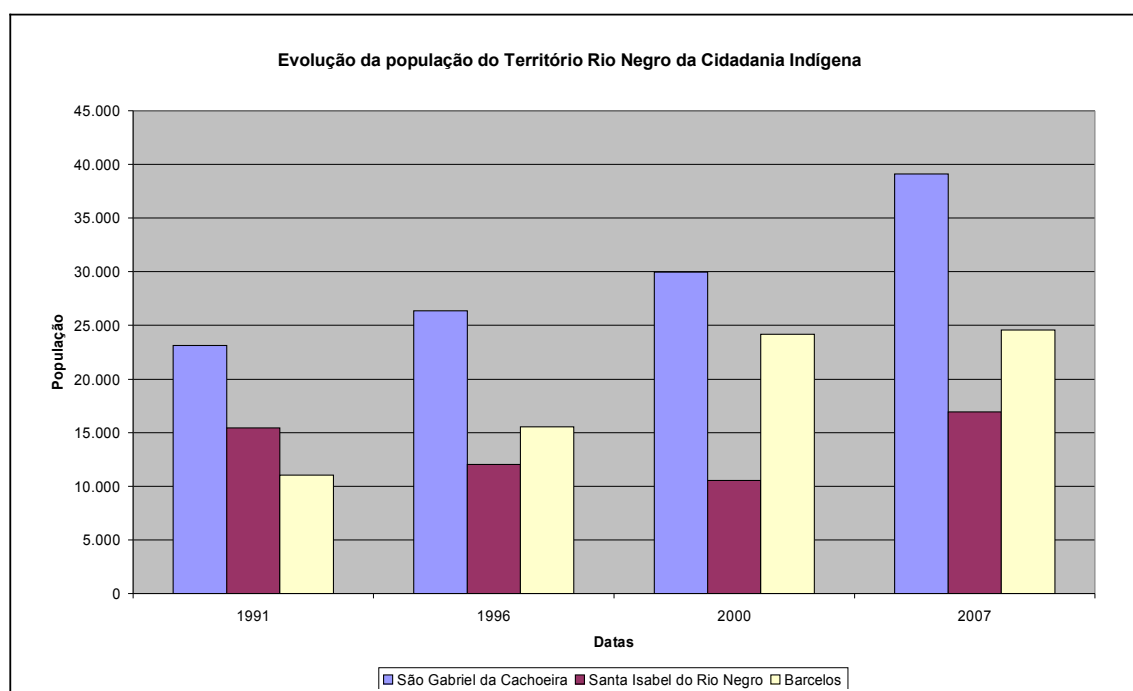
Em 2000, a população rural do Território era de 40.162 habitantes (62%), distribuída em mais de 700 povoações, desde pequenos sítios habitados por apenas um casal até grandes povoados e sítios espalhados pelos principais rios da região. As populações destes povoados e comunidades são majoritariamente indígenas e multiétnicas, resultado de uma longa história de contato dos grupos indígenas do Rio Negro com os diferentes agentes da colonização: missionários (jesuítas, carmelitas, salesianos e evangélicos), militares, comerciantes e trabalhadores oriundos de outras regiões do Brasil, que migraram para trabalhar nas “empresas” de balata, seringa, castanha e outros produtos.

Com exceção de Santa Isabel do Rio Negro que vivenciou períodos intensos de fluxos migratórios, a região teve um crescimento populacional expressivo durante as décadas de 1990 e 2000 (Tabela 4 e Gráfico 1). Especialmente em São Gabriel da Cachoeira esse aumento populacional ocorreu devido a três principais fatores: (a) estabelecimento de contingentes militares; (b) incremento de ensino, comércio e outros serviços; e (c) fluxo migratório das comunidades indígenas.

Tabela 4 - Evolução populacional da Cidadania Indígena do Rio Negro da Cidadania Indígena

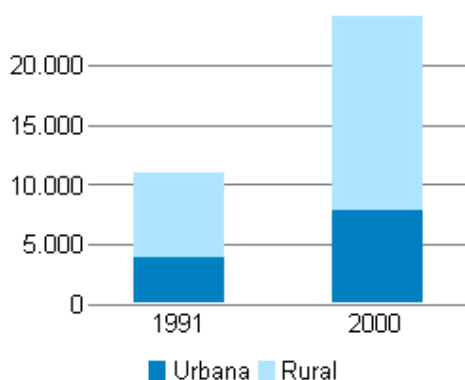
Municípios	Evolução Populacional			
	1991	1996	2000	2007
São Gabriel da Cachoeira	23.140	26.353	29.947	39.129
Santa Isabel do Rio Negro	15.421	12.028	10.561	16.921
Barcelos	11.035	15.541	24.197	24.567
Total Território				

Gráfico 1 – Evolução da população do Território Rio Negro da Cidadania Indígena.



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000

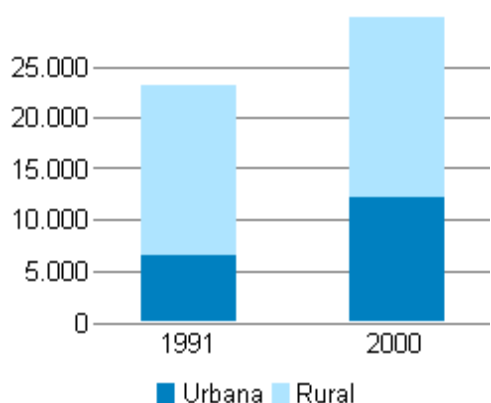
Gráfico 2 – População Total de Barcelos, 1991 a 2000
População Total, 1991 e 2000



No período de 1991-2000 a **população de Barcelos** teve uma taxa média de crescimento anual de 9,48%, passando de 11.035 habitantes em 1991 para 24.197 habitantes em 2000. A taxa de urbanização diminuiu 9,72, passando de 36,41% em 1991 para 32,87% em 2000.

Gráfico 3 – População Total de São Gabriel, 1991 a 2000

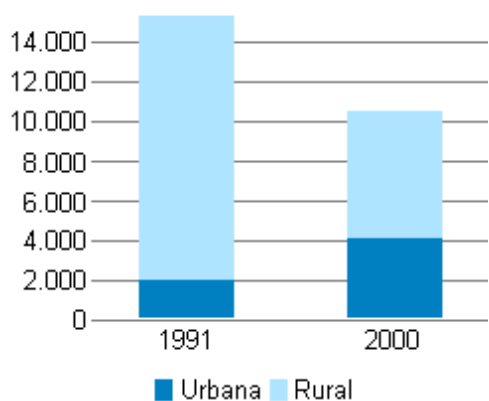
População Total, 1991 e 2000



No período de 1991 – 2000 a **população de São Gabriel da Cachoeira** teve uma taxa média de crescimento anual de 3,02%, passando de 23.140 habitantes em 1991 para 29.947 habitantes em 2000. A taxa de urbanização aumentou 39,88, passando de 29,54% em 1991 para 41,32% em 2000.

Gráfico 4 – População Total de Santa Isabel, 1991 a 2000

População Total, 1991 e 2000



No período de 1991 – 2000 a **população de Santa Isabel do Rio Negro** teve uma taxa média de crescimento anual de – 4,27%, passando de 15.421 habitantes em 1991 para 10.561 habitantes em 2000. A taxa de urbanização cresceu 192,87, passando de 13,64% em 1991 para 39,96% em 2000.

A região do Alto Rio Negro é habitada tradicionalmente há pelo menos dois mil anos por etnias que falam idiomas pertencentes a três famílias lingüísticas: Aruak, Maku e

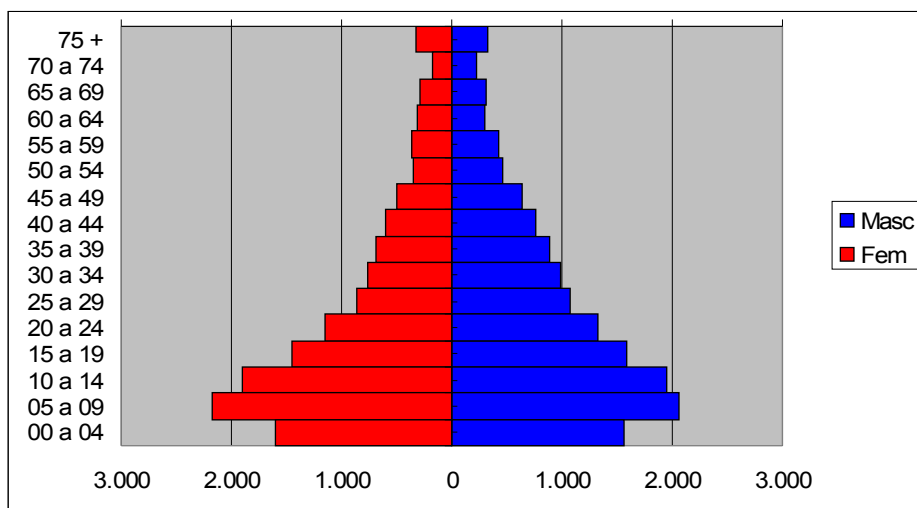
Tukano. Apesar do multilingüismo e de diferenças culturais, as 23 etnias presentes compõem uma mesma área cultural, articuladas numa rede de trocas com grande identidade cultural, organizacional e visão de mundo. Esta área cultural é, ainda, subdividida em etnias do Rio Içana; Etnias Maku; Etnias do Rio Uaupés; Etnias do Rio Xié e Alto Rio Negro.

A população do Médio Rio Negro de pouco mais de 40 mil habitantes (IBGE 2007) residente no médio Rio Negro apresenta uma grande diversidade social indígena e cabocla. A maioria da população indígena é da própria região e se identifica como Baré, mas há grupos tukano, tariana, baniwa e outros oriundos da região do Alto Rio Negro, principalmente do Uaupés, Içana e da própria calha do Rio Negro que há mais de uma década vêm reivindicando o reconhecimento e a garantia de seus direitos territoriais.

População indígena atual no Território

Em 2008, o censo da população indígena no Território, distribuído em faixas etárias, contabilizava 28.414 índios, incluindo os habitantes nas zonas rural e urbana, conforme mostra o quadro abaixo (Gráfico 5):

Gráfico 5: Censo da população indígena, distribuído em faixas etárias.



Fonte: IBGE - FUNASA, 2008.

Os maiores contingentes populacionais concentram-se nas faixas etárias de 5 a 9 anos de idade e de 10 a 14 anos de idade, com 4.233 e 3.853 crianças,

respectivamente. Até 19 anos de idade a população indígena totaliza 14.290, correspondendo a 50,3% da população total.

A população de mais de 60 anos perfaz um total de 2.276 habitantes, o que corresponde 8,0% do total. Outro parâmetro importante para dimensionar a população idosa de uma região é o índice de envelhecimento, que é o número de pessoas de 65 anos e mais de idade para cada 100 pessoas menores de 15 anos. No Território esse índice é de 14,38 (média aritmética).

Com relação à composição de gênero, a população indígena está distribuída da seguinte forma: 52,45% do total correspondem à população masculina que totaliza 14.902 habitantes e 47,55% correspondem à população feminina, com um total de 13.512 habitantes.

São Gabriel da Cachoeira

O município de São Gabriel da Cachoeira é considerado o mais indígena do país, com mais de 80% da população identificando-se como índios. A maior parte desses habitantes é constituída por várias etnias indígenas, dentre elas: os Arapasos, Baniwas, Barasanas, Barés, Desanas, Hupdas, Karapanãs, Kubeos, Kuripakos, Makunas, Miriti-tapuyas, Nadobs, Pira-tapuyas, Potiguás, Sirianos, Taiwanos, Tarianas, Tukanos, Tuyukas, Wananas, Werekenas e Yanomamis. É o município que possui a maior concentração de diferentes etnias indígenas do país.

As diversas comunidades indígenas distribuem-se nos bairros da sede municipal de São Gabriel da Cachoeira, especialmente os mais periféricos; no núcleo urbano de Iauaretê e ao longo dos rios que cortam o município como o Uaupés, Içana, Xié, Tiquié e Negro. No município são mais de 400 pequenas comunidades que vivem em Terras Indígenas demarcadas, homologadas e registradas conquistadas na década de 1990.

O Território de São Gabriel da Cachoeira abriga, além da sede, outros dois aglomerados urbanos: Iauaretê, na fronteira com a Colômbia, nas margens do Rio Uaupés e dentro da Terra Indígena Alto Rio Negro, e Cucuí na fronteira com a

Venezuela, subindo o Rio Negro. Além destes dois aglomerados, Pari-Cachoeira, Assunção e Taraquá, inseridos na Terra Indígena Alto Rio Negro, são também centros missionários em torno dos quais várias comunidades indígenas se reuniram ao longo do tempo em busca de oportunidades de estudo, principalmente educação da quarta-série em diante. Todos eles são sedes de distritos de São Gabriel.

lauaretê: a cidade indígena

lauaretê, o maior dos aglomerados urbanos indígena da região, foi um antigo centro missionário salesiano do Rio Uaupés, fundado em 1929 no coração do território tariano. Nos últimos 20 anos com fechamento dos internatos na região assistiu a um rápido crescimento demográfico, impulsionado pela concentração de famílias que chegavam para manter seus filhos na escola. A população atual é de cerca de três mil pessoas, entre tariano, tukano, desana, pira-tapuia, wanano, arapasso, tuyuka e hupda. São dez bairros indígenas que funcionam como verdadeiras comunidades.

Presença militar

As unidades do exército na região da Cabeça do Cachorro foram implantadas a partir dos anos de 1970. Além da brigada sediada em São Gabriel da Cachoeira, há pelotões de fronteira dentro da Terra Indígena Alto Rio Negro (em Pari-Cachoeira, lauaretê, Querari, São Joaquim, Tunuí), na Terra Indígena Yanomami (comunidade Maturacá) e em Cucuí. A partir do início dos anos de 1990, o Exército passou a recrutar indígenas da região do Médio e Alto Rio Negro, os quais em 1998 compunham a maior parte da base da tropa em São Gabriel e nos pelotões de fronteira

Santa Isabel do Rio Negro

Dentro das fronteiras do município de Santa Isabel, além da sede municipal, existem nove aldeias Yanomami e, outras 42 comunidades e vários sítios. A maioria dos moradores das comunidades possui parentes vivendo na sede do município, e algumas famílias inteiras alternam temporadas na comunidade e na cidade. Muitos moradores deixaram o município em busca de melhores condições em outras regiões, especialmente em Manaus (40%) pela oferta de emprego e serviços sociais e São Gabriel da Cachoeira (28%) pela procura de serviço militar.

Dos vários grupos indígenas da sede municipal de Santa Isabel, há uma forte presença dos Tukano e Baniwa, boa parte da qual é oriunda das comunidades indígenas do alto Rio Negro, principalmente das calhas dos Rios Uaupés e Içana. No entanto, a maioria da população residente na sede do município (60%) identifica-se como Baré, grupo indígena localizado ao longo do médio e alto Rio Negro.

Barcelos

No século XVIII, as missões Carmelitas fundaram vilas e aldeias no município de Barcelos com invocação de santos que persistem nas comunidades existentes até hoje. É muito comum que casamentos aconteçam a partir dos encontros nas festas de santo e as próprias comunidades constituíram-se, desfizeram-se e mudaram-se ao longo do tempo a partir dos festejos dos santos. Além das festas continuarem a movimentar os fluxos populacionais nas comunidades, não é raro, observar comunidades inteiras ou parte destas deixarem seus locais de origem e mudam-se para a sede do município de Barcelos alegando falta de escola de ensino fundamental de 5ª a 8ª série.

A maioria da população residente nas comunidades nasceu em antigos sítios próximos ou na própria comunidade. As fortes relações da população com o território são confirmadas também nas redes de parentesco das famílias residentes na mesma comunidade e ainda a existência de parentes vivendo em comunidades vizinhas e em comunidades dos outros rios do município.

Em Barcelos existem, aproximadamente, 1,5 mil indígenas, o equivalente a 6% da população, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2000). Eles pertencem às etnias: Baré, Baniwa, Piya-Tapuya, Arapasso, Dessana, Tariana, Tukano, Macuxi, Werekena, Urubu-Tapuia, Caxinaua, Ticuna, Tuyuca, Lanawa, Canamari, Karapanã e Wanano e estão distribuídos em 23 comunidades e cinco bairros no município.

Qualidade de Vida

Um dos parâmetros mais utilizados para avaliar a qualidade de vida de uma população é através do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, pois além da dimensão

econômica, inclui elementos sociais, como longevidade e educação. Segue abaixo a Tabela 5 sobre o IDH dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.

Tabela 5: Índice de Desenvolvimento Humano no Território

Município	Ranking Estadual	IDH-M	IDH –M por Componente		
			Longevidade (0,564-0,763)	Educação (0,448-0,909)	Renda (0,375-0,703)
São Gabriel da Cachoeira	14°	0,673	0,727	0,740	0,552
Santa Isabel do Rio Negro	50°	0,548	0,570	0,628	0,445
Barcelos	42°	0,593	0,763	0,537	0,479
Tot. Território		0,605	0,686	0,635	0,492
Tot. Estado		0,713	0,692	0,813	0,634

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000; Atlas do Desenvolvimento Humano PNUD, 2000

Dos 62 municípios existentes no Estado, São Gabriel da Cachoeira possui um bom desempenho em relação ao seu IDH-M, ocupando uma posição de décimo quarto lugar no Estado. Barcelos possui um desempenho mediano e Santa Isabel só está à frente de 12 municípios, apresentando um baixo desempenho.

A longevidade, embora seja o componente que mais tem favorecido o desempenho do IDH-M no Território, possui dois contrastes: Barcelos possui o melhor índice estadual (0,763) e Isabel do Rio Negro possui um dos piores índices (0,563). Para aferir a longevidade, o indicador utiliza como parâmetro a expectativa de vida ao nascer e Santa Isabel em 2000 possuía o segundo pior índice do Estado (59,19) (Tabela 6). O índice de renda, mensurado pelo PIB per capita, é o componente que tem puxado para baixo o índice geral de IDH do Território, sendo que apenas São Gabriel possui esse índice acima de 0,5.

Tabela 6: Esperança de vida ao nascer, mortalidade e probabilidade de sobrevivência

Municípios	Esperança de vida ao nascer (*)		Taxa de Mortalidade Infantil (**)				Probabilidade de Sobrevivência			
			Até 1 ano		Até 5 anos		Até 40 anos		Até 60anos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
São Gabriel da Cachoeira	57,34	59,19	75,82	73,37	116,09	88,90	77,61	80,80	59,70	61,74
Santa Isabel do Rio Negro	61,72	68,60	56,25	34,20	87,11	41,81	82,67	90,39	67,09	78,30
Barcelos	61,87	70,77	55,64	27,37	86,19	33,52	82,83	92,21	67,35	81,95

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD), 1991/2000.

(*) Esperança de vida ao nascer: número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento;

(**) Taxa de Mortalidade Infantil: expressa a probabilidade de uma criança morrer antes de completar o primeiro ano de vida e até completar cinco anos de vida, expresso por mil crianças nascidas vivas

Santa Isabel do Rio Negro é o município que possui os piores indicadores de qualidade de vida do Território e também do Estado. O município apresentou os índices mais baixos de “Esperança de Vida ao Nascer” (57,34/1991; 59,19/2000). Em relação à “Taxa Mortalidade Infantil”, Santa Isabel também apresentou os piores índices do Estado em 1991 tanto para “até um ano” (75,82), como para “até cinco anos” (116,09). Os piores índices do Estado também foram verificados para a “Probabilidade de Sobrevivência” para “até 40 anos” (77,61/1991- pior índice e 80,80/2000-segundo pior índice) e para “até 60 anos” (59,70/1991- pior índice; 61,74/2000- segundo pior índice).

O município de Barcelos em 2000 apresentou o melhor índice (70,77) do Estado de “Esperança de Vida ao Nascer” e São Gabriel o terceiro melhor índice (59,19). Também em 2000 Barcelos apresentou os melhores índices de “Taxa de Mortalidade Infantil” para “até um ano de idade” (27,37) e para “até cinco anos de idade” (33,52), sendo que São Gabriel manteve-se com índices intermediários. No parâmetro “Probabilidade de Sobrevivência”, mais uma vez, Barcelos apresenta os melhores

índices para “até 40 anos” (82,83/1991; 92,21/2000) e em 2000 para “até 60 anos” (81,95).

Vida Cultural e Religiosa

Manifestações culturais e seu resgate são extremamente sensíveis no Território, especialmente na região do Alto Rio Negro. De modo geral, as pessoas avaliam que aquilo que restou da “cultura” indígena da região após décadas de ação missionária salesiana corre o risco de se perder. Contrariando as expectativas, há uma imensa força que reside na memória dos índios mais velhos de várias etnias que insistem em narrar os mitos, descrever os antigos rituais e ensinar encantações para os mais jovens. No entanto, essa vasta gama de conhecimentos, cuja integridade e transmissão dependem hoje de novos meios, por exemplo, a escrita, para serem socialmente recuperados. O assunto é parte do discurso político da FOIRN e explica seu interesse em resgatar os aspectos culturais da região com o apoio de agentes externos.

Estudos revelam um processo acelerado de transformação da vida cultural dos povos indígenas na região do Território, principalmente após o contato com a civilização ocidental, iniciada no século XVI. Tal processo foi e ainda é determinado por relações políticas, relações de força e condições materiais, no qual os segmentos indígenas foram submetidos, tendo significativas mudanças em sua cosmologia, suas concepções míticas e estéticas, seus ritos, suas bases materiais e línguas, desconfigurando sua cultura, mas também se apropriando e reelaborando, os elementos externos, de acordo com critérios e paradigmas de suas próprias culturas e dos elementos da cultura dominante.

A despeito de todas as mudanças culturais e religiosas impostas aos povos indígenas no período colonial, a partir de meados do século XX, missionários evangélicos e católicos promoveram a conversão religiosa de muitas etnias³, destituindo-as de sua situação religiosa e cultural. Com isso houve uma série de atritos entre missionários católicos e evangélicos, e também entre as comunidades que seguiam as diferentes orientações religiosas. Atualmente esses conflitos diminuíram e há uma boa

³ Contrariando as pretensões missionárias, os índios maku mantiveram-se à margem do processo de mudança cultural devido ao seu hábito de viverem em florestas afastadas das margens dos rios e igarapés navegáveis. Por esse motivo eles conservam alguns rituais importantes, como o jurupari, que eram comuns a todos os índios da região.

convivência entre as comunidades, embora ainda existam disputas e discordâncias entre as mesmas.

Línguas

No Noroeste Amazônico são faladas mais de 20 línguas, de três grandes famílias lingüísticas: Tukano Oriental, Aruak e Maku. Em grande parte dessas populações, ocorre uma convergência entre as regras exogâmicas e os grupos lingüísticos, de tal modo que os grupos afins (com os quais se pode casar) são falantes de outras línguas. Tal dinâmica resulta em um multilingüismo característico da região, em que numa mesma comunidade muitas vezes se fala mais de uma língua indígena, além do Português e do Espanhol. Algumas etnias, ou parte delas, deixaram de falar suas línguas de origem, adotando outros idiomas indígenas. Esse é o caso dos Tariana do Uaupés, originalmente falantes de uma língua aruak, mas que atualmente falam Tukano; ou dos Tukano que foram para o Médio Rio Negro e adotaram o Nheengatu.

Rituais religiosos

Apesar das drásticas mudanças impostas pelos salesianos, como por exemplo, a proibição da construção de malocas e manifestações xamânicas pelos pajés, os povos indígenas que vivem no Território, especialmente na região do alto Rio Negro, exibem um complexo e rico sistema cultural mítico-religioso que organiza os seus sistemas produtivos e sociais. Dentre as manifestações culturais, os rituais indígenas englobam e sintetizam vários temas-chave de seu cotidiano, como ancestralidade, descendência e identidade grupal, sexo e reprodução, relações entre homens e mulheres, crescimento e amadurecimento, morte, regeneração e integração do ciclo de vida humano com o tempo cósmico. Por meio dos poderes do xamanismo, da ingestão de substâncias alucinógenas e de instrumentos musicais, os índios entram em contato com o seu passado mítico, fortalecendo e dando visibilidade à sua estrutura social.

Outro importante ritual praticado tradicionalmente pelos índios da região é o *dabukuri*, que é celebrado, principalmente, em épocas de amadurecimento de frutas; mas, também, em outras ocasiões como: a piracema, época de desova dos peixes que subiram os rios em grandes quantidades. São ocasiões em que parentes e cunhados se juntam para beber caxiri (bebida fermentada de mandioca ou de frutas, como a

pupunha) e dançar. Nessas ocasiões alegres, quaisquer conflitos existentes podem ser contornados.

Artesanatos

Além destas manifestações mais ritualísticas, muitas comunidades se dedicam à fabricação de artesanato para a venda ou troca por produtos industrializados. Com o contato com as missões salesianas, muitas mulheres passaram a se dedicar à fabricação, para a venda, de redes, tapetes e bolsas de tucum, que aprenderam nos colégios com as freiras, ou com ex-alunas e professoras índias que dão aulas nas comunidades.

Por razões ecológicas, sociológicas e simbólicas, vigoram na região especializações artesanais (produção especializada de certos artefatos por diferentes etnias) que definem uma rede formalizada de trocas inter-comunitárias. Os Tukano, por exemplo, são conhecidos por seus bancos de madeira; os Desana e os Baniwa por seus balaios, sendo estes últimos também pelos ralos de mandioca; os Kubeo pelas suas máscaras funerárias; os Kotiria por seus tipitis; os Maku pelas flautas de pã, o curare e os aturás de cipó. No Rio Tiquié, os Tuyuka e Bará se destacam como os melhores construtores de canoas, artigo de primeira necessidade para todas as famílias e que alcançam um bom valor de troca.

Algumas experiências voltadas para o resgate cultural

- Publicação da Coleção “Narradores Indígenas do Rio Negro” (já com oito volumes publicados de mitologia – Desana, Tariano, Baniwa e Tukano). Cada livro é dedicado a uma etnia específica, e o lançamento da primeira obra no ano de 1995, evidenciou uma das ações mais bem sucedidas da FOIRN, no resgate, documentação e revigoração da cultura tradicional para povos que corriam o risco de perder seus referenciais com o passar do tempo.
- Processo de reconhecimento pelo IPHAN de Iauaretê-Cachoeira⁴, localidade que faz parte das histórias de origem dos vários grupos que ali residem atualmente, como patrimônio imaterial. Os anciãos afirmam que dela surgiu a raça humana – índios e

⁴ No quadro legal instituído pelo decreto 3551 pelo IPHAN, lugares também podem ser considerados patrimônio cultural. A palavra Iauaretê, “cachoeira de onça”, é um topônimo que faz alusão a uma “gente-onça”, que no passado remoto habitou o lugar.

brancos, porém, não todos os brancos: somente aqueles que juntam forças com os indígenas. Algumas etnias contam com um extenso registro audiovisual de sua história e ainda pretendem publicar um livro com suas falas, fartamente ilustrado com o material fotográfico.

- Está em curso o processo de reconhecimento oficial do sistema agrícola no Rio Negro como um patrimônio imaterial brasileiro pelo IPHAN, que inclui um conjunto de processos, práticas, saberes e condutas associados aos recursos biológicos e gestão de territórios. A Associação das Comunidades do Rio Negro (ACIMRN), com sede em Santa Isabel do Rio Negro, é protagonista de um programa de pesquisa e registro destas práticas agrícolas.

- Construção da identidade coletiva *Baniwa*. Essa autodesignação genérica não existia entre os índios Baniwa do Brasil, que agora se verifica no discurso dos dirigentes das associações, dos professores e dos capitães a partir do contato e confronto com a cultura envolvente. Hoje é bastante comum expressões como “artesanato Baniwa”, “professores Baniwa”, “pensadores Baniwa” e “povo Baniwa”.

- Ricamente ilustrado, “Comidas Indígenas do Alto Rio Negro”, fruto de uma pesquisa realizada entre 2005 e 2007 por pesquisadores e lideranças femininas indígenas, descreve as tradições alimentares do município de São Gabriel da Cachoeira, na região do Alto Rio Negro, incluindo iguarias indígenas. Essas mulheres, chamadas de “donas das receitas” – um termo de uso corrente nas línguas indígenas – são reconhecidas como guardiãs da sabedoria culinária. Com o sucesso do livro, as mulheres passaram a comercializar pratos tradicionais em festas e eventos e, por meio de suas associações, estão elaborando projetos para financiar novas iniciativas, como a organização de uma cozinha comunitária e a introdução da culinária tradicional no cardápio da merenda escolar das escolas de ensino fundamental do município.

- Atualmente vem sendo construídas malocas em alguns locais, como no alto Rio Tiquié e no alto Rio Uaupés. A antiga tradição de construção de malocas é um ponto de encontro entre as diferentes culturas do alto e médio Rio Negro. Durante muitos anos essas construções foram proibidas pelos missionários, resultando em seu completo abandono pelas comunidades. A maloca não é uma simples moradia comunitária, é também um espaço fundamental para a realização dos rituais. Seu

desenho interno tem significados muito especiais, permitindo reviver nas grandes cerimônias, a trajetória primordial dos antepassados, conhecida através dos mitos de origem destas comunidades.

- Pontão da Cultura, inaugurado em 2008, é uma iniciativa do Ministério da Cultura para articular agentes culturais indígenas e capacitar multiplicadores para o uso dos meios de comunicação digital e produção de conteúdos culturais em materiais audiovisuais. A iniciativa prevê a implantação dos Pontos de Cultura nas comunidades, com a adequação dos espaços físicos e instalação dos equipamentos e do sistema de conexão via satélite, apoiados pelo Ministério das Comunicações, através do programa Governo Eletrônico, Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC). Cada comunidade receberá um kit multimídia com computador, DVD, câmera filmadora, câmera digital fotográfica, caixas de som, microfone, etc.

Aspectos Sociais, Organizacionais e Institucionais

Organização Social

A organização social dos povos indígenas do Noroeste Amazônico está estruturada em uma complexa rede social baseada em duas esferas principais de abrangência, a do grupo lingüístico, composto por quatro famílias lingüísticas: Aruak, Maku, Tukano Oriental e Yanomami, e a do sib que é a menor unidade e é formado pelos descendentes de um mesmo ancestral e que se consideram parentes próximos. Por exemplo, o grupo lingüístico Tuyuka é formado por cerca de quinze sibs, entre os quais não ocorrem trocas matrimoniais. Assim, os Tuyuka estabelecem suas alianças com os Tukano, Baré e outros.

No caso dos povos de origem Aruak, representados por Baniwa, Kuripako, Werekena, Tariana e Baré, a correspondência entre língua, descendência comum e exogamia não é observada atualmente. No caso dos Tariana, que ocupam a região do médio Rio Uaupés (onde predominam os povos Tukano Orientais), embora em sua maior parte tenham adotado a língua tukano, operam como um grupo lingüístico que troca mulheres com seus aliados, especialmente os Tukano, Kotiria e Pira-tapuya. Os Baré, por seu lado, habitam a calha do Rio Negro, nas proximidades da cidade de São Gabriel da Cachoeira. A organização social e as formas de casamento atuais entre os Baré desta região ainda não foram descritas na literatura etnológica.

Já entre os Maku, a organização social dos grupos lingüísticos pode ser caracterizada em três níveis: os grupos domésticos de fogueira, organizados em torno de um casal; os grupos locais, conjuntos de grupos domésticos de fogueira, tendo como ponto focal o homem mais velho dos grupos; e os grupos regionais, organizados territorialmente com referência a igarapés ou riachos. Estes são endogâmicos, com traços culturais específicos e dialetos próprios. Cada grupo lingüístico pode abranger três ou mais grupos regionais.

Nesse contexto de diversidade cultural existem muitas características comuns entre as etnias, principalmente no que diz respeito aos mitos, atividades de subsistência, arquitetura tradicional e cultura material. Tais características comuns são mais

evidentes entre os Tukano, Baniwa, Tariana e Baré, por um lado, e os Maku, por outro. Por essa razão, os primeiros são identificados como "índios do rio". Em contraste, os índios da família lingüística Maku, que possuem uma série de peculiaridades sócio-culturais, são chamados de "índios da floresta". Vivendo longe das margens dos rios navegáveis, os Maku se articulam com os índios do rio, mas não do mesmo modo que estes se relacionam entre si. Os Maku, exímios caçadores, em geral fornecem carne aos índios do rio e também lhes prestam serviços em troca de outros alimentos, como mandioca e peixe.

Na perspectiva dos índios do rio, os Maku ocupam uma posição de inferioridade e são considerados incestuosos, pois se casam com pessoas do mesmo grupo de descendência e não seguem seus padrões de residência. Contudo, do ponto-de-vista maku, eles não são servos ou escravos dos índios do rio, podendo a qualquer momento abandonar os serviços que estão prestando e se internar na floresta, povoada por espíritos que os índios do rio desconhecem e temem.

Atualmente, a maioria dos índios que ocupa as margens dos rios principais se organiza em "comunidades", nome dado há décadas pelos missionários católicos - e adotado também pelos protestantes - aos povoados que substituíram as malocas comunais. A comunidade se compõe, geralmente, de um conjunto de casas construídas em um amplo pátio aberto, podendo também contar com uma capela (católica ou protestante), uma escolinha e, eventualmente, um posto de saúde. Cada comunidade possui um capitão, sempre um homem, que tem o papel de reunir o grupo, "animando-o" para trabalhos comunitários e também respondendo às demandas gerais ligadas a tais tarefas; constitui-se, também, no interlocutor preferencial com os brancos.

Organização Política e Parcerias Institucionais

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi reconhecido aos povos indígenas o protagonismo político na garantia e na efetivação dos seus direitos e a participação no desenvolvimento de políticas públicas de seu interesse, antes monopolizado pela FUNAI que praticava uma política assistencialista e tutelar. Com isso, inúmeros órgãos governamentais e não-governamentais passaram a atuar nos diversos campos da ação indigenista, o que permitiu o surgimento de programas

específicos gerenciados por diferentes instituições e associações indígenas, com destaque para a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) que possui uma forte atuação na luta pelos direitos territoriais, culturais, educacionais, de saúde e renda dos povos indígenas da bacia do Rio Negro.

Atuando em meio a uma constelação de interesses extremamente complexa, a FOIRN, filiada à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)⁵, representa 22 povos indígenas organizados em 64 associações⁶, sendo que cada uma delas representa um número variável de comunidades indígenas localizadas às margens de rios e regiões interfluviais, reunindo um total de mais de 30 mil pessoas (aproximadamente 8% da população indígena brasileira).

Sua área de abrangência inclui três municípios, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira. Hoje a FOIRN organiza suas atividades em cinco coordenadorias divididas de acordo com as calhas dos rios: (i) Coordenadorias das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX); (ii) Coordenadoria das Associações Baniwa e Curipaco, no Rio Içana (CABC); (iii) Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIBRN); (iv) Coordenadoria das Organizações Indígenas do Rio Tiquié e Uaupés (COITUA) e (v) Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté (COIDI).

Além de fortalecer a representação dos interesses indígenas, a FOIRN tem estabelecido parcerias com o Estado, universidades e ONGs, para desenvolver projetos-piloto de pesquisa e intervenção social. A Federação atua no diálogo entre as formas tradicionais de organização e as do mundo dos brancos, como o poder municipal de São Gabriel da Cachoeira e Santa Izabel do Rio Negro e Barcelos, as

⁵ A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab), com sede em Manaus, reúne mais de 180 entidades indígenas, entre elas a FOIRN, funciona como uma federação sindical. Sua estrutura organizacional se fortaleceu depois que as lideranças indígenas se aliaram às organizações não-governamentais (ONGs) e às universidades, em especial a UFAM e a Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

⁶ As associações mais importantes são: Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana (ACIRI), primeira associação na região do Içana, criada na segunda metade da década de 1980; a Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI) que atua na região do Alto Rio Içana, fundada em 1992; a ASIBA, fundada em 1999; Associações das Tribos Indígenas do Alto Tiquié (ATRIART); a Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté (COIDI), criada em 1997; a Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), criada em 1995; a Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié (ACIRX), criada em 1989.

Forças Armadas Brasileiras (Exército e Aeronáutica), a Diocese de São Gabriel, além das missões evangélicas, dos regatões e garimpeiros da região, dentre outros.

A sede da FOIRN é em São Gabriel da Cachoeira onde funciona um escritório, que serve também como centro de apoio logístico e de comunicação radiofônica com mais de 35 estações distribuídas nas sedes das organizações de base. Além disso, conta com uma maloca-centro cultural para realizar assembleias, exposições, festas e cursos de capacitação.

O surgimento da Federação remonta aos efeitos do Plano de Integração Nacional (PIN), que fez aumentar a presença dos militares na região durante a década de 1970. Em 1985, o governo brasileiro propôs o Projeto Calha Norte (PCN), como uma forma de impulsionar a presença do aparato governamental na região amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e de defesa da fronteira. Surgiram conflitos entre os militares e as comunidades indígenas localizadas nas calhas do Rio Negro, que se sentiram ameaçadas. A pressão exercida pela presença dos militares e de grupos econômicos do Amazonas retraía as comunidades indígenas e provocava a perda de sua identidade, o que levou a necessidade de uma representação indígena na luta pela terra, encabeçada pela FOIRN, criada em 1987.

A FOIRN desempenhou importante papel na formulação da Constituição de 1988. Nessa época menos de 1% da população indígena do Alto Rio Negro assumia a identidade indígena. A FOIRN, nos seus primeiros anos, enfrentou muitas ameaças e falta de apoio da sociedade envolvente, especialmente do governo. As lideranças contam que, na época, o grupo que estava à frente da federação, várias vezes, não era recebido pelas comunidades indígenas, argumentando que nas comunidades não havia índios. Atualmente a situação é inversa. Os índios do Rio Negro se orgulham da sua origem e a recuperação da auto-estima e autonomia de pensamento é reflexo da grande mobilização social de vários anos promovida pela Federação. Hoje são mais de cem organizações indígenas nessa região multi-étnica.

Concluída a etapa da demarcação e homologação das Terras Indígenas na década de 1990, a FOIRN e associações filiadas, com o apoio de várias parcerias (como o

Instituto Socioambiental, a FEPI, a Cooperação e Aliança no Noroeste Amazônico, FUNAI, INPA e universidades), passaram a se dedicar ao grande desafio de construir um Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável de longo prazo para a região do Alto e Médio Rio Negro.

Além de atividades voltadas para a proteção e fiscalização das terras, o Programa inclui a implantação de projetos demonstrativos participativos nas diferentes sub-bacias das terras indígenas demarcadas, integrando ações de saneamento básico; energia alternativa; segurança alimentar, geração de renda; saúde; educação; cultura; comunicação; transporte; documentação em vídeo; atividades de zoneamento; formulação e gestão de projetos, dentre outros. O Programa Regional visa ainda o fomento de atividades produtivas tradicionais com vocação de mercado, bem como apoiar iniciativas indígenas de comercialização de bens e serviços.

Educação

Examinar a história da educação formal entre os povos indígenas do Território é fundamental para entender a situação atual da educação nessa região. Desde o início do século passado, os três municípios que compõem o Território, São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, em diferentes momentos e intensidades, foram alvos de dois projetos educacionais: o projeto articulado por missionários católicos e outro por missionários evangélicos.

No final da década de 1940, o protestantismo instalou-se no Alto Rio Negro, principalmente na área dos Baniwa do rio Içana e seu maior afluente, o rio Aiari. A pioneira foi a americana Sofia Müller, missionária fundamentalista da *New Tribes Mission*. O processo de conversão dos índios para os protestantes da *New Tribes Mission* exigia a mediação de práticas pedagógicas de ensino de leitura em língua indígena. O objetivo precípua era de que pudessem ler a Bíblia, cuja tradução para o idioma nativo havia sido feita pelos próprios missionários, e, desse modo, *salvarem suas almas*. Além da leitura e escrita na língua, o ensino visava também preparar os mais velhos para ocuparem os cargos de ancião, diácono e pastor. Estes iriam assegurar a preservação da crença, dando continuidade à realização dos rituais evangélicos.

Sem dúvida, o trabalho educacional de maior repercussão na região do alto e médio Rio Negro foi encetado pelos religiosos salesianos o qual foi fortemente acolhido e apoiado pelo Estado brasileiro. Como educadores experientes, os salesianos apostavam na formação das crianças e jovens, por estarem convencidos de que adultos e idosos “já estavam mergulhados em suas culturas” e não responderiam positivamente aos seus ensinamentos civilizatórios.

Construídos em locais estrategicamente escolhidos, pela proximidade das áreas com maior densidade populacional, os centros missionários, imponentes conjuntos de grandes prédios, reuniam escola, internato, oficina, maternidade, ambulatório, hospital, dispensário, igreja, além da residência dos religiosos e até, em alguns casos, estações meteorológicas.

Com a extinção dos internatos no final dos anos de 1970, os missionários salesianos articularam outra estratégia para a educação escolar: a criação de *escolinhas* nas várias comunidades católicas, destinadas à alfabetização em língua portuguesa e ensino das primeiras contas às crianças indígenas. Semelhantes às casas de moradia das famílias, essas antigas escolas foram construídas de taipa, cobertas de palha caranã e possuíam dois ou três cômodos. Nelas são até hoje ministradas as quatro primeiras séries do ensino fundamental, em classe multisseriada.

Se por um lado as escolinhas missionárias, católicas, condenavam a cultura e modo de vida indígena⁷, impondo a ideologia modernizante, hegemônica da sociedade nacional, por outro lado permitiu espaços onde os índios tomassem posse de códigos e linguagens, tão necessários para as relações com os brancos. Com as escolas, foi possível *conhecer a vida dos brancos* e, então, saber como lidar com eles e não deixar-se confundir por eles. O domínio desses elementos simbólicos significava não só um instrumento de defesa, mas também de autoconfiança, na medida em que podiam colocar-se em pé de igualdade com os brancos, transitando nos mesmos campos simbólicos e manipulando os mesmos códigos.

Em razão da antiga aliança com os salesianos, as famílias católicas têm maior número de filhos escolarizados. A posse desse valioso bem cultural – a instrução escolar – apresenta-se, atualmente, como fator intensificador da diferença e divisão entre os grupos, que os católicos escolarizados externam ao evocar o *atraso* trazido pelo protestantismo.

Até os anos de 1980, o ensino escolar no Alto e Médio Rio Negro concentrava-se nas missões. Autoritarismo, laços enfraquecidos com suas comunidades de origem, reprodução de preconceitos lingüísticos (não acreditar nas suas línguas e deixar de usá-las; tomá-las como obstáculos para o aprendizado do português) seriam algumas das marcas deixadas pelos salesianos.

⁷ Entre os Baniwa protestantes, por terem abandonado suas tradições, as gerações mais novas parecem desconhecer as antigas instituições da sua cultura, como os mitos de origem, os rituais de iniciação, os rituais xamanísticos e as festas do *dabakuri* e *pudare*.

A partir de meados de 1980, foram instituídos os órgãos municipais de educação em São Gabriel, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, setores com poderes e responsabilidades relativos à organização e administração do sistema escolar dos municípios. Na década de 1990, as escolas das comunidades indígenas oficializaram-se, passando para a jurisdição municipal. Em poucos anos as denominações de professor rural passou para professor indígena, de escola rural para escola indígena e com elas foi mudada toda a política de educação escolar da região, instaurando o primeiro plano municipal de educação escola indígena.

Educação escolar indígena

Desde 1991, o Ministério da Educação desenvolve uma política nacional de educação escolar diferenciada, pautada pelo reconhecimento e pela valorização da diversidade étnica representada pelos mais de 220 povos indígenas contemporâneos em nosso país.

Incumbido de coordenar as ações educacionais no país, por força do Decreto Presidencial 26/91, em articulação com as secretarias estaduais e municipais de educação, o Ministério da Educação vem implementando uma política nacional de educação escolar indígena, atendendo preceitos legais estabelecidos na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Plano Nacional de Educação e na Convenção 167 da Organização Internacional do Trabalho.

Nessa legislação, estabeleceu-se como competência do Ministério da Educação a coordenação das ações de educação escolar indígena no País, por meio da definição de diretrizes curriculares para a oferta de educação escolar aos povos indígenas, assistência técnico-financeira aos sistemas de ensino para oferta de programas de formação de professores indígenas e de publicação de materiais didáticos diferenciados e elaboração de programas específicos para atendimento das necessidades das escolas indígenas, visando à melhoria nas condições de ensino nas aldeias.

A política educacional implementada pelo Ministério da Educação para os povos indígenas é pautada pela oferta de uma educação escolar específica, diferenciada,

intercultural, bilíngüe/multilíngüe, e tem como objetivo garantir a essas populações a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências, bem como o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional, tal como preceituado nos artigos 78 e 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essa política tem hoje como prioridade a inclusão das escolas indígenas em todos os programas governamentais de melhoria da educação, com especial ênfase para a formação de professores indígenas, para que eles possam assumir as escolas em suas comunidades. Tem também como prioridade a preparação e publicação de materiais didáticos diferenciados, escritos nas línguas indígenas, e a adaptação de programas à realidade sociocultural das comunidades indígenas, como foi o caso da instituição do Programa Nacional de Merenda Escolar Tradicional.

Escolas indígenas no Território

O Território Rio Negro da Cidadania Indígena é, sem dúvida, a região do Estado do Amazonas e do Brasil⁸ que mais concentra escolas indígenas, com destaque para o município de São Gabriel da Cachoeira que possui 198 escolas, espalhadas nas mais de 700 comunidades rurais indígenas. Em 2005, o Território totalizava 245 escolas indígenas, o que correspondia mais de 30% das escolas em todo o Estado do Amazonas. Em sua maioria, as escolas indígenas são administradas pelo poder municipal, como ocorre em todos os municípios do Estado, que possui apenas 12 escolas indígenas estaduais, sendo que nove situam-se no Território (Tabela 7).

Tabela 7 – Relação dos Estabelecimentos de Educação Escolar indígena no Território Rio Negro da Cidadania Indígena do Rio Negro

⁸ O Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) realizou, em 2005, um estudo intitulado “Estatísticas da Educação Escolar no Brasil”, que apontou para aquele ano 2.323 escolas reconhecidas como indígenas – com normas e ordenamento jurídico próprios, definidos pelo Parecer 14 e Resolução 03/99 do Conselho Nacional de Educação –, nas quais estudam 163.693 alunos.

Municípios	Escolas Indígenas			Total
	Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Escolas Particulares	
São Gabriel da Cachoeira	190	8	0	198
Santa Isabel do Rio Negro	45	1	0	46
Barcelos	1	0	0	1
Total Território	236	9	0	245
Estado do Amazonas	752	12	19	783
%	31,7%	75%	-	31,3%

Fonte: SECAD/INEP, 2005.

Em todo o Território, porém, as escolas nas aldeias e comunidades apresentam diferentes situações de reconhecimento legal. É importante lembrar que, até bem pouco tempo em todo território brasileiro, as escolas indígenas, em sua grande maioria, eram consideradas como escolas rurais ou salas de extensão de escolas urbanas, seguindo calendários e currículos próprios destes estabelecimentos. O reconhecimento das escolas das aldeias como escolas indígenas, com estatuto diferenciado, é, portanto, algo novo no sistema de ensino e está em processo em todo o Brasil.

Escolas do ensino fundamental e médio no Território

Em 2008, o Ministério da Educação, por meio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), realizou um censo educacional no Brasil, que não faz distinção entre escolas indígenas e escolas não-indígenas, indicando que das 327 escolas do ensino fundamental do Território Rio Negro da Cidadania Indígena, 308 (94%) são da rede municipal de ensino, comportando 11.091 alunos, do total de 18.501 alunos matriculados (Tabela 8).

Tabela 8 – Relação do número de escolas e alunos matriculados nas quatro modalidades de escolas do ensino fundamental no Território Rio Negro da Cidadania Indígena.

MUNICÍPIOS	ENSINO FUNDAMENTAL									
	Escola Pública Estadual		Escola Pública Federal		Escola Pública Municipal		Escola Privada		Total	
	no. de escolas	no. de alunos	no. de escolas	no. de alunos	no. de escolas	no. de alunos	no. de escolas	no. de alunos	no. de escolas	no. de alunos
São Gabriel da Cachoeira	12	4.430	0	0	213	7.053	2	134	227	11.617
Santa Isabel do Rio Negro	2	878	0	0	42	1.537	0	0	44	2.415
Barcelos	3	1.968	0	0	53	2.501	0	0	56	4.469
Total Território	17	7.276	0	0	308	11.091	2	134	327	18.501

Fonte: MEC, INEP, Censo Educacional, 2008

Ainda, o censo educacional de 2008 aponta que o Território Rio Negro da Cidadania Indígena possui apenas 14 escolas do ensino médio, sendo 13 da rede pública estadual e apenas uma da rede pública federal (Tabela 9)

Tabela 9 – Relação do número de escolas e alunos matriculados nas quatro modalidades de escolas do ensino médio no Território Rio Negro da Cidadania Indígena.

MUNICÍPIOS	ENSINO MÉDIO									
	Escola Pública Estadual		Escola Pública Federal		Escola Pública Municipal		Escola Privada		Total	
	no. de escolas	no. de alunos	no. de escolas	no. de alunos	no. de escolas	no. de alunos	no. de escolas	no. de alunos	no. de escolas	no. de alunos

São Gabriel da Cachoeira	10	1.432	1	295	0	0	0	0	11	1.727
Santa Isabel do Rio Negro	1	461	0	0	0	0	0	0	1	461
Barcelos	2	454	0	0	0	0	0	0	2	454
Total Território	13	2.347	1	295	0	0	0	0	14	2.642

Fonte: MEC, INEP, Censo Educacional, 2008.

Totalizando o ensino fundamental e o ensino médio, os resultados do censo educacional de 2008 apontam que no Território Rio Negro da Cidadania Indígena existem 341 escolas, sendo que 327 (96%) são do ensino fundamental (Tabela 10).

Tabela 10: Quantidade e porcentagem de escolas e alunos nos ensinos fundamental e médio no Território Rio Negro da Cidadania Indígena.

MUNICÍPIOS	ENSINO FUNDAMENTAL						ENSINO MÉDIO					
	Escolas			Alunos			Escolas			Alunos		
	no.	total	%	no.	total	%	no.	total	%	no.	total	%
São Gabriel da Cachoeira	227	238	95,38	11.617	13.344	87,00	11	238	4,62	1.727	13.344	13,00
Santa Isabel do Rio Negro	44	45	97,77	2.415	2.876	84,00	1	45	2,23	461	2.876	16,00
Barcelos	56	58	96,55	4.469	4.923	90,78	2	58	3,45	454	4.923	9,22
Total Território	327	341	96,00	18.501	21.143	87,50	14	341	4,00	2.642	21.143	12,50

Fonte: MEC, INEP, Censo Educacional, 2008

Os dados mostram que a maioria dos alunos (87,5%) está concentrada no primeiro ensino fundamental, o que revela que os processos de continuidade de educação

escolar indígena não estão avançando por falta de interesse da Secretaria e Educação do Estado do Amazonas em apoiar as escolas de ensino diferenciado.

O problema da oferta não é o que mais preocupa os índios e sim a qualidade do ensino oferecida. As escolas de Ensino Médio continuam sendo as principais responsáveis pelo afastamento espacial e sociocultural dos jovens indígenas, em grande medida porque são instaladas sem nenhuma reflexão sobre seu papel social na vida presente e futura das comunidades. As escolas seguem à risca, na maioria das vezes, o modelo urbano de Ensino Médio – disciplinar e profissionalizante. Esta fase de ensino e de vivência individual (adulta) representa um momento decisivo na vida do jovem indígena, uma vez que o encaminhará para uma determinada perspectiva pessoal e social.

Como em outras regiões, no Território Rio Negro da Cidadania Indígena o avanço quantitativo na oferta do ensino escolar indígena, especialmente o fundamental, não tem sido acompanhado, porém, pela qualidade e a especificidade que as comunidades e os povos indígenas desejam, sobretudo em relação à infra-estrutura e ao material didático; ao assessoramento e ao apoio técnico e pedagógico específicos para a formulação e a implementação de processos político-pedagógicos requeridos pelos povos indígenas e garantidos pela Constituição Federal e por outras leis regulamentares do país.

Não basta, portanto, apenas ampliar a oferta, mas melhorar substancialmente a qualidade do ensino, o que passa necessariamente pela gestão indígena das escolas para que elas sejam colocadas efetivamente a serviço do que precisam, do que lhes interessa e de seus legítimos projetos socioculturais. Isso exige uma revisão do atual modelo de gestão compartilhada entre o governo federal e as secretarias estaduais e municipais de educação, instituído pelo Decreto 26/91, que resulta em ações desarticuladas e de baixa qualidade.

Em relação ao ensino superior, segundo estimativa da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), apresentada por ocasião do Seminário Nacional sobre Ensino Superior Indígena, organizado e realizado em Brasília pelo Museu Nacional/LACED em 2005, já

ultrapassa a ordem de 2.000 o número de estudantes indígenas que ingressaram no Ensino Superior. Só no município de São Gabriel da Cachoeira (AM) mais de 500 estudantes indígenas já cursaram ou estão cursando o Ensino Superior, em decorrência, principalmente, pela presença da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) no interior. A UEA também está oferecendo vagas nos cursos regulares de Manaus, atendendo às políticas de ações afirmativas por meio do sistema de cotas.

Projetos-pilotos de educação indígena

A emergência do movimento articulado de professores indígenas aliado ao movimento maior dos povos indígenas na região do Território, desde a década de 1980, criou condições para surgir as primeiras escolas indígenas diferenciadas, denominadas escolas-piloto indígenas.

São denominadas escolas-piloto por se tratarem de experiências inovadoras de iniciativa não-governamental, ou seja, das próprias comunidades indígenas e de suas assessorias. São escolas com projetos político-pedagógicos próprios, capazes de atenderem às necessidades das comunidades específicas e com autonomia na gestão administrativa, política e pedagógica. Seu maior avanço é ter resgatado o conceito mais amplo de educação que conecta a prática educacional à prática da vida.

As escolas indígenas diferenciadas pautam suas ações e estratégias de transmissão, produção e reprodução de conhecimentos na proposta de possibilitar às coletividades indígenas a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas, tradições e ciências, a defesa de seus territórios e outros direitos básicos, além de lhes dar acesso adequado às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade global, necessários à garantia e à melhoria da vida pós-contato.

A proposta de educação escolar diferenciada foi também fundamental para o surgimento de um novo segmento estratégico do movimento indígena: o dos professores indígenas. Os números atuais são representativos desse avanço. Há 20 anos, o número de professores indígenas no Brasil não ultrapassava a marca dos 20% do total dos docentes que trabalhavam nas escolas implantadas em comunidades

indígenas. Em 2005, esse número subiu para 88% (Censo Escolar Indígena, 2005). São cerca de 9.100 professores, dos quais 8.800 são professores indígenas atuando em suas próprias comunidades.

Apesar de todas as dificuldades e barreiras, algumas dessas escolas estão sendo aos poucos incorporadas pelos sistemas oficiais de educação, o que não está sendo fácil, por conta da esquizofrenia do sistema educacional do país que, embora reconheça aos índios os direitos quanto aos seus processos particulares de aprendizagem, não criou nenhuma condição administrativa, técnica e financeira para garantir esses direitos.

No Território Rio Negro da Cidadania Indígena as experiências ainda são em pequeno número, mas estão hoje espalhadas por toda a região, especialmente no Alto Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira no âmbito do Projeto Educação Indígena no Alto Rio Negro, coordenado pelo ISA. Exemplo disso são as escolas diferenciadas do Alto e Médio Tiquié (Tuyuka, Yupuri, Yepa Pirõ Porá) que possuem um trabalho pioneiro na formação de agentes indígenas de manejo ambiental.

Outro exemplo é a Escola Baniwa e Coripaco, implantada em 2000, como resultado de um grande movimento de articulação das comunidades da região do Içana e afluentes que conta com o apoio da OIBI, FOIRN e ISA. Em seus oito anos de funcionamento já formou quatro turmas de alunos de ensino fundamental. Em agosto de 2007, foi iniciado o Ensino Médio na Escola Pamáali. Além disso, edita um jornal bilíngüe, Pitsiro Pamáali, que veicula informações e notícias da região e possui um telecentro escolar comunitário com terminais de computadores com acesso à internet.

As escolas diferenciadas Tuyuka, Baniwa, Wanano, Tukano e Tariano possuem currículos, matérias e métodos adaptados à cultura e ao ritmo de vida cotidiana das comunidades. Algumas delas foram implementadas nos últimos anos no alto Rio Negro por comunidades indígenas, organizadas pela FOIRN e associações locais. Essas iniciativas contaram com o apoio do Instituto Socioambiental, assessores de outras ONGs e governo e, desde 1999, com o apoio da Rainforest Foundation da

Noruega e, a partir de 2006, da UNICEF, devido a um termo de cooperação entre o ISA e o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Lingüísticas (IPOL)

Essas experiências possuem três elementos inovadores principais: a) matriz lógica indígena como ponto de partida e o princípio de diálogo; b) a liberdade/autonomia de decisões das comunidades na organização político-pedagógica e nas novas maneiras de gerir uma “escola”; c) a prática das pesquisas temáticas pelas comunidades e escolas ou “ensino via pesquisa”.

Território Etnoeducacional

Os 23 povos indígenas que vivem nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, no Amazonas, estão organizados no Território Etnoeducacional do Rio Negro, que é o primeiro arranjo neste tipo de configuração criado no Brasil.

A organização dos povos indígenas em territórios etnoeducacionais está prevista no Decreto nº 6.861 de 27 de maio de 2009. De acordo com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), o Decreto nº 6.861/2009 formaliza o território como ferramenta de gestão. De agora em diante, a política de educação escolar indígena atenderá às populações segundo a territorialidade e não mais por unidade da Federação. Nesse formato, tanto etnias podem se unir e criar um território (caso do Rio Negro), como um único povo.

Entre as vantagens do modelo, segundo a SECAD, está a definição de políticas públicas específicas. No caso da educação, os territórios respeitam e valorizam as especificidades de cada etnia, favorecendo a organização de uma série de ações, entre elas, a formação de professores, definição de salários e dos tipos da merenda escolar, criação de materiais didáticos.

A construção do Território Etnoeducacional do Rio Negro envolveu um conjunto de instituições governamentais e representações indígenas, dentre elas: o Ministério da Educação, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria de Educação do

Amazonas e as Secretarias Municipais de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Estas instituições definiram nos últimos encontros as seguintes ações prioritárias: construção de nove escolas indígenas; formação de 1.250 professores, sendo 800 em licenciaturas interculturais e 450 no magistério de nível médio; e a produção de materiais didáticos específicos para as escolas dos 23 povos.

Saúde e Saneamento

Estabelecimentos de saúde

Na área de saúde, a Secretaria Estadual de Saúde – SUSAM coordena, executa, supervisiona e avalia as ações básicas de saúde através dos postos de saúde nas áreas rural e urbana. Além dos postos de saúde, o território conta com hospitais, centros de saúde, unidades ambulatoriais, consultórios médicos, unidades mistas (Tabela 11) e com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA que desenvolve ações relativas ao controle de endemias e à saúde indígena.

Tabela 11 - Número de estabelecimento de saúde no Território da Cidadania Indígena

Municípios	Rede Ambulatorial						Rede Hospitalar		Cons. médico
	Posto de Saúde	Centro de Saúde	Unidade Mista	Saúde da Família	Unidade Móvel Fluvial	Ambul. Unidade Hospit.	Hospital	Leitos	
São Gabriel da Cachoeira	1	1	8	-	-	1	2	88	17
Santa Isabel do Rio Negro	11	-	1	-	-	-	1	20	-

Barcelos	1	-	1	1	1	-	1	30	5
Tot. Território	13	1	11	1	1	1	4	138	22

Fonte: Ministério da Saúde, DATASUS, 2003.

Tendo o ano de 2003 como referência, ao todo o Território conta com 28 estabelecimentos de saúde na rede ambulatorial, sendo que em Santa Isabel do Rio Negro prevalecem os Postos de Saúde, em São Gabriel da Cachoeira as Unidades Mistas e em Barcelos há uma distribuição mais equilibrada entre os estabelecimentos de saúde. O Território conta com quatro unidades hospitalares e 138 leitos. Além disso, somam-se 22 consultórios médicos.

Saneamento básico: água e disposição de resíduos sólidos e lixo urbano.

Embora os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos estejam posicionados à margem do Rio Negro, notável e caudaloso curso d'água, a população local não dispõe de adequado sistema de abastecimento de água, que ofereça quantidade e qualidade satisfatórias para as necessidades dos seus habitantes.

Os sistemas de abastecimento público de água verificado nestes três municípios são compostos, basicamente, de dois subsistemas distintos:

- Captação de “água preta” feita diretamente do rio Negro e distribuída sem tratamento, que atende parcialmente as sedes dos municípios por meio de ligações domiciliares com períodos parciais de bombeamento. Neste sistema não há cobrança proporcional à vazão de água utilizada por domicílio, o que possibilitava grandes desperdícios de água aduzida;
- Captação de “água branca” por meio de sistemas isolados de distribuição, através de perfuração de poços artesianos localizados nos perímetros urbanos dos municípios. A água captada é armazenada em caixas d'água e distribuída em torneiras públicas, sem ligações domiciliares.

É importante ressaltar que nos dois subsistemas de captação, a água não recebe tratamento para potabilização, nem mesmo adição de cloro ou de qualquer outro agente químico, ou processo de desinfecção. Além dessas duas possibilidades de abastecimento de água, registram-se poços particulares em quintais de domicílios distribuídos pelas sedes dos municípios, sendo que alguns moradores realizavam captação de água de chuva para diversos usos. Nas comunidades a captação de água é feita nos igarapés ou nascentes de água branca, ou, na indisponibilidade dessas alternativas, a utilização de água diretamente do rio, para atender todas as suas necessidades.

Além dos subsistemas instalados nas sedes dos municípios, em São Gabriel da Cachoeira estão sendo construídos os primeiros poços artesianos para abastecimento de água em quatro aldeias do Alto Rio Negro, na região de Pari Cachoeira, Iauaretê, Cucuí e Taracuí. As obras estão sendo executadas pelo Grupamento de Engenharia e Construção do Comando Militar da Amazônia e os recursos são provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da FUNASA.

Não havendo rede coletora de esgotos, tampouco tratamento para eles, a poluição dos cursos d'água que cortam as sedes dos três municípios é algo bastante freqüente. Esses efluentes são lançados diretamente em igarapés para posterior deságüe no rio Negro, em muitos casos, à montante do ponto de captação de "água preta" para abastecimento público. A coleta de resíduos sólidos nas sedes dos três municípios é efetuada por caminhões que depositam o lixo em locais inadequados, muitas vezes à beira de igarapés tributários do rio Negro, constituindo uma espécie de lixão.

Saúde indígena na região

No Território da Cidadania Indígena o sistema local de saúde é caracterizado por um "pluralismo médico", coexistindo procedimentos terapêuticos heterogêneos, especialmente em São Gabriel da Cachoeira onde mais de 80% da população se declara indígena. De um lado a medicina ocidental, representada pelos hospitais nas sedes municipais e outros estabelecimentos de saúde e suas equipes técnicas. De

outro lado, as medicinas tradicionais, representadas pelo xamanismo, herbalismo, cultos dos santos e, sobretudo, pelos rezadores (versão local dos xamãs indígenas) continuam a ser utilizadas.

Esses dois tipos de abordagens terapêuticas co-existem e se mesclam. Exemplo disso é a farmácia caseira comunitária em Barcelos, onde 25 mulheres, as Bruxinhas de Deus, integrantes da Pastoral da Saúde, manipulam fórmulas simples, transformando as plantas e seus saberes tradicionais em remédios caseiros. Ao lançarem mão de conhecimento tradicional e ocidental, criam uma forma alternativa de convivência e de fusão desses dois saberes em benefício da saúde da população de Barcelos.

Para os povos indígenas da região não existe doença natural, biológica ou hereditária. Ela é sempre adquirida, provocada e merecida moral e espiritualmente. A manutenção da saúde depende de permanente vigilância e cuidado contra os espíritos maus da natureza e a doença é o resultado da luta interna da natureza entre os espíritos “bons” e os espíritos “maus”. Assim, a saúde não se constitui como espaço autônomo ou isolado, mas refere-se às questões mais gerais das relações sociais, das relações com a natureza, da cosmologia, da organização social, do exercício do poder, etc.

Os Distritos Especiais Indígenas

A atenção à saúde indígena na região do médio e alto rio Negro está estruturada a partir do distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro (DSEI Rio Negro) que abrange a região do médio e alto curso do Rio Negro. Ao todo são 34 Distritos no país. Cada Distrito conta com uma rede interiorizada de serviços da atenção básica, começando nas aldeias, com os postos de saúde, os pólos-base e as casas de saúde do índio. O DSEI Rio Negro conta com 25 pólos-base que são a primeira referência para os Agentes Indígenas de Saúde que atuam nas aldeias e compõem junto com outros profissionais a Equipe Multidisciplinar de Atenção à Saúde Indígena.

O modelo de atenção à saúde indígena contempla também ações de saneamento básico e ambiental, incluindo a implantação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e melhorias domiciliares, constituindo

importantes instrumentos de promoção da saúde, prevenção das doenças e da atenção primária à saúde.

A implantação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) teve início em 1991 com o Decreto n. 23 do governo Collor, e consolidou-se com a Lei Arouca que, em 1999, regulamentou as atribuições ministeriais para a implantação de um sistema de atenção diferenciada à saúde a ser prestada aos índios. Este sistema está baseado na “distritalização” sanitária sob a responsabilidade do Ministério da Saúde e é estabelecido pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Antes dos Distritos, a saúde indígena era organizada pela FUNAI através da ação vertical das chamadas Equipes Volantes de Saúde que, sediadas em espaços urbanos, realizavam deslocamentos periódicos às aldeias, onde atendiam às demandas espontâneas dos índios doentes.

A partir de 1999, a FUNASA adotou a estratégia de transferência total ou parcial de responsabilidades e atribuições essenciais do Estado para a esfera privada ou para outros órgãos públicos federados. O pacto entre governo e entidade prestadora de serviços por meio de convênios e contratos foi viabilizado principalmente na região Norte, com o predomínio da atuação de entidades não-governamentais, incluindo organizações indígenas. Às conveniadas compete, mediante a aplicação de recursos públicos, executarem atividades preventivas e curativas denominadas de “atenção básica dirigida à população indígena aldeada”.

O modelo de serviços de saúde prestado aos povos indígenas por meio dos convênios com organizações não-governamentais, apesar de alguns avanços importantes na melhoria de serviços de atendimento nas aldeias, gerou muitos problemas, como a rotatividade muito grande de pessoal, a descontinuidade das ações, as dificuldades de articulação com os níveis de referência dos órgãos estaduais e municipais de saúde e a tendência à pulverização e à falta de coordenação dos serviços intra e interdistritais.

A responsabilidade gerada pelas funções sociais da ação de saúde, em função da complexidade técnica, administrativa e política que apresentam, resultou no desvio das funções originais das organizações e das lideranças indígenas, ou seja, ambas

passaram a viver a maior parte do tempo mergulhadas nas rotinas administrativas e burocráticas dos convênios, esquecendo-se das lutas prioritárias e abrangentes em defesa dos direitos indígenas. Deste modo, configurou-se uma definição ambígua do papel das organizações indígenas: entre o perfil de organização sociopolítica militante de contestação e o de organização profissional de prestação de serviços.

Por outro lado, o modelo de organização de saúde indígena em Distritos, possibilitou uma participação das comunidades indígenas na formulação e na execução de políticas e ações de saúde voltadas para elas, bem como maior controle dessas ações, notadamente por meio dos Conselhos locais, distritais, regionais e nacional. Outro aspecto importante alcançado foi o aumento considerável de recursos financeiros específicos para a saúde indígena antes nunca alcançado na história da região.

Mobilização e iniciativas de saúde indígena

A distritalização de saúde indígena foi o resultado da reivindicação do movimento indígena, que remonta a década dos anos de 1980. Na época não havia uma definição clara sobre política de saúde indígena. Os povos indígenas, com forte atuação das organizações indígenas da região do Território, pressionaram os órgãos governamentais tendo como prioridade a contratação de agentes indígenas de saúde para atuar nas comunidades.

No município de São Gabriel da Cachoeira foi criado, em 1988, o Projeto Rede Autônoma de Saúde Indígena (RASI) para iniciar um trabalho de controle social indígena sobre os serviços de saúde nas comunidades. O Projeto RASI influenciou diretamente as ações de saúde no noroeste do Amazonas, principalmente no que diz respeito à formação dos agentes de saúde indígenas. A parceria com a secretaria

municipal e o envolvimento com diversas instituições preocupadas possibilitou a implementação do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro.

O Projeto RASI transformou a concepção de saúde indígena na região ao incorporar a diversidade cultural das comunidades indígenas, aproximando os cuidados médicos formais e o saber tradicional, inclusive com a utilização das plantas medicinais cultivadas em hortas comunitárias, no âmbito do Projeto Trienal de Medicina Tradicional do Povo Baniwa e Kuripako⁹,

Embora tenha obtido bons resultados no que diz respeito à participação indígena nos fóruns deliberativos da área de saúde, as atividades do Projeto RASI com os conselheiros municipais de saúde foram suspensas, devido à falta de renovação do financiamento por parte da FUNASA. Segundo o coordenador do Projeto está prevista a retomada dos cursos de capacitação dos conselheiros. A Universidade Federal do Amazonas (com recursos da Fundação Ford), a FUNASA e o Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro (com recursos do Ministério da Saúde) deverão assumir as despesas pelas atividades de capacitação e assessoria aos conselhos locais e ao conselho distrital de saúde. Também deve ser mantido o trabalho de resgate e preservação da medicina tradicional indígena. O Projeto RASI planeja, ainda, prestar assessoria às organizações de mulheres indígenas, no sentido de auxiliá-las no encaminhamento das questões de saúde da mulher e de garantir um espaço de participação feminina nos fóruns de saúde, que, em sua maioria, são compostos por homens.

Com o objetivo de melhorar o monitoramento da saúde nas comunidades, a FOIRN também vem desenvolvendo, em parceria com o ISA, um sistema de vigilância nutricional. Por meio do projeto “Saúde, Nutrição e Meio Ambiente no Rio Tiquié”, é feita uma avaliação do estado nutricional dos moradores das comunidades nessa

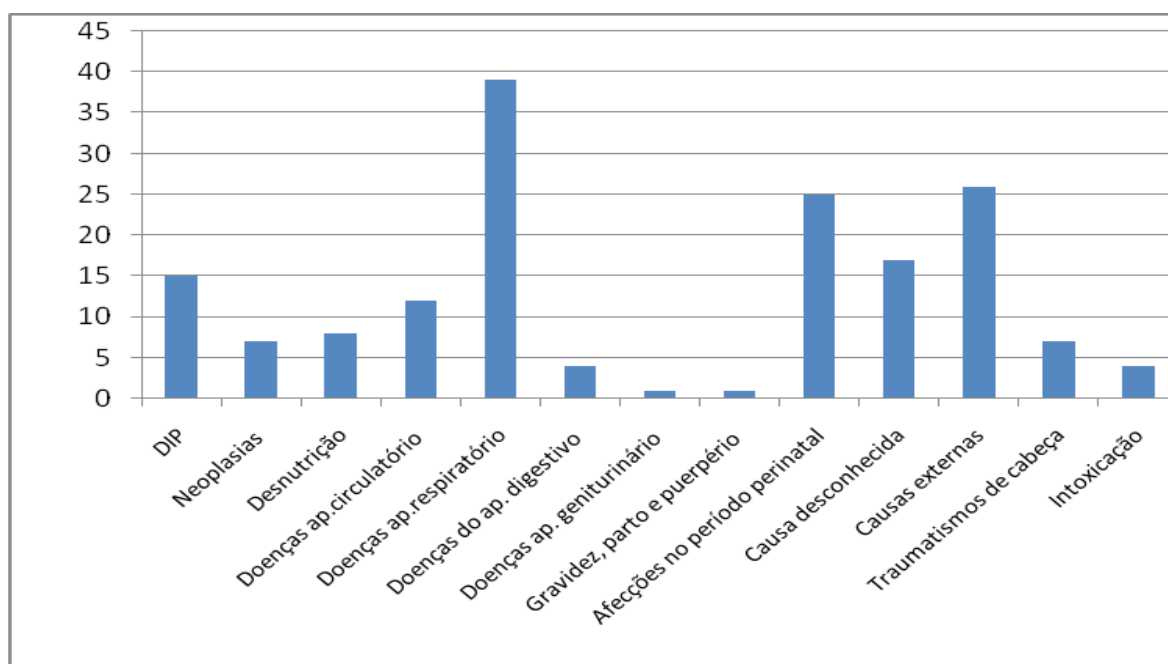
⁹ O Projeto Trienal de Medicina Tradicional do Povo Baniwa e Kuripako, coordenado pela OIBI, surgiu em um contexto de desassistência provocado pelo sucateamento dos serviços de saúde pública na região do Alto Rio Içana com o objetivo de buscar autonomia no campo da saúde através da capacitação de uma rede de agentes indígenas de saúde e do uso de medicamentos e plantas da medicina tradicional cultivadas em hortas comunitárias. O Projeto funciona no âmbito do convênio de cooperação entre a Universidade Federal do Amazonas e a FOIRN. Ao contrário de vários projetos a iniciativa da OIBI atua simultaneamente no processo de organização política das comunidades, com vistas à superação à conquista de acesso e participação no próprio Sistema Único de Saúde (SUS).

região através de medições antropométricas em todas as crianças e jovens em fase de crescimento (por vezes, também nos adultos), bem como do estudo das atividades e da alimentação das pessoas. O Projeto conta com a participação de agentes indígenas de saúde e inclui a troca de conhecimentos e experiências entre moradores da bacia do Tiquié e estudiosos dessa região (antropólogo, bio-antropólogo, ecólogo e agrônomo). Para divulgar informações sobre a pesquisa e temas relativos a saúde e nutrição, são produzidos boletins em português, tukano e tuyuka. Apesar da pesquisa ser feita no Rio Tiquié, em geral, seus resultados podem ser estendidos a toda Terra Indígena Alto Rio Negro.

Principais doenças na população indígena

A maior proporção de óbitos identificada para o período de 2008 está relacionada a doenças do aparelho respiratório, como pneumonia, bronquite e asma; doenças infecciosas e parasitárias; doenças do metabolismo, como a desnutrição; causas externas e afecções no período perinatal, conforme mostra o Gráfico 6. As infecções respiratórias agudas, por sua vez, motivaram o maior número de consultas médicas da população indígena, enquanto a pneumonia foi apontada como a maior responsável pelos óbitos no segmento infantil.

Gráfico 6: Principais Causas de Mortalidade no DSEI Alto Rio Negro, 2008



Fonte: SIASI - local/DSEI Alto Rio Negro, 2008

Nos locais de maior concentração, como em lauretê, Pari-Cacheira, Cucuí e Taracuí, os atuais hábitos de higiene e disposição de dejetos humanos expõe a populações indígenas a maiores riscos epidemiológicos e apenas a oferta de infra-estrutura não é suficiente para garantir a saúde e romper ciclos de transmissão de doenças. Especificamente em lauretê, maior núcleo urbano do Território, segundo dados de morbidade obtidos em visita de campo no DSEI Rio Negro, no período de maio a dezembro de 2003, as doenças diarreicas e parasitoses intestinais representaram cerca de 25% do total dos casos de moléstias notificadas nesse Distrito. Vale ressaltar que esses dados representam apenas os casos notificados, desconsiderando pessoas acometidas que por razões diversas não foram atendidas no sistema oficial de saúde.

Conforme as estatísticas, o índice médio de mortalidade infantil indígena nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas vem caindo desde 1999. Mesmo assim, o índice em 2005 era de 59,1 que é ainda muito alto se comparado ao índice médio de mortalidade da população infantil branca no país, que era de 24 (dados da FUNASA, 2005). Com efeito, o indicador da taxa de mortalidade infantil é um sensível indicador de saúde e qualidade de vida da população. Estima o risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida, demonstrando a influência das intervenções sobre os problemas de saúde e as modificações do meio ambiente sobre a criança, as condições de saúde materno-infantil, além de estar relacionada ao acesso a educação, às condições de saneamento, nutrição e renda.

Violência, suicídios e doenças sexualmente transmitidas associadas ao consumo de álcool e drogas

A região do Rio Negro é porção do Estado que possui os maiores índices de alcoolismo, consumo de drogas e suicídios entre os povos indígenas. A violência associada ao uso abusivo de álcool e outras drogas (como cocaína e maconha), e o fenômeno dos suicídios, são consideradas, hoje, as piores formas de violência que acometem crianças e, principalmente, os adolescentes e jovens indígenas na região do Alto Solimões e de São Gabriel da Cachoeira. Das 983 ocorrências registradas no Conselho Tutelar, em 2008, a maioria está relacionada à desestruturação familiar ocasionada pelo alcoolismo ou drogas. Segundo a pesquisa "Alcoolização e Violência no Alto Rio Negro", produzida em 2004, as diversas modalidades de violência

provocadas pelo uso abusivo do álcool não se restringem a um grupo étnico, etário ou a gênero específico.

São inúmeros os caminhos e possibilidades que se apresentam para explicar e também intervir nos casos de violência e uso abusivo de álcool e drogas nas comunidades indígenas. Mas, o mais importante, é considerar que se trata de um fenômeno coletivo e que por isso, deve ser tratado como tal. Ainda segundo a pesquisa "Alcoolização e Violência no Alto Rio Negro", é fundamental que se implante políticas públicas que valorizem a cultura e a identidades dos povos e que, qualquer ação que traga solução para o problema seja construída em parceria com os grupos indígenas.

Exemplo de iniciativas nessa direção é a formação em 2009 de grupos de adolescentes das 23 etnias do Rio Negro do Amazonas que estão participando de oficinas para discutir temas, como direitos indígenas, doenças sexualmente transmissíveis e valorização da vida. Os eventos estão sendo patrocinados pelo Fundo das Nações Unidas (UNICEF), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Oficina Escola de Luteria da Amazônia (OELA) e conta com apoio da prefeitura municipal, FOIRN, Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas (SUSAM) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). A proposta é que os adolescentes se tornem multiplicadores das informações em suas aldeias. Além dos treinamentos foi lançada uma cartilha em língua tikuna, produzida pela COIAB, OELA e SUSAM, com financiamento do UNICEF sobre esses temas.

Visão interdisciplinar e dialógica entre os sistemas oficiais e tradicionais de saúde

Cabe destacar que as diversas causas das doenças e problemas de saúde e distúrbios sociais identificadas se interconectam, constituindo uma rede hierarquizada, exigindo propostas de ações que articulem diversas áreas de conhecimento e setores de atuação. O desenvolvimento de ações de saneamento associadas às ações de educação em saúde com tecnologias e materiais culturalmente adequados, poderia, por exemplo, reduzir a necessidade de intervenções técnicas de alto custo. As causas associadas à desnutrição em parte são relativas ao acesso e produção de alimentos, resultados de processos históricos diversos, podendo ser consequência de uma

pluralidade de fatores – geopolíticos, fundiários, étnicos, que a pura explicação economicista reduziria a perspectiva de uma intervenção eficaz.

Além de uma abordagem interdisciplinar entre os diversos setores e campos de atuação técnica, as concepções indígenas sobre saúde e doença precisam ser levadas em conta pelos profissionais de saúde, na medida em que podem garantir ou não a eficácia de seus diversos procedimentos de tratamento, mas, sobretudo porque não devem ser violentadas as crenças e os valores culturais, que são tão importantes quanto as possibilidades oferecidas pela medicina moderna.

Estrutura Agrária

Na década de 1990 na região do Território da Cidadania Indígena do Rio Negro o movimento indígena estava se organizando e sendo reconhecido oficialmente um importante conjunto de terras indígenas no Alto Rio Negro e em Roraima. Nesse período, a FOIRN concentrou seus esforços no processo de demarcação das terras indígenas. A proposta do governo previa a demarcação de terras isoladas umas das outras, no que se convencionou chamar de “ilhas de demarcação”. A FOIRN conseguiu impedir esse processo, negociando o que hoje é considerado um modelo de demarcação de terras indígenas: são 10,6 milhões de hectares contínuos, conquistados a partir da identificação de trilhas que interligam comunidades e rios existentes na região, mostrando a fluidez do espaço da floresta.

Felizmente a demarcação das Terras Indígenas na região antecedeu a chegada da fronteira econômica predatória, cuja expectativa de dinamização está depositada na exploração de recursos minerais por parte de interesses privados.

Alto Rio Negro: processo de ordenamento territorial quase consolidado

O Alto Rio Negro é a parte da bacia que corresponde majoritariamente a cinco Terras Indígenas demarcadas e homologadas em 1998, somando 10,6 milhões de hectares de extensão contínua. Além dessas, há a parte da Terra Indígena Yanomami e a Terra Indígena do Balaio (reconhecida oficialmente em dezembro de 2006), localizada no eixo da estrada que liga a cidade de São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, que sobrepõe-

se ao Parque Nacional Pico da Neblina, sob responsabilidade do IBAMA, que possui uma extensão de 2.200.000 hectares. Essa sobreposição gera conflitos na gestão, pois o Parque Nacional é uma Unidade de Conservação de proteção integral que não permite a nenhum tipo de ocupação permanente em seu interior, enquanto que as Terras Indígenas são bens da União cujo usufruto das riquezas do solo, rios e lagos existentes em seu interior é exclusivo dos povos indígenas que nelas habitam.

Ainda em fase de estudos e procedimentos administrativos para a identificação, delimitação, demarcação e homologação pela FUNAI, encontra-se a Terra Indígena Marabitanas Cué-Cué, situada na margem esquerda do Rio Negro acima da sede do município. Com a regulamentação dessa unidade mais de 90% da extensão do município de São Gabriel passarão a ser cobertos por terras indígenas. Além das terras indígenas o município de São Gabriel abriga um Parque Nacional, uma Reserva Florestal e dez Florestas Nacionais que somam um território de 10.193.126 hectares, conforme ilustra o quadro abaixo (Tabela 12):

Tabela 12: Unidades de Conservação existentes no Território da Cidadania Indígena.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	Área (hectares)
Parque Nacional do Pico da Neblina (atitude de 2.993,8 m)	2.200.000
Reserva Florestal do Rio Negro	3.790.000
Floresta Nacional do Cubaté	416.532
Floresta Nacional do Içana	200.561
Floresta Nacional do Içana-Aiari	491.400
Floresta Nacional Cuiari	109.518
Floresta Nacional Pari-Cachoeira I	18.000
Floresta Nacional Pari-Cachoeira II	654.000
Floresta Nacional Piraiuara	631.436
Floresta Nacional Taracúá I	647.744
Floresta Nacional Taracúá II	559.504
Floresta Nacional Urucu	66.496
Floresta Nacional Xié	407.935
TOTAL	10.193.126

Fonte: Anuário Estatístico, 2008.

Médio Rio Negro: em processo de ordenamento territorial

Esta região abrange os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos e assiste hoje ao início de um processo de ordenamento territorial, que envolve a identificação de Terras Indígenas e a criação ou redefinição de Unidades de Conservação.

Na década de 1990, a criação de áreas protegidas se deu de maneira diferenciada na porção alta e baixa da bacia do Rio Negro, ao passo que na região do Médio Rio Negro permaneceu sem providências. Nesse mesmo período, no Médio Rio Negro intensificaram-se a captura de peixes ornamentais, a pesca comercial e a exploração da fibra de piaçaba. Todas essas atividades eram e ainda são praticadas em regime de aviamento, possuindo particularidades associadas ao modo de acesso e apropriação dos recursos.

Somente a partir do ano 2000 o poder público federal reconheceu a ocupação indígena na região quando incorporou uma série de comunidades ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro. Em 2002, a FUNAI iniciou estudos preliminares de identificação de Terras Indígenas, mas os considerou não conclusivos. Desde 2007, dois grupos técnicos da FUNAI estiveram à frente do processo de identificação das Terras Indígenas, que ainda não foi concluído.

As propostas de criação ou redefinição de Unidades de Conservação têm ocorrido paralelamente à definição dos limites das Terras Indígenas e envolvem também: a criação de Reservas Extrativistas; a mudança da Área de Proteção Ambiental de Mariuá para outro tipo de Unidade de Conservação mais restritiva e a redefinição do limite do Parque Estadual da Serra do Araçá, localizado no município de Barcelos com uma extensão de 1.818.700 hectares, visando eliminar a sobreposição com a Terra Indígena Yanomami e agregar ao Parque os campos de dunas, paisagens endêmicas do noroeste do Amazonas. Além dessas áreas em processo de criação e redefinição, os municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro abrigam a Floresta Nacional do Amazonas que compreende uma área de 1.573.100 hectares.

O Ordenamento e gestão territorial nas regiões do Alto e Médio Rio Negro devem necessariamente equacionar as demandas sociais – de grupos indígenas e populações tradicionais, moradores dos centros urbanos e das comunidades – por reconhecimento de direitos territoriais e os diversos interesses relacionados aos usos dos recursos naturais.

Tabela 13: Situação das Terras Indígenas no Território do Rio Negro da Cidadania Indígena

Região	Terras Indígenas	Povos Indígenas	Municípios	Área	Situação
ALTO RIO NEGRO	TI Alto Rio Negro	Arapáso, Barasána, Baré, Karapanã, Suriána, Wanana	Japurá, São Gabriel da Cachoeira	7.999.381	Regularizada
	TI Médio Rio Negro I	Baniwa, Baré, Desana, Makú, Tariána, Tukano	Japurá, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira	1.776.139	Regularizada
	TI Médio Rio Negro II	Baniwa, Baré, Desana, Makú, Tariána, Tukano	Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira	316.195	Regularizada
	TI Rio Téa	Baré, Desana, Makú, Piratapúya, Tukano	Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira	411.865	Regularizada
	TI Rio Apaporis	Desana, Makú, Tukano, Tuyúka	Japurá	106.960	Regularizada
	TI Cué Cué/ Marabitanas	Baré	São Gabriel da Cachoeira	-	Em estudo
RIO NEGRO ALTO E MÉDIO	TI Yanomami	Yanomami	Alto Alegre, Barcelos, Boa Vista, Caracaraí, Mucajaí, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira	9.664.975	Regularizada
	TI Balaio	Desana, Tariána, Tukano	São Gabriel da Cachoeira	257.281	Declarada

MÉDIO RIO NEGRO	TI Uneixui	Makú, Tukano	Santa Isabel do Rio Negro	403.183	Terra em revisão/estudo de limites
	TI Maraã Urubaxi	Kanamari, Makú	Maraã, Santa Isabel do Rio Negro	94.405	Regularizada
	TI Parana do Boa Boa	Makú	Japurá, Santa Isabel do Rio Negro	240.546	Regularizada
	TI Baixo Rio Negro		Barcelos	-	Em estudo
	TI Baixo Rio Negro II	Maku e Tukano	Santa Isabel do Rio Negro	-	Em estudo

Embora boa parte das Terras Indígenas esteja regularizada, A FUNAI não dispõe de estrutura para vigiar todas as Terras e não dispõe de dados confiáveis sobre o número de garimpeiros dentro delas, especialmente no território dos Yanomami. Portanto, é urgente a implantação do Plano de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas homologadas.

De acordo com um levantamento do ISA no final dos anos de 1990, com base nos dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), parte substantiva do subsolo das Terras Indígenas do Rio Negro está requerida por empresas de mineração: 451 requerimentos incidem na TI Alto Rio Negro (38% da extensão), 98 requerimentos na TI Médio Rio Negro I (19%), 39 na TI Médio Rio Negro II (18%), 11 na TI Rio Apapóris (53%) e 26 na TI Rio Téa (22%).

Aspectos Econômicos e Produtivos

Como a maioria dos municípios do Estado do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos enfrentam problemas, de ordem econômica, principalmente no que diz respeito à infra-estrutura e geração de renda, apesar das suas grandes potencialidades ambientais e culturais, que precisam ser exploradas para alavancar um desenvolvimento sustentável na região. Isso faz com que os repasses de recursos financeiros governamentais ganhe importância na economia da região.

Com participação determinante na economia dos três municípios, o extrativismo constitui-se na principal fonte de renda do Território, incluindo a madeira, sorva, cipó-títica, palmito, seringa, açaí, castanha-do-Brasil, com destaque para a produção de piaçava e peixes ornamentais.

O comércio, apesar de muito localizado, dinamiza a economia da região envolvendo vários segmentos da população, oferecendo produtos bastante variados em estabelecimentos comerciais que atendem, tanto no varejo como em atacado, nas áreas de alimentos, vestuários, calçados, ferragens, materiais de construção, além de pequenas empresas que oferecem serviços de construção civil, marcenaria, transporte, comunicação, etc.

A produção agropecuária, apesar de contribuir pouco para a economia da região, tem grande importância para a segurança alimentar e reprodução social e cultural da população, com destaque para a cultura da mandioca, junto com a atividade de pesca que é feita de forma artesanal para consumo e venda, com cerca de 700 espécies de peixes comestíveis e ornamentais que são exportados para países da Europa, Ásia e Américas.

O setor turístico possui grande potencial econômico. A região conta com riquezas naturais exuberantes, como: praias de areia branca, cachoeiras, corredeiras, rios e lagos de águas preta, branca e clara e uma rica fauna e flora. O município de Barcelos abriga em seu território o maior arquipélago fluvial do mundo: o arquipélago Mariuá.

Finanças Públicas Municipais

Parte das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e Municípios. Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

No Território do Rio Negro da Cidadania Indígena as receitas municipais são oriundas principalmente de recursos governamentais. O repasse estadual é uma das vias de rentabilidade das prefeituras, que inclui verbas oriundas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Veículos Automotivos (IPVA). Dos três municípios do Território, São Gabriel da Cachoeira é o que mais recebe verbas estaduais. Além das verbas estaduais, todos os municípios do Território recebem *royalties*.

Tabela 14 – Transferências Estaduais aos municípios do Território da Cidadania Indígena (2008).

Municípios	Repasses Municipais (R\$) - 2008					
	Transferências Estaduais				ROYALTIES	TOTAL
	ICMS	IPI	IPVA	Total		
São Gabriel da Cachoeira	7.663.590,33	90.096,38	86.163,76	7.839.850,47	206.589,93	8.046.440,40
Santa Isabel do Rio Negro	5.557.902,22	65.341,03	4.670,24	5.627.913,49	149.826,20	5.777.739,69
Barcelos	7.124.979,92	83.764,25	11.498,91	7.220.243,08	192.070,43	7.412.313,51
Total Território	20.346.472,47	239.201,66	102.332,91	20.688.007,04	548.486,56	21.236.493,60
Total Estado	1.160.798.292,55	13.646.831,31	67.206.261,44	1.241.651.385,30	31.292.022,36	1.272.943.407,66
%	1,75	1,75	0,15	1,67	1,75	1,67

Fonte: SEFAZ-AM, 2008.

Dentre as principais transferências da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, previstas na Constituição, destacam-se: o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação; o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, Leis Complementares LC 87/96, FUNDEF, CIDE, FEX (Tabela 15)

Tabela 15 – Transferências Nacionais do Território da Cidadania Indígena (2008).

Municípios	Transferências Federais (R\$) - 2006							
	FPM	ITR	IOF	LC 87/96	FUNDEF	CIDE	FEX	TOTAL
São Gabriel da Cachoeira	10.232.754,12	7,16	0,00	26.492,50	12.931.455,81	100.503,23	67.930,42	23.359.134,24
Santa Isabel do Rio Negro	5.684.858,53	8,14	1.016,97	19.213,21	3.049.245,83	46.207,06	49.265,50	8.849.851,24
Barcelos	8.646.976,52	942,75	0,00	24.630,49	4.220.702,11	79.431,48	63.156,16	13.035.839,51
Tot. Território	24.564.589,17	958,05	1.016,97	70.336,20	20.201.403,75	226.141,77	180.352,08	45.244.797,99
Tot. Estado	1.070.132.139,74	86.169.295,82	24.808,56	12.038.358,12	538.238.938,22	19.268.690,55	30.868.110,00	1.756.740.341,01
%	2,30	0,001	4,10	0,58	3,75	1,17	0,58	2,58

Fonte: Tesouro Nacional, 2008

Além desses recursos constitucionais, outros repasses são feitos dos Estados aos municípios, especialmente na área de saúde e educação, como ações socioeducativas, apoio à alimentação e transporte escolar, atenção à saúde dos povos indígenas, bolsa para crianças e adolescentes em situação de trabalho, vigilância sanitária, farmácia básica, bolsa família, dentre outros. Ao todo, o Estado do Amazonas repassa aos seus 62 municípios um valor de R\$ 1.712.536.660,30. Deste total São Gabriel da Cachoeira recebe R\$ 35.780.848,51; Santa Isabel do Rio Negro recebe R\$ 10.353.332,20 e Barcelos recebe R\$ 27.354.663,89, totalizando um valor de R\$ **73.488.844,60** para o Território da Cidadania Indígena (Tabela 16).

Tabela 16 – Comparativo entre o total de transferências do Governo do Amazonas e transferências de renda para os municípios do Território da Cidadania Indígena (2008)

Município	Transferências de recursos aos Municípios (2006)		
	Total de Repasse ¹⁰ (R\$)	De Renda ¹¹ (R\$)	Participação das transferências de renda (%)
São Gabriel da	35.780.848,51	3.483.777,00	9,74
Santa Isabel do Rio	10.353.332,20	1.025.440,00	9,90
Barcelos	27.354.663,89	1.855.227,00	6,78
Tot. Território	73.488.844.60	6.364.444.00	8.66
Estado do Amazonas	1.712.536.660,30		
%	4,30		

Fonte: Repasses Constitucionais - Tesouro Nacional, 2008.

O Território da Cidadania Indígena do Rio Negro apresenta o setor de serviços como a principal base econômica, com destaque para o comércio e turismo. Tanto os setores da agropecuária como da indústria têm um baixo desempenho por tratar de um território onde as atividades agrícolas e pecuárias são destinadas basicamente para a subsistência e a indústria ser bastante incipiente, que conta com usinas de beneficiamento de arroz, serrarias, padaria e olaria (Tabela 17).

¹⁰ Todos os repasses do Governo do Amazonas aos municípios nas diversas áreas.

¹¹ Bolsa Família

Tabela 17 – Produto interno Bruto do Território Rio Negro da Cidadania Indígena por setor e per capita, referente ao ano de 2006.

Municípios	PIB por Setor (Milhões R\$)				PIB per Capita (R\$ 1,00)
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	
São Gabriel da Cachoeira	40.746	9.583	87.564	137.893	4.146
Santa Isabel do Rio Negro	4.585	2.185	22.187	28.957	4.197
Barcelos	9.721	7.698	55.133	72.552	2.205
Total Território	55.052	19.466	164.884	239.402	
Estado	1.459.262	12.324.474	14.067.302	27.851.038	
%	3,77	0,15	1,17	0,86	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais – 2006

Aspectos Produtivos

Como a maior parte dos povos indígenas da Amazônia, as etnias do noroeste do Amazonas desenvolvem economias em transição. São sistemas complexos, marcados geralmente por profundas contradições, dicotomias e conflitos de modelos, conhecimentos e valores. Nesses sistemas, as comunidades indígenas orientam suas economias a partir das suas formas tradicionais de organização social, política, religiosa e econômica em diálogo e comunicação com as referências e modelos econômicos ocidentais de produção, que nem sempre é fácil e sem discordâncias.

A principal marca das economias indígenas é o fato de elas estarem fundamentalmente associadas às dinâmicas sociais e práticas religiosas, que regem o ritmo, o volume e o sentido das práticas econômicas. Nas economias indígenas os calendários sociais (cerimônias, rituais, ciclos reprodutivos) estão conjugados com os ciclos ecológicos, determinado os ciclos produtivos. Toda a atividade econômica tem em si mesma como função garantir o bem-estar das pessoas e das coletividades. Por isso, para ser um bom pescador, não basta conseguir pescar muito peixe, é preciso também saber repartir o seu pescado e ser generoso na socialização do domínio das suas habilidades.

A economia não tem apenas uma função material, mas também social e moral. Neste sentido, o importante não é a abundância em si mesma, mas o que a abundância possibilita para a realização sócio-espiritual da comunidade. Portanto, a abundância merece sempre uma festa, uma cerimônia ou um ritual como expressão do seu valor social, pois é na abundância que se torna possível viver com intensidade a generosidade, a partilha, a hospitalidade, o espírito comunitário e a reciprocidade.

As economias indígenas estão organizadas por meio de complexos sistemas de produção, distribuição e consumo. As atividades produtivas dependem de consideráveis graus de especialização. Há todo um processo organizativo que passa pelo planejamento do espaço a ser cultivado por cada unidade ou grupo familiar; pela seleção do plantio de acordo com a necessidade da comunidade; pela distribuição de tarefas por gênero e faixa etária (crianças, mulheres, homens, velhos) até a distribuição para o consumo, que é feita através da permuta entre famílias, aldeias e grupos étnicos. As complexas redes de trocas de produtos e os intercâmbios de conhecimentos e divulgação cultural são provas do nível de organização. As trocas e os intercâmbios não são realizados de forma aleatória ou casual, mas obedecem a uma teia de relações políticas e econômicas socialmente construídas.

As comunidades indígenas, por terem uma relação de dependência dos recursos naturais para a sua reprodução física, cultural, econômica e política, são propensas a agir no limite da capacidade produtiva do meio ambiente. Em função disso, ao longo de milhares de anos, foram aperfeiçoando técnicas cada vez menos predatórias. Por exemplo, no rio Içana, foram se popularizando o uso de cacuri, caiá e matapi, ao invés de timbó ou rede para capturar peixe com mais facilidade. As roças rotativas são outros exemplos dessa busca de adaptação mais equilibrada.

Sistemas tradicionais de produção

Historicamente as populações presentes em ambientes pouco produtivos, como os povos indígenas do Rio Negro, têm elaborado respostas que têm tido um alto grau de sucesso do ponto de vista da produtividade. Entre elas destacam-se a importância do cultivo da mandioca, uma planta adaptada a solos ácidos e pobres; técnicas

especializadas de pesca para lidar com a baixa produtividade e resolução ótica dos rios, populações dispersas em povoados menores com um grau acentuado de controle territorial e alimentação comunal que distribui efetivamente a produção.

A produção da farinha e seus derivados constituem-se na base da alimentação dos povos indígenas da bacia do rio Negro. São cultivadas dezenas de variedades que são constantemente renovadas e manejadas através de intercâmbios entre famílias e grupos. Vários fatores, como migração para a cidade e mudanças de hábito alimentares contribuem para a perda ou alteração da diversidade varietal da mandioca. Os povos indígenas da região do Rio Negro desenvolveram ao longo de milhares de anos a sabedoria de cruzar espécies de mandioca e, assim, produzir espécies novas, mais resistentes a pragas, capazes de melhorar a produção.

Em geral, são as mulheres que se responsabilizam pelo cultivo e colheita das roças, incluindo o carregamento de pesadas cargas de mandioca de roças distantes, além dos afazeres de casa. Os homens somente participam quando a família se envolve na produção de um novo estoque de farinha ou de um excedente para a venda, carregando grandes quantidades de lenha para torrar a farinha. Isto também ocorre quando as comunidades fabricam a bebida caxiri para as grandes festas.

A atividade principal dos homens é contribuir com a outra parte da alimentação, o peixe ou a carne de caça. Em geral, os homens saem de canoa todos os dias ou durante a noite para pescar ou caçar. Este trabalho requer um bom conhecimento do rio, dos melhores locais para a pesca, dos hábitos dos peixes e das técnicas de pescaria, caso contrário, pouco sucesso haverá nos empreendimentos. Praticamente todos os homens têm pelo menos uma canoa, sendo bastante valorizadas as Canoas maiores para viagens mais longas.

Embora a pesca seja uma atividade realizada o ano inteiro, é na estação seca do verão que acontecem as grandes expedições de pesca. Os Baniwa conhecem muitas técnicas de pesca incluindo o uso de armadilhas e redes, iscas, arcos e flechas, facões e lanças e o timbó. Tanto a pesca, a caça, quanto a agricultura são atividades

sincronizadas com uma variedade de indicadores ambientais e calendários míticos e, antigamente, eram vinculadas a uma série de rituais importantes.

As atividades agrícolas são desenvolvidas principalmente entre os meses de outubro e fevereiro do ano seguinte são intercaladas, nos meses de cheia, de maio a setembro, ao corte de processamento da piaçava, principalmente dos povos dos Rios Negro e Xié. Trata-se, portanto de um ciclo anual em que as atividades extrativas comerciais não estão dissociadas das demais atividades produtivas, de caça, coleta e artesanais cotidianas. A atividade extrativista de piaçava está “encaixada” em um sistema maior de produção da vida econômica e social destas populações.

Embora todos os povos indígenas da região do alto e médio Rio Negro se dediquem a caça, os povos maku são conhecidos como os grandes caçadores e coletores por viverem em pequenas clareiras na mata, distantes dos rios e igarapés navegáveis. Em geral, os homens fazem suas caçadas diárias num raio de sete a dez quilômetros em torno das aldeias. Outra estratégia de caça consiste no deslocamento de todos os moradores da aldeia (ou a maioria deles) para os acampamentos de caça. Isso ocorre em média a cada dois meses. A estadia em um acampamento pode durar de alguns poucos dias a um mês. A decisão de partida para os acampamentos de caça pode decorrer de vários fatores: esgotamento temporário de caça no entorno da aldeia; vontade de comerciar a caça com outros índios da região; problemas matrimoniais; disputas entre famílias da mesma aldeia ou simplesmente o desejo de fazer festas com muita comida.

Entre as comunidades, há um consenso na divisão das áreas de uso destinadas ao cultivo de roças e a construção de moradias para cada família residente. Há, no entanto, lagos, igarapés e paisagens de recursos (piaçabais e ou castanhais, por exemplo) de uso compartilhado entre moradores de comunidades vizinhas e moradores da sede municipal que praticam a pesca ou atividades extrativistas, incluindo a caça.

Produção agrícola e pecuária

Como visto a mandioca brava ocupa a maior parte das roças indígenas. Estas roças associam-se também a sistemas agroflorestais de grande complexidade, pois além da produção de mandioca e outros produtos nas roças abertas, as roças que já foram abandonadas para cultivo continuam a ser utilizadas como sistemas agroflorestais de onde se aproveitam por vários anos a oferta de frutos e outras plantas que se desenvolvem plenamente quando estas já se transformam em capoeiras. Próximos aos antigos locais de moradia é comum encontrar manchas de terra preta que, quando possível, são aproveitadas para roças por sua boa produção. Há também as velhas capoeiras, de onde se retira uma grande quantidade de remédios.

A fabricação de farinha é o principal agente econômico e de agregação social das populações indígenas do Território. A produção de cada roça é revertida ao grupo familiar, embora todo o trabalho de preparação de terra, colheita e beneficiamento seja realizado coletivamente. A produção da região é de seis toneladas de raiz por hectare, o que é bastante baixa. Em geral um hectare plantado produz duas toneladas de farinha de mandioca, o suficiente para abastecer uma família durante o ano todo e criar excedentes. A farinha de mandioca é o principal produto de troca das populações indígenas por gêneros alimentícios nos regatões (barcos-mercearias); os outros produtos plantados, sobretudo as frutas, servem apenas para subsistência.

Além da mandioca, as produções agropecuárias de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos são baseadas, principalmente, no cultivo da banana, abacate, abacaxi, arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar, batata-doce, laranja, mamão, manga, maracujá e melancia (Tabela 18). No entanto, suas produções não suprem as necessidades dos municípios, que precisam importar a maioria de seus gêneros alimentícios. A pecuária é representada principalmente por bovinos, suínos, galinhas e frangos, com produção de carne e de leite destinada ao consumo local (Tabela 19).

Tabela 18 - Quadro comparativo do valor e da quantidade da produção agrícola do Território em relação do Estado, referente ao ano 2008.

Produção Agrícola	Valor da Produção (mil reais)			Quantidade Produzida (t)		
	Território	Estado	%	Território	Estado	%
Abacate	2	361	0,55	8	857	0,93
Abacaxi	175	25.094	0,7	297	22.468	1,32
Banana	3.412	73.353	4,65	4.381	90.247	4,85
Batata doce	1	86	1,16	15	502	2,99
Cana-de-acúcar	101	82.672	0,12	360	365.983	0,10
Laranja	8	7.744	0,10	19	18.227	0,10
Mamão	19	1.462	1,30	128	9.684	1,32
Mandioca	10.614	233.582	4,54	23.890	1.139.218	2,10
Manga	1	58	1,72	10	1.051	0,95
Maracujá	1	239	0,42	19	3.015	0,63
Melancia	25	17.714	0,14	124	30.429	0,41
Milho	72	15.119	0,48	152	29.313	0,52
Arroz	19	9.408	0,20	22	14.614	0,15
Feijão	113	7.663	1,47	59	5.654	1,04
TOTAL	14.563	474.555	3,07	29.484	1.731.262	1,70

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE 2008.

Tabela 19 - Quadro comparativo da quantidade da produção pecuária do Território em relação do Estado, referente ao ano 2007.

Produção animal	Quantidade Produzida (cabeças)	
	Território	Estado
Bovino	356	1.208.652
Galinhas	100	2.365.027
Frangos	959.487	5.322
Suíno	589	155.525
TOTAL		

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2007.

Produção vegetal extrativa

Como comentado antes, o extrativismo é a base da economia do Território, com ênfase nos produtos explorados e comercializados visando o mercado nacional e internacional, como a piaçava, o cipó titica, como veremos logo adiante.

Os outros produtos vegetais extrativistas possuem uma participação pequena em relação à produção estadual (Quadro 20). A seringueira é explorada pelas comunidades ribeirinhas do alto e médio Rio Negro, mas a densidade das árvores é relativamente pequena com ocorrência bastante restrita nas áreas de floresta de terra firme, o que implica grandes deslocamentos para a coleta do látex. O caso da sorva é particularmente interessante. Seu látex é empregado na fabricação de produtos bem específicos como as gomas de mascar, bolas de "baseball". As árvores sorva já foram muito exploradas nesta região entre as décadas de 1960 e 1970, de forma predatória, contribuindo para que hoje estejam mais raras ou distantes dos grandes rios ou das comunidades.

Embora a castanha-do-Brasil seja produzida em baixa quantidade, sabe-se que há muito potencial para a extração sustentável e beneficiamento desse recurso. Esse potencial se dá devido aos enormes castanhais que existem na região do médio Rio Negro, entre as sedes municipais de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Apesar da pequena contribuição do território na produção de açaí, Barcelos é o décimo município produtor do Estado. A região apresenta alto potencial para aumentar a produção extrativista, entretanto, falta assistência técnica para o manejo de açaí nativo e as agências de fomento e financiamento têm pouca experiência em atender a demanda de produtos extrativos. A produção de madeira (carvão mineral, lenha e madeira em tora) corresponde a 2,02% da produção estadual.

Tabela 20 - Quadro comparativo do valor e da quantidade da produção extrativista do Território em relação do Estado, referente ao ano 2007.

Produção extrativista vegetal	Valor da Produção (mil reais)			Quantidade Produzida		
	Território	Estado	%	Território	Estado	%
Açaí (t)	12	1.115	1,07	17	1.223	1,39
Castanha-do-Brasil (t)	23	21.486	0,1	11	8.871	0,12
Piçava (t)	15.573	15.573	100	9.402	9.402	100
Carvão mineral (m3)	249	6.072	4,1	237	5.363	4,42
Lenha (m3)	232	10.833	2,14	59.756	2.654.389	2,25
Madeira em tora (m3)	571	28.133	2,02	24.719	1.063.425	2,32
TOTAL	16.660	83.212	20,02	94.142	3.742.673	2,51

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2007.

Em Barcelos, um projeto de manejo de palmito jauari está em fase de liberação pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. O projeto será implantado na região do arquipélago de Mariuá no rio Negro. O município de Barcelos já foi considerado o maior produtor industrial de palmito na Amazônia Central, durante a década de 1990, mas em 1991 o produto deixou de ser comercializado. A determinação partiu do IBAMA que alegou riscos a exploração do meio ambiente. Atualmente a fábrica de produção de palmito encontra-se fechada aguardando a liberação da licença de operação, que depende de um plano de manejo. A capacidade de produção estimada é de 1.300 vidros, contendo 300 gramas de palmito ou até 4 toneladas por dia. Por isto faz-se necessário a realização de inventário desta espécie, para que se possa realizar a extração de baixo impacto com metodologia adequada e de maneira sustentável. O manejo de Jauari contará com o apoio das seguintes instituições: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Agência de Desenvolvimento Sustentável,

Cooperativa Mista Agropecuária de Iranduba (COOAPIR) e Agência de Fomento do Estado do Amazonas.

Produção de artesanatos

A produção de artesanatos é dividida segundo gênero. As mulheres, tradicionalmente, dedicam-se à produção de cerâmicas, cuias e fiação de tucum para cordas, enquanto os homens dedicam-se a produção de objetos cerimoniais e toda cestaria (com exceção dos aturas de cipó que são trançados por mulheres maku). Os artefatos usados na cozinha são os mesmos em toda a região do alto e médio Rio Negro: tipiti, cumatá, peneiras e balaios de arumã; ralos baniwa, feitos na região do Rio Içana e distribuídos por todas as partes; abanos trançados com talas de tucum ou de arumã; além de recipientes para pimenta e jiraus feitos com os mais diversos materiais. Os cestos utilizados para carregar mandioca, frutas e outras raízes, conhecidos como aturas e jamaxis, em geral, são feitos com cipó titica e turi.

Nos últimos anos as comunidades também vêm se dedicando à fabricação de artesanato para a venda ou troca de produtos industrializados. Com as missões salesianas, as mulheres passaram a se dedicar à fabricação de redes, tapetes e bolsas de tucum para venda. Na região do Rio Içana há atualmente um aumento da produção de balaios e urutus para a venda; muitas mulheres baniwa se dedicam a esta atividade, tecendo as peças nos mais diferentes tamanhos, tipos de desenho e coloração.

As atividades comerciais incluem a produção de artesanato (cestos, raladores de mandioca, redes, acangataras) e mandioca para vender aos comerciantes, ou nos mercados urbanos. Os Baniwa são excelentes artesãos. São os únicos fabricantes dos raladores de mandioca feitos de madeira e pontas de quartzo, que são distribuídos em toda a região, por meio das trocas interétnicas e dos comerciantes. Atualmente, são os principais produtores de urutus e balaios para venda, tecendo as peças nos mais diferentes tamanhos, tipos de desenho e coloração. Para conhecer mais a respeito dessa atividade, ver a versão eletrônica do livro *Arte Baniwa*.

Sistemas Econômicos Extrativistas Regionais

Provavelmente as atividades extrativistas comerciais são as que mais têm contribuído para modificar os padrões de subsistência da população indígena da região do alto e médio Rio Negro. Desde cedo na história de contato, os povos indígenas têm participado numa série de atividades extrativas tais como a piaçava, borracha, sorva, e cipó-títica.

Com o declínio do extrativismo, a partir da década de 1970, a atividade econômica ao longo do Rio Negro sofreu uma forte desaceleração. Os patrões foram embora deixando o sistema extrativista em condições precárias; alguns indígenas tornaram-se atravessadores, tentando ocupar o lugar dos patrões, mas com muita dificuldade. A população de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos e de grande parte da bacia do Rio Negro declinou. Muitos indígenas retornaram para seus locais de origem, nas porções altas do Rio Negro, enquanto que outra parte significativa da população se mudou para Manaus. Hoje seus habitantes vivem uma economia em decadência, embora sem as pressões das fronteiras agrícolas ou do garimpo, comuns em outras localidades amazônicas.

Até hoje os sistemas de exploração extrativista operam na região, no entanto, com menor intensidade. Os intermediários são herdeiros dos antigos patrões e, como eles, trocam produtos florestais, peixes ornamentais, pescado e caça por mantimentos, numa relação de preços sempre desfavorável aos extrativistas. Os mantimentos já chegam na região 100 a 200% mais caros, por conta do frete. Sobre tais preços os intermediários ainda acrescentam altas margens para revenda aos extrativistas e assim perpetuam a troca de trabalho por dívidas, muito comum em regiões isoladas do país.

Tanto o extrativismo como a agricultura obedecem à sazonalidade determinada pelas águas. Durante a época seca, as populações locais se envolvem na exploração da sorva, pescam peixes ornamentais e comestíveis, cortam piaçaba e madeira e caçam tartarugas, um dos pratos preferidos na região. No tempo da cheia, transportam a madeira e a piaçaba cortada, tiram o palmito e caçam antas, catetos, queixadas, pacas e veados.

Comércio de peixes ornamentais em Barcelos

Embora o comércio de peixes ornamentais¹² (piabas) tenha iniciado na década de 1950, foi somente nas décadas de 1980 e de 1990 que ocupou um lugar de destaque, constituindo uma das principais fontes de renda da região do médio Rio Negro¹³. Em Barcelos essa atividade chegou a envolver, nos anos de 1990, direta e indiretamente, cerca de 80% da população do município. Na época as estimativas apontavam que em média cerca de 20 milhões de piabas eram exportadas por ano para o mercado de aquarismo, o que representava mais de 60% dos rendimentos do município. Os compradores mais importantes eram e ainda são a Europa, o Japão e os Estados Unidos e as piabas mais vendidas são o Cardinal e o Acará-disco.

Atualmente, calcula-se que existam cerca de 600 a 700 piabeiros e entre 60 a 70 patrões na bacia do Rio Negro, gerando mais de 65% da receita municipal de Barcelos. A cadeia produtiva do peixe ornamental é considerada localmente como uma “cadeia de culpa”, pois ao longo da cadeia cada indivíduo ou grupo envolvido responsabiliza os outros por suas dificuldades. Devido à falta de comunicação entre os participantes de cada elo da cadeia produtiva não há dados comprobatórios sobre os estoques de peixes, só há especulação sobre o assunto. Na região se fala muito ainda de “donos de rios e igarapés” (patrões). Para a população indígena os rios e os piaçabais são bens coletivos.

O comércio de peixes ornamentais movimenta bilhões de dólares em todo o mundo e o Brasil é o responsável por 10% de todos os peixes exóticos capturados na natureza. O Amazonas, por sua vez, é responsável por 85% do total exportado pelo Brasil. Oficialmente, 20 milhões de peixes ornamentais saem anualmente do aeroporto de Manaus, gerando US\$ 3 milhões. O município de Barcelos é o maior exportador desses peixes no Amazonas e responde por aproximadamente 90% das exportações. No Brasil, não há outros centros fornecedores de peixes ornamentais, além de

¹² As águas escuras do rio Negro e seus tributários abrigam uma riqueza impar, no que se refere aos recursos ictiológicos, o Peixe Ornamental. São aproximadamente 1.800 (mil e oitocentas) espécies de peixes ornamentais catalogadas. Porém somente 214 podem ser exploradas para uso comercial, e apenas 60 são efetivamente exploradas em Barcelos. A espécie mais explorada é o cardinal-tetra (*Paracheiroden axelrodi*), que representa 80% da exportação nacional, tendo Barcelos como principal município exportador.

¹³ Embora a coleta e venda de peixes ornamentais ofereceu certo grau de liberdade às regras rígidas das relações econômicas estabelecidas entre os patrões e os extrativistas, segundo lideranças indígenas, essa atividade não conseguiu melhorar as condições de vida da população indígena envolvida nessa atividade, pois muitos piabeiros encontram-se com dívidas com os compradores.

Barcelos. O Pará tem alguma produção, mas em pequena quantidade, segundo os pesquisadores.

Apesar da importância da atividade na economia do município e do potencial como uma das poucas alternativas de renda na bacia do Rio Negro, faltam muitas condições para uma operação sustentável, como: controle do estoque pesqueiro e das áreas de pesca; controle de qualidade do peixe exportado; cooperativas de piabeiros para reduzir a intermediação e aumentar a sua remuneração; um entreposto em Barcelos para a recuperação do peixe capturado, diminuindo as perdas e o impacto da captura sobre as populações de peixes; investimento em pesquisas para melhorar o desempenho no mercado externo, dentre outros. A reprodução e a criação em cativeiro de muitas espécies de peixes ornamentais da região, principalmente nos países asiáticos, ameaçam o frágil sistema de comercialização no Brasil, baseado em extrativismo.

Além das medidas de controle para tornar o comércio de peixes ornamentais sustentável seria necessário investir no desenvolvimento de técnicas de criação em cativeiro ou semi cativeiro para a exportação de filhotes geneticamente melhorados, com menos desperdício de matrizes por problemas de transporte e maior rentabilidade por unidade capturada.

Também é necessário implementar um plano de ordenamento e manejo sustentável para a atividade, o que exige o conhecimento sobre a biologia e a dinâmica das populações das espécies exploradas, os limites de tolerância às condições da viagem, e os padrões de qualidade da água para garantir a sobrevivência durante o transporte e nos aquários, além do conhecimento sobre os sistemas sócio-econômicos envolvidos. As pesquisas do Projeto Piaba estão orientadas nesse sentido. Para promover a conscientização da importância dos peixes ornamentais, o Projeto Piaba tem trabalhado junto a escolas e professores de Barcelos, além de manter aquários públicos.

Turismo e pesca esportiva em Barcelos

O turismo é uma atividade emergente no município, pois o mesmo possui um grande potencial turístico em suas várias modalidades como, turismo de aventura, turismo

científico, com destaque para o turismo ecológico, pronto para ser desenvolvido, tanto que o município foi escolhido para fazer parte do Pólo de Ecoturismo do Amazonas como área de prioridade turística. Atualmente, existem 14 empresas de turismo operando no município, sendo que quatro delas possuem sua sede na cidade de Barcelos.

Turistas do mundo todo são atraídos pela pesca esportiva de tucunaré em Barcelos. O fluxo turístico por temporada, segundo dados de 2006/2007 - SEMTUR, varia entre cinco mil a seis mil turistas, sendo a maioria são estrangeiros, alcançando um faturamento de trinta e três milhões e quinhentos mil dólares. A temporada de pesca ocorre no período da vazante do rio de outubro a fevereiro.

O turista, além de praticar a Pesca Esportiva, desfruta de passeios pelas belas praias e inúmeros canais fluviais que recortam a floresta amazônica da região, cachoeiras, morros e serras com grande beleza cênica e pelo maior arquipélago fluvial do mundo, o Arquipélago Mariuá, constituído por mais de 700 ilhas. Além da pesca esportiva do tucunaré e os atrativos naturais, Barcelos sedia o Festival do Peixe Ornamental, que é a maior festa popular da região. São três dias oficiais de festa, com apresentação das agremiações Acará-disco e Cardinal, além de feiras e exposições culturais.

Apesar da importância financeira e cultural da pesca esportiva para a região, há fortes questionamentos sobre a sustentabilidade da pesca, não só pelo comprometimento da saúde dos peixes, mas também pela ausência de regulamentação da atividade, o que tem forçado o deslocamento de moradores de seus pontos tradicionais de pesca para áreas mais distantes. Ademais, os lucros gerados com a pesca esportiva concentram-se nas mãos dos empresários do turismo. Não há participação da população local e nem do poder público local na gestão da atividade e repartição dos benefícios.

Para organizar a indústria da pesca esportiva e garantir que seu impacto negativo sobre os peixes – e, conseqüentemente, sobre as populações ribeirinhas – seja tolerável, é preciso que o município, a população e os empresários disponham de informações sobre os parâmetros de crescimento, mortalidade, reprodução, cadeia alimentar e migração das três variedades presentes no Rio Negro (popularmente

conhecidas como tucunaré paca, açu e botão). Por isso, desde outubro de 2003, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) desenvolve a pesquisa "Conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento sustentável da indústria da pesca esportiva na bacia do Rio Negro".

Extração da piaçava

A quantidade coletada de fibras de piaçava no País em 2007 somou 82.096 toneladas, e foi 1,4% maior que a obtida em 2006, quando foram produzidas 80.942 toneladas. Cerca de 88,5% da produção nacional de piaçava provém da Bahia e 11,5%, do Amazonas. Sendo que Barcelos é o quarto produtor brasileiro, com uma participação de 9% que, junto com os três primeiros municípios baianos (Caiuru, Ilhéus e Nilo Peçanha), somam 80% da produção nacional. Santa Isabel está nono lugar, com uma participação de 1,5% (IBGE, 2007)

No estado do Amazonas as áreas de intensa exploração de piaçava¹⁴ estão localizadas ao norte do estado, ao longo do Rio Negro. Dos 62 municípios amazonenses, sabe-se que a espécie ocorre em quatro municípios: Barcelos, Japurá, e com mais ocorrência São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro.

Mensalmente grandes volumes de piaçava bruta são destinados à indústria de vassouras do sudeste do Brasil. As relações comerciais são baseadas no sistema de aviamento, na qual os extrativistas trocam o produto, piaçaba cortada e amarrada em forma de toras, por mercadorias industrializadas trazidas pelos comerciantes intermediários (patrões). Nesse sistema raramente paga-se valor justo à piaçaba extraída e os patrões controlam o fluxo de mercadorias e definem preços. Por muitos anos a piaçaba foi utilizada no Rio Negro como matéria-prima para a produção de vassouras e cordas. Hoje em dia o comércio da piaçaba bruta ainda é constante, principalmente nos rios Preto, Padauri, Aracá e Téa. Ademais, na região do Rio Preto e Padauri, soma-se o problema da não regularização das terras indígenas. Muitos comerciantes se dizem donos dos piaçabais, cobrando dos piaçabeiros taxas pela

¹⁴ Uma planta de piaçaveira pode render de oito a dez quilos de piaçava por ano e o tempo de exploração prolonga-se por 20 anos. A média de produção na região é de 3 kg/planta/ano. Um trabalhador experiente chega a colher 45 kg de piaçava bruta/dia, o que rende aproximadamente 30 kg de material limpo.

exploração do recurso e impedindo a liberdade de venda do “produto” para outros comerciantes.

A vassoura e os artesanatos de piaçava têm alcançado os mercados, nacional e internacional. Os principais importadores mundiais da piaçava brasileira são Portugal, Alemanha, Holanda, Estados Unidos da América, Inglaterra e Bélgica. Contudo, nos últimos anos, o preço de mercado da piaçava bruta vem diminuindo, gerando o endividamento progressivo daqueles que dependem de sua comercialização para adquirir insumos e produtos industrializados trazidos pelos regatões.

Apesar da queda do preço bruto da piaçava, o valor de mercado de produtos artesanais feitos com a piaçava tende a aumentar. Mais recentemente, tem havido um movimento por parte das associações indígenas para a criação de uma cadeia produtiva justa da piaçava bruta e de seus produtos artesanais derivados. Os povos indígenas do Rio Xié, na bacia do Rio Negro, estão analisando a possibilidade de investir na produção de artefatos de piaçava para evitar a desvalorização da matéria-prima nos negócios com comerciantes regionais, aumentando, assim, a autonomia das comunidades, a renda dos artesãos e o nível de controle e proteção das áreas de extração da piaçava.

O novo padrão prevê a produção de produtos artesanais ricos em simbolismo histórico-cultural, capaz de fortalecer a identidade e autonomia das associações indígenas envolvidas. Essa iniciativa conta com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA), da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), da Coordenadoria Regional do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX) e a Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI).

Extração do cipó titica

No Estado do Amazonas as áreas de intensa exploração do cipó-titica¹⁵ estão localizadas ao norte do Estado, ao longo do Rio Negro. Dos 62 municípios amazonenses sabe-se que em 20 deles ocorre a espécie. Devido ao uso tradicional entre os povos indígenas, a maior produção de cipó no Estado ocorre na região do Alto Rio Negro. A título de ilustração, um extrator profissional chega a coletar até 20 kg de cipó por dia, onde 1 kg de cipó rende aproximadamente 400g de fibra.

A coleta de cipó é realizada durante o ano todo. O beneficiamento do cipó inicia-se no momento de sua extração na floresta com a remoção dos nós, seguida pela separação da casca e fibra. As fibras são agrupadas e amarradas em forma de piraíba e armazenadas em locais sombreados e ventilados para não perderem o valor comercial devido às possíveis manchas provocadas pelo sol. Os extratores são ainda incentivados a vender a fibra o mais rápido possível para evitar a perda de umidade e, conseqüentemente, a perda de peso e valor do quilograma.

A comercialização de cipó no Amazonas foi de aproximadamente 1.311 toneladas no período entre 2001 e 2005. Em 2005 nos municípios de São Gabriel, Barcelos, Japurá e Manaus foram comercializadas 384 toneladas, destas 154.897 kg foram comercializadas para três empresas nacionais com sede no Rio de Janeiro e São Paulo. Em São Paulo o valor do quilograma do cipó chega a R\$ 10,00 e no Amazonas varia de R\$ 2,00 a R\$ 3,00 (o quilo de cipó com casca) e de R\$ 4,00 a R\$ 4,50 (o quilo do cipó descascado). O Brasil possui uma demanda de cinco mil toneladas anuais de fibras descascadas de cipó titica, o que faz urgente a necessidade em se estabelecer políticas que promovam a ampliação e fortalecimento da produção.

Inicialmente o Programa Fibras Vegetais da extinta AFLORAM concentrou esforços nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Carauari para a definição de boas práticas de manejo do cipó-titica, aliando os métodos tradicionais e as informações científicas sobre a espécie, e para elaboração de uma legislação que regulamentasse a atividade visando agregação de valor dos produtos. Atualmente este programa vem

¹⁵ O Cipó-titica é uma planta típica da Amazônia que ocorre em áreas de terra firme. Trata-se de uma trepadeira que cresce nos troncos e copas das árvores e se alimenta por meio das raízes aéreas que são emitidas em direção ao solo. Estas raízes, quando maduras, são grossas, lenhosas, resistentes e duráveis, sendo muito utilizadas na fabricação de móveis, cestos, peneiras, objetos de decoração.

sendo executado pela Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) no que compete ao apoio a comercialização; pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) no que se refere à assistência técnica e capacitação; e pela Secretaria Executiva Adjunta de Floresta e Extrativismo (SEAFE/SDS) em parceria com a Secretaria de Produção Rural (SEPROR) no que se refere a formulação de políticas voltadas para o setor.

Iniciativas e Projetos-Pilotos Produtivos

Uma das características mais importantes da vida indígena é a visão integrada e holística das potencialidades e das necessidades materiais e espirituais dos indivíduos e das coletividades humanas em relação direta com os recursos naturais existentes em seus territórios. E isso tem uma grande implicação: os projetos produtivos não visam somente aumentar a quantidade de alimentos e rendimentos econômicos, mas, sobretudo, incrementar a qualidade de vida dos povos indígenas em seus contextos sócio-culturais.

Na perspectiva das economias em transição, existe uma multiplicidade de experiências concretas e interessantes em andamento, através dos chamados projetos de desenvolvimento sustentável ou etnodesenvolvimento. São experiências que trazem muitas expectativas e esperanças de possibilidades inovadoras e exitosas na solução dos problemas das comunidades na fase pós-demarcatória das terras e das comunidades indígenas e que podem ser incorporadas pelas políticas públicas.

Desde 1994, a FOIRN e o ISA estabeleceram uma parceria para desenvolver um Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Alto e Médio Rio Negro.

A partir de 1998, depois da demarcação das terras indígenas na região do Rio Negro, a FOIRN e associações filiadas, em parceria com o Instituto Socioambiental, começaram a implantar um conjunto de projetos-piloto para viabilizar algumas iniciativas prioritárias nas comunidades indígenas. Estes projetos-piloto fazem parte de uma estratégia maior de implementação de um Programa Regional de

Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro, que tem como objetivo desenvolver e multiplicar modelos sustentáveis de aproveitamento de recursos agroflorestais e aquáticos, aliando conhecimentos tradicionais e conhecimentos técnicos adaptados em parceria direta com associações de base filiadas à FOIRN. São projetos direcionados aos povos indígenas, baseados na construção de modelos adequados e compatíveis com as singularidades de cada povo indígena.

Manejo da pesca

Desde 2005 treze associações indígenas locais, incluindo sua parte colombiana, lideradas pelas associações ATRIART (Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié), ACIMET (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié) e AEITY (Associação da Escola Indígena Tukano Yepa-Pirõ-Pora), com apoio do Instituto Socioambiental, estão elaborando e implementando um plano de manejo dos peixes na Bacia do Rio Tiquié¹⁶.

Desde então, estão sendo realizadas várias oficinas nas comunidades para identificar os principais fatores que contribuem para escassez de peixes e, partir daí, indicar propostas de manejo para aumentar a oferta regular de pescado na região. Agentes indígenas de manejo ambiental estão diagnosticando e monitorando a atividade de pesca nas áreas de suas comunidades. A proposta é definir alguns indicadores de produção de pesca que possam avaliar anualmente os resultados das medidas de manejo. No Alto Tiquié, as discussões sobre manejo incluem, além de peixes, outros recursos de uso comum, como os caranazais, no âmbito da CANOA (Cooperação e Aliança no Noroeste Amazônico). As discussões versam sobre os sistemas tradicionais de conhecimento, formação dos jovens e sua iniciação, além do manejo xamânico cerimonial. Tema sensível às populações indígenas, o peixe não é somente um elemento básico para a sua dieta alimentar – e de outras populações na bacia amazônica - mas também uma referência sociocsmológica central para seus modos de vida e reprodução social e cultural.

¹⁶ O Rio Tiquié está situado na Terra Indígena Alto Rio Negro, é o principal afluente do Rio Uaupés, que por sua vez é o principal formador do Rio Negro. Suas nascentes estão em território colombiano, mas a maior parte de seu curso está do lado do Brasil. As organizações indígenas dessa região são pioneiras no âmbito do movimento indígena do Rio Negro e, mais recentemente, vêm desenvolvendo planos de manejo ambiental. Nesse contexto, o peixe é um recurso extremamente sensível, por toda a importância que tem para esses povos.

A escassez de peixes e de outras fontes de alimentação e vida para as comunidades indígenas é atribuída a alguns problemas, como: o desrespeito às normas tradicionais de uso dos recursos; a não realização dos rituais sazonais; o desrespeito aos lugares sagrados, com apoio dos benzedores¹⁷ que transformam lugares sagrados em lugares de consumo; os estragos que prejudicam os locais de piracema; o crescimento da população, com demasiada pressão sobre os recursos do meio ambiente; com o declínio de outras estratégias de vida, a pesca passou a ter um papel central na busca de alimentos e com isso aumentou a pressão sobre os recursos pesqueiros; uso de práticas de pesca não tradicionais predatórias; destruição das beiras dos rios, com a derrubada de frutíferas que são alimentos dos peixes; falta de controle e responsabilidades sobre o uso dos recursos; mal uso de timbó; falta de normas para a pesca na piracema; falta de acordos de jurisdição territorial, dentre outros.

O levantamento desses problemas, por meio de pesquisas, entrevistas e questionários, fez com que as comunidades da Bacia do Rio Tiquié verificassem a necessidade de implementar sistemas de manejo e acordos de pesca entre as comunidades indígenas, sob o risco de uma redução mais acentuada, com conseqüências socioambientais mais graves. Foram elaboradas algumas propostas e recomendações de manejo dos peixes, algumas mais severas, outras mais factíveis e graduais. Seguem abaixo as principais:

1. Timbó: as propostas variaram entre sua completa proibição até o uso somente em lagos pequenos e isolados do rio, com a condição de se fazer o repovoamento posterior com outros peixes;
2. Pesca na piracema: proibir o uso de malhadeira; não colocar malhadeiras antes da desova dos peixes; usar apenas puçá; evitar passar com motores durante a piracema;

¹⁷ Segundo tradição dos povos Tukano Orientais, quando uma criança nasce, passa dois ou três dias em resguardo em casa com seus pais, acompanhados por um benzedor (kumu). Ele procede à proteção dos três, por meio de benzimentos do ambiente e dos alimentos, traz um espírito para a criança atribuindo-lhe um nome e, por fim, benze breu para cercá-la em seu primeiro banho. O rio é habitado por seres (wai-masã, relacionados aos peixes e que mantêm com as pessoas relações tensas e precisam ser permanentemente mediadas pelos benzedores e pajés) que podem atacar ou roubar a vida do recém-nascido, por isso é preciso protegê-lo. Há as maneiras adequadas de fazê-lo, mas algumas pessoas tentam benzer sem saber, espantam e afugentam espiritualmente os peixes, que se reflete na produção da pesca.

3. Malhadeiras: usar de forma consciente; proibir uso de tramas mais finas (um ou dois dedos);
4. Puçanga (substâncias, em geral partes de plantas, usadas para atrair peixe): controlar ou evitar o uso, tanto na pesca quanto na caça; usar somente antes de pescaria para consumo comunitário (wayuri);
5. Lixo: todas as associações e instituições devem cuidar adequadamente de seu lixo; pilhas devem ser recolhidas e enterradas em local afastado; não jogar animais mortos no rio; dar destino adequado especialmente para pilhas, plásticos, vasilhames de óleo lubrificante, óleo queimado, malhas velhas de nylon, vidro e isopor;
6. Áreas de Pesca: acessar áreas de pesca de outras comunidades somente após autorização de suas lideranças; respeitar tais limites conforme indicado por algumas associações; colocação de lixeiras nas comunidades e embarcações;
7. Lugares Sagrados: não pescar nesses locais, respeitá-los; fazer rituais para preservar os lugares sagrados, convidando os conhecedores dos benzimentos;
8. Rituais e cerimônias para regular as relações com os peixes: fazer cerimônia ritual para benzer e fazer aumentar os peixes; fazer intercâmbio entre conhecedores;
9. Não estragar locais de desova de daguirus e traíras;
10. Valorizar os instrumentos e práticas indígenas de pesca.

Além dessas recomendações, também foram defendidas outras idéias como arborizar locais desmatados para evitar erosão; regular o acesso de algumas comunidades ao rio e suas formas de pescaria; proibir o mergulho; não derrubar árvores frutíferas na beira do rio; respeitar os lagos de reserva; proibir usar feixes de anzóis sem isca; proibir bateção e arrastão, além realizar reuniões duas vezes ao ano para avaliar o manejo ambiental.

Piscicultura

Durante o processo de demarcação das terras indígenas na região, ocorrido entre os anos de 1997 e 1998, realizou-se uma pesquisa de opinião junto a mais de duzentas comunidades, em que foram determinadas três áreas críticas do Município de São Gabriel da Cachoeira, onde os recursos pesqueiros encontravam-se mais escassos: essas regiões são o Alto Tiquié (Distrito de Pari-Cachoeira), o Alto Uaupés (Distrito de Iauareté) e o Alto e Médio Içana (Distrito de Tunuí).

Por essa razão, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), deu início ao projeto pioneiro Manejo Sustentável de Recursos Naturais na Terra Indígena do Alto Rio Negro, mais conhecido como “Projeto de Piscicultura e Manejo Agroflorestal”.

O “Projeto de Piscicultura e Manejo Agroflorestal” foi elaborado com objetivo de aumentar a segurança alimentar de comunidades indígenas situadas naquelas áreas por meio da implantação de experiências-piloto em piscicultura e manejo agroflorestal, com atividades complementares de treinamento técnico e capacitação administrativa dos parceiros locais. Este trabalho também possui interfaces com atividades de educação, pesquisa, documentação e mapeamento, envolvendo assessores contratados pelo ISA e as lideranças indígenas que compõem as diretorias da FOIRN e das associações indígenas com as quais o ISA mantém interação permanente: a Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (ATRIART); a Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté (COIDI); e a Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI).

O projeto é pioneiro e inovador, pois não se rendeu à solução aparentemente “fácil” de importar espécies alóctones (nativas, de outras bacias) ou exóticas, de forma a não causar impactos às populações de peixes indígenas. Por isso o projeto enfrenta o desafio de experimentar técnicas de reprodução e criação para a domesticação de espécies nativas ainda não estudadas, em um ambiente aquático cientificamente pouco conhecido, além de testar os recursos disponíveis localmente para a engorda dos peixes em viveiros, visando construir uma alternativa auto-sustentável para os povos indígenas da região. Estas iniciativas não pretendem produzir em larga escala, mas constituir um complemento à segurança alimentar das famílias, articulando-se com as escolas. Portanto, a valorização dos conhecimentos tradicionais de cada local é a chave para o sucesso e sustentabilidade das experiências.

Atualmente existem três estações de piscicultura articuladas às redes de viveiros que estão em pleno funcionamento, operadas por técnicos indígenas e assessoradas por técnicos do ISA: Caruru, Iauareté e EIBC, construídas nos altos rios Tiquié, Uaupés e Içana (noroeste da Amazônia), por terem sido as áreas identificadas como críticas na pesquisa de opinião junto às comunidades indígenas. Nelas são produzidos os

alevinos e as "mudas" (filhotes) que abastecem mais de 100 tanques familiares de criação de peixe. O projeto de piscicultura feito com a ATRIART passou a fazer parte dos Programas Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), do Ministério do Meio Ambiente, em junho de 2002, garantindo o financiamento à atividade na Estação Caruru até 2005.

Pimenta Baniwa/Pimenta do Rio Negro

Uma grande variedade de pimentas do gênero *Capsicum* faz parte da tradição cultural dos povos indígenas e ribeirinhos do Rio Negro. Em 2005 a Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI) decidiu comercializar a Pimenta Baniwa, sob o rótulo de produto de valor cultural e ambiental agregado. Vendida como pimenta seca em pó (jiquitaia) e produzida quase que exclusivamente pelas mulheres, este é um produto com alto potencial de inserção em nichos especializados de mercado emergentes hoje no país e no exterior. Experiências iniciais indicam que a venda nestes nichos apropriados poderá aumentar expressivamente o seu valor de mercado.

O mapeamento de uso e comercialização da pimenta e o monitoramento do incremento da sua produção está sendo feito pelo ISA em parceria com a OIBI através da pesquisa "Pimentas na Bacia do Içana-Ayari: bases para a sustentabilidade da produção e comercialização" que, com o apoio da FAPEAM, mantém uma equipe de pesquisadores indígenas denominados "jovens cientista amazônicas" que trabalham em quatro escolas ao longo da bacia do Içana-Ayari. A OIBI conta com um plano de negócios detalhado para a bacia do Içana-Ayari que prevê melhorias na estrutura de produção, de embalagem, de distribuição e um plano de marketing. De acordo com conversas recentes realizadas na FOIRN outras organizações e calhas de rio também manifestaram interesse em investir no negócio, que indica que este empreendimento pode se tornar uma alternativa para toda a região em médio-prazo, sob o selo guarda-chuva ou indicação geográfica de "pimenta do Rio Negro".

Wariró

A Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro, Wariró, criada em 2005, localiza-se no centro da cidade de São Gabriel da Cachoeira, em local próprio da FOIRN. Foi planejada e concretizada com apoio da Agência de Cooperação Austríaca

Horizont3000 e do ISA. Trata-se de um ponto de venda direta e também serve como centro de negócios para mais de 2000 artesãos e 17 associações filiadas à FOIRN, prestando o serviço de articulação da produção regional com nichos de mercado que remuneram o valor socioambiental agregado de mais de 400 produtos catalogados. Na Wariró são encontradas peças produzidas pelas diferentes etnias da região, como: cerâmicas e cestarias ricas em grafismos e tingidas com pigmentos naturais, tapetes, bancos, pulseiras, brincos e colares de sementes coloridas, além de CDs e livros que narram a história desses povos.

Além da Wariró, os produtos artesanais indígenas do Rio Negro podem ser encontrados em Manaus, na Galeria Amazônica, iniciativa voltada à valorização da arte amazônica localizada em frente ao Teatro Amazonas, fruto da parceria do povo Waimiri-Atroari com o Instituto Sócio Ambiental. Peças como a cestaria de arumã Arte Baniwa dos índios Baniwa e o Kumurõ, banco ritual Tukano, podem ser encontradas nas principais cidades do Brasil na rede de móveis e decoração Tok&Stok.

Há uma expectativa de ampliação das vendas, baseado no potencial de escoamento de volumes maiores de produtos artesanais da região, porém isso será atendido desde que haja: forte investimento contínuo na qualidade da produção; articulação nas comunidades; realização de oficinas periódicas; investimento em equipamentos de comunicação e ampliação de capital de giro. Nos três primeiros anos de funcionamento a Wariró movimentou entre 50.000 e 80.000 mil reais por ano, valores insuficientes para atender a oferta de produtos de todas as regiões do alto Rio Negro.

É importante destacar que a criação da Wariró tem mobilizado um processo de resgate das formas tradicionais de produção e uso de utensílios feitos com técnicas tradicionais a partir de materiais locais. O grande desafio da Wariró é conseguir mercado para escoar toda a produção do Alto Rio Negro, considerando as dificuldades logísticas e operacionais de sua localização em São Gabriel da Cachoeira.

A Wariró lançou, em abril de 2009, um selo de certificação para comercialização dos artefatos indígenas: "Produto Indígena do Rio Negro". A concepção do selo está relacionada com o movimento de valorização dos produtos indígenas promovido pela

FOIRN para facilitar o acesso a mercados específicos que valorizam produtos artesanais com alto valor cultural. Mais de 500 artesãos dos 23 povos da região têm envolvimento com a comercialização dos produtos pela Wariró.

"Produto Indígena do Rio Negro" é o primeiro selo de identificação de origem cultural, geográfica e de comércio justo desenvolvido, emitido e monitorado por uma organização indígena. Tem como objetivo identificar produtos feitos pelos povos indígenas da região, carregando com ele um conjunto de conhecimentos e práticas ancestrais de produção que atrelam aos produtos valor imaterial, e que respeita as boas práticas de comercialização. Para isso, contaram com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA) que já estudava formas legais de proteger o conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios para desenvolver a primeira iniciativa de auto-certificação para produtos indígenas.

O selo será emitido apenas para os produtos que atendam há pelo menos quatro critérios pré-estabelecidos e acordados no âmbito da rede de produtores indígenas: a produção artesanal segundo métodos tradicionais; a produção por indígenas; a produção na região do Rio Negro; e a comercialização respeitando os critérios de comércio justo estabelecidos e acordados entre artesãos e os pontos de venda. A Foirn será também responsável pelo monitoramento da aplicação do selo.

Além de promover o comércio mais justo do artesanato indígena do Rio Negro, a Wariró acompanha o processo de retirada da matéria-prima e a confecção do artesanato, pautada pelo desenvolvimento sustentável e consciência ambiental dos povos indígenas. Para atender as exigências do mercado, a loja também promove oficinas de capacitação, conforme as demandas das comunidades.

Arte Baniwa

Trata-se de um conhecimento milenar do povo Baniwa. Para o mercado consumidor brasileiro essa iniciativa nasceu em 1998, quando as comunidades ligadas a Organização Indígena da Bacia do Içana decidiram se organizar para produzir e comercializar as cestarias. Atualmente o projeto conta com cerca de 300 artesãos.

Os objetivos centrais do projeto de produção e comercialização de cestaria baniwa de arumã são:

- valorizar o patrimônio cultural;
- animar a produção de objetos de arumã, como uma forma de reciclagem e disseminação de uma tradição cultural milenar;
- identificar nichos duradouros de mercado, compatíveis com a capacidade de produção das comunidades;
- gerar renda para os produtores indígenas e suas associações;
- contribuir para o uso sustentável dos recursos naturais;
- capacitar a FOIRN e associações filiadas no gerenciamento de projetos.

O projeto ARTE BANIWA é uma parceria entre a OIBI (Organização Indígena da Bacia do Içana), a FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) e o ISA (Instituto Socioambiental).

Através da gestão em parcerias e de diversos outros atores que apóiam o projeto, o Arte Baniwa transformou-se em caso de sucesso, tendo recebido diversos prêmios, como o destaque na premiação do Ciclo Gestão Pública e Cidadania 2001, o Prêmio Banco Mundial de Cidadania 2002, Prêmio Empreendedor Social Ashoka/Mckinsey 2001 e Prêmio Chico Mendes 2002, do Ministério do Meio Ambiente na categoria de negócio sustentável.

Dentre os parceiros comerciais destacam-se a Tok & Stok, Pão de Açúcar, Flores Online e a Natura. Os recursos obtidos com a venda da cestaria baniwa de arumã são utilizados integralmente para remunerar os produtores, cobrir custos operacionais e aplicar em projetos de interesse das associações baniwa. No entanto, a produção e venda das cestarias baniwa vem apresentando um padrão irregular de produção, com períodos de alta produtividade intercalados por períodos de baixa produtividade. Para aumentar a produção e sua regularidade são necessárias iniciativas voltadas para mobilização e capacitação gerencial das comunidades e dos artesãos envolvidos que incluem: a divulgação, a capacitação da equipe gerencial, a ampliação dos equipamentos de acesso a internet, a melhoria na capacidade de comunicação via radiofonia, além da reforma da casa de Arte Baniwa na sede da associação.

Artesanato de Cipó Titica

Desde novembro de 2007, a Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanha (ACIRC) está executando o Projeto Uso Sustentável do Cipó Titica do Rio Castanha (USUCIPÓ), envolvendo onze comunidades e sítios, com duração de dois anos. O projeto USUCIPÓ pretende solucionar o problema de uso predatório do cipó titica e outras matérias-primas do entorno das comunidades, além de produzir e comercializar artesanatos derivados com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das comunidades pertencentes à ACIRC.

Para tanto, em novembro de 2007, os artesãos e extrativistas se reuniram para discutir o plano de manejo do cipó titica em parceria com a Fundação Vitória Amazônica – FVA. Na época, mais de 70 pessoas participaram da oficina e puderam discutir e aprovar as boas práticas de uso do cipó titica e similares. Com apoio da FVA foi feito um trabalho de mapeamento, a partir de imagens de satélite, da região do Rio Castanha para identificar as áreas de conservação, consumo e plantio experimental do cipó titica. Um grupo de nove agentes indígenas foram treinados para fazer os mapas e preencher as fichas de campo das áreas potenciais do cipó. Os agentes indígenas dão suporte técnico às famílias que têm áreas potenciais de cipó titica no controle da produção através do uso de fichas de campo.

O escoamento da produção do cipó titica em piraíbas (feixes amarrados depois de secados, que pesam em média 30 a 80 quilos) do Rio Castanha tem sido em média 3 toneladas a cada 3 meses. Os artesãos e extratores do cipó titica e similares tem participado, em parceria com as mulheres da Wariró (Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro da FOIRN) de oficinas de treinamentos, onde são também feitas exposições de modelos de artesanatos tradicionais, como: tipiti, paneiro, cesta, balaio, jamaxim, aturás e vassouras de cipó, além de modelos de móveis, como: cadeira, armário, cadeira de balanço, cama e mesa.

No início, o escoamento da produção de artesanatos da ACIRC contou com o apoio da Wariró – Casa de Produtos Indígenas. Outras etapas treinamento e experiências estão previstas no projeto. Os Agentes Indígenas Controladores também estão monitorando os recursos da floresta junto às famílias das comunidades do rio Castanha, como as áreas de madeira de lei com potencialidade para produzir mudas para atender os projetos agroflorestais das comunidades do Alto Rio Negro.

Artesanato de Piaçava

Com a fibra da piaçava confeccionam vários artesanatos, mas têm dificuldades para levar os seus produtos até à sede do município de São Gabriel da Cachoeira, devido aos gastos elevados com combustível, ficando, assim, dependentes dos regatões. Diante dessa situação, a ACIRX (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié), com apoio do ISA e da FOIRN, formulou o projeto “Wayuu’rleta wapu’rliuta ixi watse’ri benamiti”, que pretende animar as comunidades para a produção e escoamento de artesanatos feitos da fibra da piaçaba. Atualmente esses artesanatos são feitos sob encomenda para a Wariró, em pequenas quantidades. A ACIRX quer fazer uma articulação maior, onde mais artesãos sejam envolvidos e beneficiados. Além disso, os Werequena e Baré, povos nativos deste rio, querem ainda controlar o transporte da fibra da piaçava entre as "barracas", locais onde extraem as fibras, ou comunidades do Xié e a cidade de São Gabriel da Cachoeira, o que diminuiria a dependência com os regatões.

Em 2007 a FUNAI criou Grupos Técnicos de Identificação de Terras Indígenas para a região do Médio e Baixo Rio Negro, os quais incluem a bacia do Rio Preto e Padauri. Com o processo de demarcação de Terras Indígenas em andamento, os moradores da região se animaram em conquistar a autonomia na gestão do território e comercialização de produtos indígenas, como o artesanato de piaçaba e outros.

Formaram uma associação local, filiada a FOIRN – a ACIRPP (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto e Padauri). A ACIRPP com o apoio da FOIRN e do ISA está realizando pesquisa cartográfica participativa a fim de mapear os piaçabais, bem como outros potenciais da região para elaborarem um programa de gestão do território a ser demarcado e um sistema socioambiental alternativo, à atual rede de aviamento, com maior autonomia e justiça para a comercialização da piaçaba. Pretende-se realizar um estudo de viabilidade econômica da comercialização da piaçaba bruta e do artesanato de piaçaba com previsão de contratação de um consultor técnico. Os artigos artesanais fabricados partir da piaçaba pela maioria das mulheres indígenas da região são diversos: vassouras; bolsas; suporte de panela; jogos americanos; pulseiras; porta-jóias e outros. Esse é o começo de um longo processo que pode ser promissor com o apoio e a valorização do trabalho extrativista.

Manejo sustentável da sorva para confecção de banco tukano

O manejo sustentável da sorva, utilizada na confecção do banco tukano (kumurõ) é o objetivo do inventário florestal que vem sendo realizado desde abril de 2009 por técnicos indígenas. Antes só esculpido como objeto cerimonial, o impulso na comercialização do banco trouxe consigo a necessidade de manejar a madeira de forma não predatória, garantindo sua sustentabilidade.

Para os índios do povo Tukano, a sorva tem um significado especial, a madeira é usada para a fabricação do kumurõ, o banco tukano, uma peça belíssima esculpida por inteiro em madeira e pintada com grafismos tradicionais. O banco tukano não é simplesmente um móvel para sentar, mas um objeto com alto valor cultural e cerimonial, cuja produção, nos últimos anos, estava em franco declínio.

A produção para o comércio que iniciou em 2003, além de gerar uma renda em uma área onde existem poucas possibilidades econômicas, também serve como uma iniciativa de valorização dessa tradição artesanal de trabalho em madeira. Foram feitas várias oficinas dos artesãos para produzir bancos e discutir sobre a iniciativa. Nessas oficinas apareceram vários jovens que queriam aprender a arte dos artesãos experientes. No entanto, os índios enfrentam um sério dilema: de um lado a atividade gera renda para os artesãos e para as comunidades, e desperta interesse nos jovens para aprender uma arte que estava se perdendo; de outro pode iniciar um ciclo predatório de extração.

Essa preocupação impulsionou pesquisas que se iniciaram em 2005 com agentes indígenas de manejo ambiental no Rio Tiquié com o objetivo de manejar a sorva de forma sustentável sem ter de derrubar a árvore, com inúmeras utilidades¹⁸. Com a participação de artesãos, lideranças indígenas e assessores do ISA, foi formulado um

¹⁸ Em quase toda a Amazônia, incluindo a Terra Indígena do Alto Rio Negro, sorvas de grandes dimensões foram derrubadas para obter de 10 a 20 litros de látex para a indústria de chiclete. Isto levou à quase extinção das árvores adultas em muitas partes da floresta, comprometendo definitivamente o comércio regional. Desde então, a sorva continuou sendo usada para as necessidades dos povos da floresta, os índios e os caboclos, mas de maneira mais branda, com cortes anuais no tronco.

plano de manejo da sorva que, entre outras medidas, decidiu não derrubar árvores matrizes, evitar desperdiçar matéria-prima durante a produção de bancos, aumentar a área de exploração da sorva nas áreas mais distantes dos rios, fazer plantios experimentais e facilitar a regeneração natural da sorva nas capoeiras e no interior das florestas primárias.

Com as dificuldades encontradas para a comercialização dos bancos no mercado nacional, em 2009, passou-se a vendê-los no exterior, por meio de redes de comércio justo. No entanto, para que haja continuidade na oferta do produto, é preciso garantir a sua sustentabilidade, avaliando os impactos ambientais na utilização destas madeiras, o que gera a necessidade de criar um sistema de certificação florestal para os bancos tukano.

Castanha-do-Brasil

A FOIRN e suas associações de base não têm, até o presente momento, nenhum projeto em curso com castanha, entretanto, sabe-se que há muito potencial para a extração sustentável e beneficiamento desse recurso. Esse potencial se dá devido aos enormes castanhais que existem na região do médio rio Negro, entre as sedes municipais de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.

A extração e beneficiamento da castanha são processos relativamente simples. A população indígena moradora da região, rica em castanhais, poderia facilmente ser envolvida em projetos desse cunho e a ASIBA – Associação Indígena de Barcelos - poderia apoiar o beneficiamento e escoamento do produto, desde que pudesse contar com apoios financeiros e técnicos. A ASIBA possui um terreno na sede do município com condições mínimas de infra-estrutura para alocar um projeto desse tipo. Com o processo de demarcação das Terras Indígenas em curso na região, um projeto de geração de renda com castanha promoveria melhoria na qualidade de vida da população moradora das comunidades e certamente fortaleceria as lideranças indígenas para continuarem a lutar pela conservação da Amazônia.

Feira de Produtos da Roça e Basebo

Em 2006, a partir de um projeto com agricultores urbanos e peri-urbanos, organizou-se um circuito de feiras de agricultores ligados à preparação de alimentos: a “Feira de

Produtos da Roça”. Essa feira é uma iniciativa regular que conta com diversas dificuldades administrativas e de apoio logístico e financeiro.

Para valorizar a agrobiodiversidade e a culinária indígena do Rio Negro foi criado na Casa Wariró o espaço Basebó, cuja missão é garantir condições aos mestres das cozinhas tradicionais indígenas de venda de comidas típicas dos povos indígenas, oficinas, intercâmbios e organizar encontros de trabalho e eventos comemorativos. É um espaço recém-criado que precisa de investimentos para melhorar o seu funcionamento.

O modelo dessa iniciativa poderia ser facilmente expandido para os municípios de Santa Isabel e Barcelos. Em Santa Isabel, a Associação de um dos bairros mais indígenas da cidade, o São José, com um apoio mínimo da prefeitura e muita força de vontade dos moradores realiza uma feira de produtos da roça e cozinha artesanal todos os sábados. Os organizadores analisam que com algum incentivo, como por exemplo, o transporte dos produtos até o local da Feira e a construção de uma estrutura mais adequada para esse local, a iniciativa, que já vem dando bons resultados, poderia ser aprimorada e envolver moradores de outros bairros.

É importante ressaltar que a Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), sediada em Santa Isabel do Rio Negro, solicitou junto ao IPHAN o registro do Sistema Agrícola do Rio Negro como Patrimônio Imaterial Brasileiro. O IPHAN demonstrou bastante interesse pelo registro e a ACIMRN juntamente com o apoio do ISA e de pesquisadores da UNICAMP e do IRD têm desenvolvido pesquisas participativas sobre agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais associados.

Central de Abastecimento

Dados recentes e extra-oficiais indicam que há cerca de mil comerciantes operando no município, dos quais apenas 300 são registrados junto à Prefeitura. As atividades comerciais voltadas para o mercado consumidor de bens manufaturados vindos de outros locais crescem visivelmente, apoiadas no aumento do mercado local de consumidores assalariados de instituições governamentais e civis, além dos ingressos oriundos dos chamados “programas sociais” do governo federal (aposentadorias,

bolsa família, etc). Pelas enormes distâncias, dispersão das comunidades e dificuldades de navegação, criou-se uma nova versão do sistema de avião, baseada no controle dos cartões “sociais” de créditos pelos comerciantes, com a prática de preços extorsivos.

Os comerciantes indígenas dos núcleos urbanos Iauaretê, Cucuí, Pari-Cachoeira movimentam mensalmente grandes quantidades de recursos. Para efeito de ilustração, dados de 2005 registram em Iauaretê, na Terra Indígena Alto Rio Negro, uma renda de cerca de 200.000 reais por mês. Essa movimentação financeira obriga os comerciantes a realizar três viagens a cada dois meses para São Gabriel da Cachoeira para abastecer seus mercados regionais para atender uma demanda crescente de consumidores apoiados nos salários de professores, militares, funcionários públicos etc. Contudo, o abastecimento destes núcleos, assim como das comunidades ribeirinhas da Bacia do Rio Negro, está baseado em uma rede desorganizada e segmentada em vários níveis, o que encarece os produtos e achata o poder de compra da população.

Diante dessa situação, a FOIRN idealizou uma “Central de Abastecimento dos Povos Indígenas do Rio Negro”, como parte do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável, cujo objetivo principal é criar um modelo de mercado indígena, promovendo formas educativas de consumo (tradicional/cidadino); a diminuição do comércio injusto; a oferta de mercadoria com preços mais baixos e realistas para os padrões socioeconômicos das populações do Rio Negro.

Serviços de Apoio à Produção

Assistência Técnica e Extensão Rural

A oferta de Assistência Técnica no Território é feita pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM, que dispõe de escritórios descentralizados nos três municípios que compõem o Território. Contudo, o órgão possui um baixo efetivo de técnicos, o que resulta em uma frágil estrutura, com poucas condições de executar ações itinerantes e assistência aos agricultores ribeirinhos e

indígenas de forma efetiva, considerando, principalmente a grande extensão do Território.

O IDAM possui 16 funcionários distribuídos nos três municípios, sendo que a metade, ou seja, oito funcionários possuem perfil técnico para prestar assistência técnica com disponibilidade para deslocamentos constantes. Se considerarmos o fato de que em 2007 foram assistidos 2.113 agricultores e o IDAM contava com oito técnicos extensionistas, a média de atendimento foi de 264 agricultores por técnico. Nesse mesmo ano o recurso investido no custeio de atividades de assistência técnica no Território foi de R\$ 313.267,92, o que representa um custo-agricultor médio de R\$ 148,26.

Com relação à infra-estrutura disponível nos escritórios municipais do IDAM, em 2007, o Território contava com dois veículos utilitários; uma lancha equipada; quatro motores de popa de 40 HP; quatro botes de alumínio; quatro motocicletas e cinco computadores. Com relação à infra-estrutura de apoio à produção, que inclui os setores de agroindústria, armazenamento, transporte, mecanização agrícola etc, o Território contava também em 2007 com: quatro beneficiadoras de arroz e uma de frutas; quatro casas de farinha mecanizadas; duas empacotadoras de grãos; duas câmaras frigoríficas; uma colheitadeira de arroz; duas trilhadeiras de arroz; um micro-trator, um trator de esteira e dois caminhões para transportar os produtos agropecuários.

Crédito Rural

No Estado do Amazonas as agências financiadoras que oferecem crédito rural aos agricultores familiares são: o Banco da Amazônia S.A. (BASA), o Banco do Brasil e a Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM). Entre os programas de financiamento disponibilizados pelo BASA e Banco do Brasil, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF¹⁹.

Do total de recurso do PRONAF acessado no Estado no período de 2004-2009, foi investido no Território R\$ 999.877,25, o que representa somente 0,7%. Vale ressaltar

¹⁹ O PRONAF é um Programa do Governo Federal criado para apoiar o desenvolvimento rural, fortalecendo a agricultura familiar por meio de assistência técnica, seguro agrícola, comercialização e o crédito rural produtivo às famílias agricultoras, suas associações e cooperativas.

que no Território apenas São Gabriel da Cachoeira recebeu recurso do PRONAF (Tabela 21).

Tabela 21: Recursos do PRONAF aplicados no Território Rio Negro da Cidadania Indígena

Ano	Recursos do PRONAF				
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
	Município			Território	Estado
São Gabriel	Barcelos	Santa Isabel			
2004/2005	825.660,45	0,00	0,00	825.660,45	24.562.589,23
2005/2006	5.809,00	0,00	0,00	5.809,00	23.718.722,16
2006/2007	162.415,79	0,00	0,00	162.415,79	30.029.491,02
2007/2008	0,00	0,00	0,00	0,00	13.575.169,58
2008/2009	5.992,01	0,00	0,00	5.992,01	22.485.220,75
TOTAL 2004/2009	999.877,25	0,00	0,00	999.877,25	144.371.192,70

Fonte: IDAM, 2008.

Em relação aos recursos investidos em projetos agropecuários no Território, segue abaixo um quadro comparativo (Tabela 22) que compreende o período de 2004 a 2007.

Tabela 22: Valores de projetos contratados no Território da Cidadania Indígena no período de 2004 a 2007.

	Projetos Contratados			
	2004	2005	2006	2007
No. Projetos	348	575	172	233
Valor total (R\$)	372.155,00	826.684,00	279.011,00	410.936,00

Fonte: IDAM, 2008.

Em síntese, a questão da assistência técnica à agricultura familiar no Território, pode ser assim caracterizada:

- Baixa oferta de técnicos e infra-estrutura para atender a necessidade dos agricultores ribeirinhos e indígenas;
- Baixa capacidade de adaptar as tecnologias e práticas produtivas ao contexto ecológico, cultural e produtivo dos povos indígenas da região;
- Elaboração e implantação de projetos produtivos com pouca articulação entre si, carecendo de uma estratégia mais abrangente de desenvolvimento sustentável na região.

Para superar parte das dificuldades encontradas, é fundamental incentivar a criação de cooperativas de assistência técnica e extensão rural no Território com estabelecimento de mecanismos eficientes e participativos de gestão para assegurar o atendimento dos interesses dos agricultores e a viabilização de operações contratuais e financeiras efetivadas pelas entidades (um dos graves problemas que limitam o credenciamento de instituições de ATER junto às instituições bancárias atualmente). A criação de uma rede de ATER sob o controle das organizações sociais dinamizaria a aprovação de financiamentos de projetos voltados para os agricultores da região.

PARTE 2

O PLANO DE

ETNODESENVOLVIMENTO

Planejamento

Considerações sobre o Plano de Etnodesenvolvimento

O Diagnóstico apontou para a necessidade de ações estruturantes, com forte demanda para a formação ampla dos agricultores familiares ribeirinhos e povos indígenas em diversos setores, como educação, saúde, agricultura, manejo sustentável dos recursos naturais. São ações que demandam uma lógica diferente de articular o desenvolvimento com necessidade de linhas de investimento diferenciadas e recursos de custeio, além da implantação de infra-estrutura, aquisição de equipamentos e tecnologias.

Construir uma política de desenvolvimento a partir da abordagem territorial e do etnodesenvolvimento exige o estabelecimento de uma rede de informações e práticas sociais baseadas no fortalecimento do conhecimento e habilidades locais. Isso requer a construção de uma estratégia que amplifique os efeitos e resultados dos projetos pilotos e demonstrativos em andamento no Território. Também requer um grande esforço para a realização de treinamentos específicos (oficinas, reuniões, cursos e assistência contínua) nas diversas áreas e setores do desenvolvimento social, econômico e ambiental do Território, com ênfase no manejo florestal comunitário, na recuperação de áreas degradadas a partir de sistemas agroflorestais, em sistemas descentralizados e diferenciados de saúde e educação e em sistemas de apoio à produção e comercialização baseados em princípios de solidariedade e cooperação.

No longo prazo, o impacto esperado com a implementação do Plano de Etnodesenvolvimento é a tomada de força política pela população local para garantir o direito de uso dos recursos, o aumento de oportunidades de trabalho e renda, a valorização da cultura e modo de vida tradicional indígena e ribeirinha, em sintonia com o ideal do desenvolvimento sustentável. O grande desafio é construir um modelo de governança local que permita um equilíbrio entre integração e autonomia; e para isso, é necessário criar canais eficientes de articulação com as políticas públicas, sem abrir mão da identidade social do Território, que é baseada em relações de confiança e reciprocidade e cooperação, elementos típicos da sociabilidade do modo de vida e reprodução dos povos indígenas e comunidades ribeirinhas da região.

O Plano de Etnodesenvolvimento

O Plano de Etnodesenvolvimento baseia-se em duas grandes ações, que estão ligadas a dois principais problemas:

Baixo acesso da população do Território aos serviços públicos e privados com regularidade e qualidade

Os três municípios que compõem o Território do Rio Negro da Cidadania Indígena, São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos - possuem grande extensão territorial, com populações vivendo em comunidades que ficam a uma distância de até 15 dias de barco dos centros urbanos. A única forma de acesso às comunidades é por embarcações, em viagens que chegam a custar R\$1.000,00 (mil reais), em função do alto preço dos combustíveis nos municípios. Em função disso, os moradores das comunidades, que são aproximadamente 38% da população dos municípios, sofrem com o isolamento e a dificuldade de acesso regular e de qualidade aos serviços básicos como: saúde (exames e atendimento de emergência), educação (3º grau indígena), bancário (para acessar programas como Bolsa-Família e aposentadoria), escoamento da produção de alimentos e artesanatos (das comunidades para as cidades e capitais).

Altos índices de empobrecimento da população do Território

As economias dos municípios do Território estão ancoradas principalmente na agricultura e no extrativismo, que são atividades que com grande importância para a segurança alimentar das famílias, mas que geram pouca renda monetária às comunidades rurais. A maior parte da renda financeira dos três municípios vem dos empregos públicos municipais e dos programas de transferência de renda, o que demonstra forte dependência de investimentos externos. Os PIBs dos municípios são baixos, e a renda per capita média da população é de R\$77,19 (setenta e sete reais e dezenove centavos), sendo que município que apresenta os índices mais graves de pobreza é Santa Isabel do Rio Negro.

Programas, Subprogramas, Projetos e Ações

Para responder aos dois grandes problemas - **baixo acesso da população do Território aos serviços públicos e privados com regularidade e qualidade e altos índices de empobrecimento da população do Território** - foram definidos dois Programas:

Programa de Acesso aos Serviços Públicos e Privados

O Programa pretende melhorar as condições de acesso da população rural aos serviços públicos e privados, com ênfase na estruturação de sistema de transporte coletivo fluvial subsidiado, que possibilite levar os serviços regulares de saúde, educação, finanças, e abastecimento até a população das comunidades e, quando necessário, deslocar a população até a sede dos municípios para serviços diferenciados, como exames de média e alta complexidade.

Para viabilizar o Programa, é necessário que os promotores dessas políticas adaptem sua forma de ofertar os serviços à realidade geográfica e cultural das comunidades, oferecendo serviços itinerantes através de embarcações que possam percorrer as comunidades ao longo do ano, de forma ininterrupta e programada.

O Programa inclui cinco subprogramas, a saber:

1. Subprograma de Acesso Diferenciado aos Serviços de Saúde;
2. Subprograma de Acesso Diferenciado aos Serviços de Educação;
3. Subprograma de Acesso aos Serviços de Comunicação e Transporte Coletivo;
4. Subprograma de Acesso aos Serviços de Energia e Habitação;
5. Subprograma de Direitos Civis, Culturais e Esportivos.

Os principais atores públicos a serem envolvidos no Programa são: Ministério dos Transportes; Ministério da Saúde/FUNASA; Ministério da Educação; Ministério dos

Esportes; Ministério da Cultura; Ministério das Cidades; Ministério da Justiça/FUNAI; Prefeituras Municipais; Governo do Estado do Amazonas (Secretarias de Saúde e Educação); Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior; Instituições Financeiras (como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal).

Programa de Geração de Renda e Meio Ambiente

Apesar de toda riqueza cultural, do grande potencial ambiental e do valioso conhecimento local a respeito dos ecossistemas e ambientes da região, os moradores do Território encontram diversas dificuldades para o uso e comercialização de seus produtos. Além das exigências e flutuações do mercado, existe uma carência tecnológica associada à agregação de valor aos produtos e à conservação dos recursos.

Aliado a essas dificuldades, as agências do governo responsáveis pela geração de tecnologias e serviços de extensão direcionam seus esforços e pesquisas para variedades e técnicas que requerem altos insumos externos e grandes investimentos. Raramente atendem a demanda de populações rurais em áreas marginais, e quando o fazem, introduzem pacotes tecnológicos inadequados às condições sócio-culturais destas populações. Para mudar essa situação é preciso, antes de tudo, aplicar grandes esforços e investimentos na melhoria das capacidades locais e na organização da produção voltados aos empreendimentos tradicionais e com potencial de geração de renda: agricultura, floresta, pesca e turismo

O Programa inclui três subprogramas, a saber:

1. Subprograma voltado para a Produção Agrícola, Pescado e Produtos Extrativistas;
2. Subprograma voltado para o Turismo;
3. Subprograma voltado para Formas Organizativas e Formação Ambiental.

Os principais atores públicos a serem envolvidos no Programa são: Ministério do Turismo; Ministério do Desenvolvimento Agrário; MAPA/CONAB; Ministério da Defesa/Exército Brasileiro; Ministério do Meio Ambiente; Governo do Estado do Amazonas e Prefeituras Municipais (Secretarias Municipais de Turismo, Meio Ambiente e Produção Rural); Instituições Federais de Ensino Superior; Universidade

do Estado do Amazonas; Instituições Financeiras (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal); Instituto Federal de Ensino Tecnológico – Campus São Gabriel da Cachoeira e Agência de Fomento do Estado do Amazonas.

Tabela 23: Programas, Subprogramas e Projetos

1º. PROGRAMA - ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS
1. Subprograma de Acesso Diferenciado aos Serviços de Saúde
Projetos e Ações:
1.1. Ampliação do Programa da Saúde da Família (PSF)
São Gabriel da Cachoeira: (especificar demanda)
Santa Isabel do Rio Negro: (especificar demanda)
<ul style="list-style-type: none"> • Incluir mais cinco equipes de PSF – 02 na sede do município e 03 na área rural (comunidade de Roçado, comunidade Campinas do Rio Preto e Maiá).
Barcelos: (especificar demanda)
1.2. Construção de Hospitais, Postos de Saúde e aquisição de equipamentos e barcos hospitalares
São Gabriel da Cachoeira:
<ul style="list-style-type: none"> • Construção de postos de saúde no Bairro Miguel Quirino e no Bairro Tiago Montalvo; • Melhoria do acesso da população indígena e ribeirinha a serviços médicos, odontológicos e laboratorial (Diagnósticos, análises clínicas e imagem) com especialidades, com aquisição de equipamentos e treinamentos de pessoal; • Aquisição de um Barco Hospital equipado: barco tipo baleeiro de 18 metros de comprimento, 5 metros de largura, dormitório, cozinha, banheiro, depósito alimentar, depósito de material, depósito de combustível, almoxarifado, motor de 114 HP/ reversor 3:1, gerador de 20 Kva, 2 consultórios odontológicos completos (kit acadêmico, fotopolimerizador, amalgamador capsular, raio-x, compressor de ar, ultra-som e proff, autoclave de 21 litros e 2 mochos), 1 micro laboratório de prótese, radiofonia, refrigerador. O Barco Hospital irá atender as comunidades pertencentes aos Pólos Bases de Pari Cachoeira (12 comunidades), São Jose II (36 comunidades), Taracua (31 comunidades), Itapereira (61 comunidades), Ilha das Flores (107 comunidades), Juruti (46 comunidades), Cucui (43 comunidades), Vila Nova do Xie Cumati (27 comunidades), Camarão (27 comunidades), Tunui Cachoeira (14 comunidades).
Santa Isabel do Rio Negro: (especificar demanda)
<ul style="list-style-type: none"> • Construção de um posto de saúde – para os bairros Dom Valter e Santa Inês.

Barcelos: (especificar demanda)

- **Construção de 40 postos de saúde de pequeno porte e cinco de médio porte com 28m². EM QUAIS COMUNIDADES?**
- **Aquisição de equipamentos de auxílio diagnóstico e essenciais como Raio-X de 1000, desfibrilador, eletrocardiógrafo, ultrassom 13 mhz, respirador e carrinho de emergência completo.**

1.3 - Implantação do Programa da Saúde da Família Indígena

São Gabriel da Cachoeira:

- **Equipe da saúde da família Indígena em Pari Cachoeira;**
- **Equipe da saúde da família indígena em Taracua;**
- **Equipe da saúde da família indígena em Yauarete;**
- **Equipe da saúde da família indígena em São Joaquim;**
- **Equipe da saúde da família indígena em Tunui Cachoeira;**
- **Equipe da saúde da família indígena em Cucui;**
- **Equipe da saúde da família indígena em Yauavira.**

Santa Isabel do Rio Negro: (especificar demanda)

- **Criação do distrito sanitário especial indígena Yanomami com construção de 03 unidades de pólo base (Aldeia Cona, Aldeia Bixuaçú e Aldeia Maiá).**

Barcelos: (especificar demanda)

1.4. Melhoria da rede de transporte para a atenção básica e promoção à saúde nas aldeias indígenas, com aquisição de equipamentos de transporte, conforme demanda de cada município

São Gabriel da Cachoeira:

- Motores de popa 40 hp – 25 unidades;
- Motores de popa 15 hp – 10 unidades;
- Motores rabeta 5 hp – 120 unidades;
- Pickup tracionada – 2 unidades.

Santa Isabel do Rio Negro: (demanda a ser especificada)

- Construção da estrada Jabuti até a Cachoeira do Piraíba;
- Instalação de dois centros de radiofonia com um posto na Cachoeira de Piraíba e outro na sede;
- Aquisição de dois veículos terrestres para transporte de pacientes – sede e Cachoeira Piraíba.

Barcelos:

- Aquisição de duas motocicletas broz 150 cc, para auxílio as atividades urbanas e principalmente rurais para ganhar agilidade nos acessos e atendimentos;
- Aquisição de dois veículos com tração 4x4, para acesso as comunidades mais distantes e de difíceis acessos.

1.5. Implantação de serviço de resgate de pacientes de urgência e emergência via fluvial, com aquisição de equipamentos de transporte.

São Gabriel da Cachoeira:

- Ambu-lanchas - Projeto SAMU – 10 unidades;
- Resgate aéreo – helicóptero (planejamento no âmbito do DSEI);
- Ambulâncias – Projeto SAMU – 04 unidades.

Santa Isabel do Rio Negro:

- Aquisição de duas ambulâncias terrestres;
- Aquisição de três motores de popa 40 hp e voadeira de 7m (pólo base – viagem de atendimento de saúde);
- Aquisição de três ambulâncias fluviais completas para os pólos base.

Barcelos:

- Aquisição de dois motores 90 hp para resgate completo com cobertura e manete;
- Aquisição de cinco motores 40 hp com botes de 6,5m, para atender as comunidades de Moura, Romão, Tapiira, Floresta I e Tapera;
- Aquisição de microônibus para dar acesso às comunidades das vias vicinais.

1.6. Melhoria do acesso da população indígena e ribeirinha a serviços médicos, odontológicos e laboratorial (diagnósticos, análises clínicas e imagem) com especialidades, via fluvial, com aquisição de equipamentos e treinamentos de pessoal.

- Aquisição de um Barco Hospital equipado;
- Contratação de pessoal técnico qualificado;
- Capacitação para profissionais de saúde. **EM QUAL ÁREA?**

São Gabriel da Cachoeira: (especificar demanda)

Santa Isabel do Rio Negro: (especificar demanda)

Barcelos:

- Contratação de dois médicos e um dentista para atender a 2ª área indígena; um veterinário, e dois enfermeiros para atender Moura e Rio Unini e seis técnicos de enfermagem;
- Contratação de Agentes de Saúde. **QUANTOS?**

- **Aquisição de uma equipe odontológica completa e instrumentais;**
 - **Construção e implantação de 01 (um) centro especializado em odontologia (CEO), cm aquisição de equipamentos mínimos.**
- ONDE? SEDE OU RURAL?**
- **Aquisição de um barco hospital completo com consultório odontológico que possa resolver problemas básicos nas comunidades.**

1.7. Implantação de plano de capacitação e qualificação de profissionais de saúde, adequado ao perfil epidemiológico local e aos programas de saúde preconizados pelo Ministério da Saúde

São Gabriel da Cachoeira/Santa Isabel do Rio Negro/Barcelos:

- **Capacitar os profissionais de saúde na área técnica específica, respeitando o perfil epidemiológico local e adequando a atenção diferenciada para os povos indígenas;**
- **Ofertar formação dos Agentes Indígenas de Saúde em Agentes Técnicos Indígenas de Saúde no âmbito do Subsistema de Saúde Indígena do Alto Rio Negro.**

São Gabriel da Cachoeira: (especificar demanda)

Santa Isabel do Rio Negro:

- **Aumentar o número de agentes de saúde comunitário - sede e interior;**
- **Implantar um plano de capacitação e qualificação do profissional de saúde respeitando o perfil epidemiológico local.**

Barcelos: (especificar demanda)

1.8. Fornecimento de água potável, com instalação de rede de abastecimento de água nas sedes urbanas dos municípios e instalação de poços artesianos nas comunidades

São Gabriel da Cachoeira:

- Fornecimento de água potável com instalação de rede de abastecimento de água nas sedes urbanas (lauretê, sede, Taracuí, Pari-Cachoeira, Tunui Cachoeira, Cucui, Assunção do Içana) e instalação de poços artesianos nas comunidades nas cinco regiões administrativas;
- Na sede: criar uma subestação e laboratório de tratamento de água.

Santa Isabel do Rio Negro:

- Continuação e ampliação de perfuração dos poços artesianos com a contratação de serviços especializados, com estudos geológicos (Ex: CPRM, só Poços);
- Na sede: criar uma subestação e laboratório de tratamento de água. Oferecer capacitação de recursos humanos em laboratório de análise de água. (vigilância em saúde – FVS) – já existe o programa no Governo do Estado;
- Comunidades: construção de poços artesianos e unidades sanitárias nas comunidades mais populosas – Campina do Rio Preto, Roçado (para ampliação), Aquariquara, Tabocal do Enuixí, Boa Vista, Cartucho, Maçarabí, Espírito Santo, Castanheiro, Ilhinha, Sagrada Família (comunidade Yanomami), Pohoro (comunidade Yanomami), Cona (comunidade Yanomami), Bixuaçú (comunidade Yanomami), comunidade Maiá.

Barcelos:

- Aquisição de fábrica de anilhas para a construção de drenagens profundas em função da topografia plana;
- Aquisição de sistema de tratamento de água, com sistema de gotejamento de fluoretação e cloração mínima, para as 47 comunidades rurais;
- Perfuração de poços artesianos nas comunidades de maior aglomeração popular e instalação de banheiros comunitários, para as 47 comunidades rurais.

1.9. Instalação de rede de esgoto nas comunidades e sedes dos municípios

São Gabriel da Cachoeira: (especificar demanda)

Santa Isabel do Rio Negro:

- **Retroescavadeira para abertura de valas para drenagem de águas (a mesma retroescavadeira citada na abertura de tanques para a piscicultura);**
- **Sanitário seco nas comunidades Cartucho, Campina, Aquariquara;**
- **Sanitário completo (modelo da FUNASA) com reservatório de água (centro comunitário, escola) nas comunidades Cartucho e Nazaré.**

Barcelos: (especificar demanda)

PROGRAMA DE ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

2. Subprograma de Acesso Diferenciado aos Serviços de Educação

Projetos e Ações:

2.1. Melhoria da rede de transporte escolar, com aquisição de embarcações e equipamentos seguros, conforme demanda de cada município

São Gabriel da Cachoeira:

- **Aquisição de 13 barcos escolares de pequeno porte: Cabari à São Gabriel da Cachoeira; Waruá à São Gabriel da Cachoeira, Escola Pamáali, e dois barcos para cada região administrativa;**
- **Transporte escolar – terrestre (5 Ônibus: 2 Iauarete, 2 na sede, 1 micro ônibus para Taracuí) e fluvial (2 para cada Região Administrativa);**
- **Aquisição de voadeira com motor de popa e barco com motor de centro.**

Santa Isabel do Rio Negro:

- **Aquisição de um barco de médio porte (14 metros) para transporte escolar das comunidades para a sede (Comunidade do Chile, Comunidade Piracema, Comunidade Jutáí, Ilhinha e Sítio Tabocal);**
- **Aquisição de uma voadeira e motor de popa 15 hp coberta para transporte escolar – (Comunidade São João para a sede do**

município);

- **Aquisição de 10 rabetas de 5,5 hp e 10 canoas de 7 metros com cobertura para escolas nucleadas;**
- **Aquisição de voadeira com motor de popa e barco com motor de centro;**
- **Aquisição de voadeira com motor de 90hp 4T para apoio pedagógico (para os professores visitarem as comunidades);**
- **Aquisição de barco regional de 18 m para secretaria municipal de educação;**
- **Aquisição de barco escolar de pequeno porte para acesso aos igarapés;**
- **Aquisição de veículo com tração 4x4 para atender escolas com acesso por estradas.**

Barcelos:

- **Aquisição de voadeira com motor de popa e barco com motor de centro;**
- **Aquisição de barcos para implantar transporte escolar nas comunidades que necessitam. QUAL O TIPO DE EMBARCAÇÃO ADEQUADA?**
- **Criar sistema de nucleamento escolar por área ou rio para facilitar o acesso dos alunos às escolas;**
- **Aquisição de barco escolar para atender em comunidades pólos. QUAL O TIPO DE EMBARCAÇÃO ADEQUADA?**

2.2. Construção e melhoria da infra-estrutura e equipamentos das escolas rurais e urbanas e creches

São Gabriel da Cachoeira:

- **Estruturação das escolas: construção e ampliação. QUAIS ESCOLAS?**
- **Instalação de salas de informática e implantação de bibliotecas. QUAIS ESCOLAS?**
- **Equipamentos esportivos e espaços de área de lazer nas escolas. QUAIS ESCOLAS?**
- **Construção de 4 escolas (INAMBÚ, NOVA VIDA, AMIÚ, MAMBÉ);**
- **Implantar bibliotecas escolares nas escolas urbanas e rurais (60 escolas). QUAIS ESCOLAS?**
- **Construção de creches nas sedes urbanas das Regiões Administrativas em período integral.**

Santa Isabel do Rio Negro:

- **Investimento na estrutura física (construção e reforma) das escolas. Reforma: comunidade Ilha do Chile, Nazaré do Enuixi, Monte Alegre, Espírito Santo, Ilhina, Acarabixi. Construção: Areial, Jutai, Paraná de Santa Isabel, Paricatuba, Malalaha, Bixuaçu Yanomami e Mafi;**
- **Aquisição de kits de energia solar para escolas de comunidades que não dispõem de geração de energia. QUAIS ESCOLAS?**
- **Implantar bibliotecas escolares nas escolas urbanas e rurais: Campina do Rio Preto, Açaituba, Matozinho, Abianai, Tabocal do Enuixi, Boa Vista, Cartucho, Castanheiro, Massarabi e Aquariquara;**

- **Aquisição de equipamentos para apoio pedagógico (computadores convencionais e portáteis, impressoras, projetor “data show”, fotocopiadoras);**
- **Construção do alojamento do professor nas escolas, conforme orientação do MEC, nas comunidades Ilha do Chile, Nazaré do Enuixi, Monte Alegre, Espírito Santo, Ilhinha, Acarabixi, Areial, Jutaí, Paraná de Santa Isabel, Paricatuba, Malalaha, Bixuaçú Yanomami e Mafi.**

Barcelos:

- **Aquisição de kits de energia solar para escolas de comunidades que não dispõem de geração de energia. QUAIS ESCOLAS?**
- **Implantação de rede de internet nas escolas urbanas e em comunidades que possuam fornecimento de energia; (46 escolas)**
QUAIS ESCOLAS?
- **Implantar bibliotecas escolares nas escolas urbanas e rurais (47 escolas). QUAIS ESCOLAS?**
- **Construção e reforma de escolas com espaços adequados na zona urbana e zonas rurais. QUAIS ESCOLAS?**

2.3. Implantação do ensino fundamental nas escolas rurais (criação de núcleos escolares); cursos profissionalizantes e cursos superiores

São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos:

- **Implantação de cursos técnicos profissionalizantes (refrigeração, marcenaria, radiologia, prótese, contabilidade, eletrônica, mecânica, administração, turismo e outros);**
- **Implementar o programa da Faculdade Indígena Territorial na área da saúde em São Gabriel da Cachoeira, através da UFAM e da UEA para formação da mão de obra local em medicina, enfermagem, odontologia e outras que venham desenvolver as ações de saúde pública no território.**

Santa Isabel do Rio Negro:

- **Criação de ensino fundamental de 5 a 9 anos de nucleação escolar nas comunidades rurais. Faz-se necessário a criação de “escolas núcleos”, estrategicamente posicionadas de forma a centralizar e atender a maior quantidade de alunos possíveis, melhorando as condições físicas e o nível de ensino oferecido. Propostas de Escolas Núcleos: Matozinho, Massarabi e Cartucho;**
- **Unificar e planejar melhor o sistema educacional dos Yanomami (Secoya, Salesianos, SEDUC e SEMEC);**
- **Realização de seminários com as lideranças representativas dos povos indígenas e instituições envolvidas (MEC, SEDUC, SEMEC);**
- **Criar unidades de ensino superior da UEA, UFAM e IFAM.**

Barcelos:

- **Criar unidades de ensino superior da UEA, UFAM e IFAM**

2.4. Educação Escolar Indígena

São Gabriel da Cachoeira:

- **Implementação do magistério indígena e curso superior para professores (política de formação e capacitação de indígenas, tanto no nível fundamental, quanto no nível superior, para que os mesmos dêem aulas para os comunitários de sua própria etnia.**

Santa Isabel do Rio Negro:

- **Criação de cursos técnicos e superiores com o intuito de motivar os jovens. Para tanto é necessário a criação de um departamento de educação escolar indígena;**
- **Realização de uma conferência sobre educação escolar indígena junto aos órgãos estaduais e federais de educação;**
- **Realização da 2ª Conferência Municipal de Educação (organização da escrita das Línguas indígenas, implementação e estruturação do Sistema Municipal na Educação Escolar (educação infantil, fundamental, médio, superior).**

Barcelos: (especificar demanda)**2.5. Melhoria da qualidade da educação****São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos:**

- **Continuidade aos programas e projetos iniciados por gestores públicos municipais anteriores;**
- **Adequação da proposta pedagógica e dos conteúdos programáticos à realidade das comunidades indígenas;**
- **Implantar curso de formação continuada para professores municipais **QUAIS CURSOS?****
- **Elaboração de projeto político-pedagógico para as escolas;**
- **Contratação de assessoria pedagógica.**

PROGRAMA DE ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS**3. Subprograma de Acesso aos Serviços de Comunicação e Transporte****Projetos e Ações:****3.1. Implantação de Sistemas de Comunicação (fonias e/ou telefones)**

São Gabriel da Cachoeira:

- Aquisição de 35 kits de radiofonias completos (placa solar, antena e bateria);
- Aquisição de 19 baterias, 19 antenas e 19 placas solar (definir conforme as cinco regiões administrativas, sendo 7 por região. (para completar as radiofonias do DSEI);
- Aquisição de 54 pára-raios;
- Elaboração do Regimento interno do uso da radiofonia;
- Contratação de um técnico por tempo determinado para manutenção das radiofonias.

Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos:

- Implantação de radiofonia nas comunidades: Mafi, Açaituba, Samauma, Tapereira, Acarabixi, ACIMRN, Monte Alegre (Santa Isabel do Rio Negro);
- Implantação de radiofonia nas comunidades: Castanheiro, Boa Vista, Abianai, Areial, São Francisco (Barcelos);
- Apoio técnico e manutenção especializada das radiofonias;
- Elaboração do Regimento interno do uso da radiofonia;
- As radiofonias deverão estar cadastradas na frequência do DSEI/Secretaria Municipal de Saúde/SEMSA/Santa Isabel do Rio Negro;
- Implantar unidades de tele centros nos bairros e comunidades rurais.

Barcelos:

- Instalação de radio fonias e/ou telefones nas comunidades. **QUAIS?**

3.2. Formação de pessoal técnico para operar equipamentos de comunicação**São Gabriel da Cachoeira/Santa Isabel do Rio Negro/Barcelos:**

- Curso de operador de radiofonia para todo o território;
- Curso de Técnico de manutenção especializada em radiofonias;

3.3. Implantação, Manutenção e Recuperação da Malha Viária

São Gabriel da Cachoeira/Santa Isabel do Rio Negro/Barcelos:

- **Aquisição de patrulha mecanizada: Trator de Esteira + retro-escavadeira + Motoniveladora + rolo compactador pé-de-carneiro + rolo compactador liso + Caçambas 12m³ + Pá-mecânica**

Santa Isabel do Rio Negro:

- **Abertura de estrada de acesso da comunidade Caminho do Paraguay para a cidade, pois atualmente é feita atravessando a pista do aeroporto;**
- **Ampliação de ramais: Tibaha - Aeroporto, Jabuti – Aeroporto, Jabuti-Cachoeira do Piraíba, Aeroporto - Cabeceira do Igarapé do Dará, Comunidade Acaricoara - Igarapé Açu;**
- **Manutenção das estradas do Tibaha e do Jabuti;**
- **Seminário junto às instituições competentes para discussão de um plano operacional junto às comunidades Yanomami para facilitar o acesso das comunidades Yanomami à sede do município de Santa Isabel do Rio Negro.**

Barcelos:

- **Recuperação da Estrada do Caurés (33km); do Ramal do Eloi (12 km); da Estrada da Central (5 km); da Estrada do Santo Antônio (5 km); da Estrada Barcelos – Caurés e do Ramal do Eloi;**
- **Construção da estrada (Jabuti – Piraíba);**
- **Aquisição de máquinas para conservação das estradas. QUAIS MÁQUINAS E QUAIS COMUNIDADES?**
- **Construção de muro de contenção na orla especialmente nas encostas de maior inclinação.**

3.4. Implantação de Sistemas de Transporte Coletivo Público Regular e Estruturação de uma Base de Serviços de Comercialização Territorial

São Gabriel da Cachoeira:

Necessidade de aquisição e construção de infra-estrutura de transporte coletivo e de serviços de comercialização por Regional:

REG. ADM. HINIÁLLI (Calha do rio Içana e afluentes)

- **Barcos de grande porte (16/18mt) - São Gabriel a Tunuí;**
- **Barcos de pequeno porte -Tunuí a Aracu;**
- **Bongos - Aracu acima;**

- **Centros de Armazenamentos – Depósitos;**
- **Sistema de Comunicação (radiofonia).**

REG. ADM. MARIÉ E CUABURIS (Baixo Rio Negro e afluentes, BR-307 e Região Ianomâmi)

- **Barco público de 18 metros – linha;**
- **Porto da comunidade de Tancredo Neves;**
- **Porto de Camanaus (cidade) – O Município deve assumir meio porto já construído e lutar pela construção da área restante.;**
- **Caminhão coberto e ônibus - Comunidade Balaio na BR 307.**

REGIÃO IANOMAMI

- **Caminhão coberto (Para atender o trecho cidade, BR-307 até o igarapé lá-mirin);**
- **Bongos;**
- **Limpeza de Canal;**
- **Ponte de Ariabú – maturacá;**
- **Casa de Apoio no porto do Igarapé Ia-Mirim.**

REG. ADM. ALTO RIO NEGRO E XIÉ.

- **Barco público de Linha – 18 m;**
- **Bongo - Cumatí e Anamuim;**
- **Construção de Estaleiro naval público – na região da ilha das flores.**

RG. ADM. ALTO WAUPÉS E PAPURÍ

- **Recuperação da Estrada Ipanoré e Urubuquara (6km);**
- **Construção de 02 portos – Ipanoré e urubuquara;**
- **Construção de 02 casas de apoio - Ipanoré e Urubuquara;**
- **Sistema de comunicação – Rádio fonia em Ipanoré e Urubuquara;**
- **Dois Caminhões e duas carretas para voadeira e bongo;**
- **Barco público de linha – 16 metros – urubuquara / Iauareté;**
- **Barco público de linha - 18 metros – Ipanoré / SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA**

REG. ADM – BAIXO UAUPÉS E TIQUIÉ –

- **Barco público de 18 metros – Pari / São Gabriel da Cachoeira;**
- **Balsa – Transporte de carga Pari/São Gabriel da Cachoeira;**
- **Caminhão com carreta para voadeiras em Pari-Cachoeira;**
- **Abertura de Estrada – Pari /São Sebastião / Bela Vista;**

- Ônibus – São Sebastião / Bela vista / Parí;
- Um jerico com carreta basculante – Taracuí;
- Construção de 02 portos de carga e descarga – Pari-Cachoeira;
- Construção do porto de Taracuí.

Santa Isabel do Rio Negro:

- Construção de abrigo nas paradas de ônibus para os estudantes na sede do município.
- Aquisição de um barco para escoamento da produção das comunidades até a sede do município (17 m, 15 toneladas, motor 50 hp) e três batelões (para comunidades Cabeceira do Rio Preto, Enuixi e Jurubaxi) de 10 m, 04 toneladas, motor rabeta 13 hp, a diesel, Yamaha;
- Construção de uma feira municipal na sede do município;
- Aquisição de uma fábrica de gelo (10 toneladas/dia);
- Elaborar calendário anual de escoamento da produção por região;
- Plano de negócio para os produtos excedentes, ex: farinha de mandioca;
- Organizar os produtores para aderir ao programa do PAA- CONAB;
- Construção de uma casa de apoio anexo ao mercado (alojamento temporário) para os produtores no período de realização da feira;
- Aquisição de um caminhão para transporte da produção nas estradas vicinais;
- Aquisição de uma grade aradora e uma roçadeira (para equipar trator);
- Embarcação de 13 a 15 metros, 4m largura, estilo baleeira, com motor marítimo MWM 3 cilindros, 1 reversor ZF 4x1 etc.

Barcelos: (especificar demanda).

PROGRAMA DE ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

4. Subprograma de Acesso aos Serviços de Energia e Habitação

Projetos e Ações:

4.1. Implantação de infra-estrutura de Energia (Programa Luz para Todos) e Manutenção da Rede

São Gabriel da Cachoeira

- **Implantação do Programa Luz Para Todos nas comunidades de: Taracuá, Jerusalem alto Içana, Ukuki Cachoeira, Wapui Cachoeira, Panapana, Tabocal dos Pareira, Campinas rio Xié, Vila Nova rio Xié, Anamuim, Itaperera, Mabé;**
- **Fornecimento de energia a Comunidade Ilha Duraca. (ver projeto do programa luz para todos);**
- **Distribuição de energia para a comunidade de São José em Cucuí (ver projeto do programa luz para todos).**

Santa Isabel do Rio Negro:

- **Implantação de energia elétrica: estrada do Tibaha-Aeroporto; Comunidade de Aquariquara (energia integral), Comunidade de Malalaha, Maf, Areial, Águas Vivas, Tabocal do Enuixi;**
- **Melhoramento da iluminação pública na sede do município.**

Barcelos: (especificar demanda)

4.2. Construção e Recuperação de Moradias

São Gabriel da Cachoeira:

- **Melhorar as estruturas habitacionais dos imóveis em más condições de infra-estrutura, ou seja, não abrir novos bairros e sim verificar a situação de moradia das pessoas que vivem em condições precárias, por exemplo, reformando unidades habitacionais já existentes;**
- **Reformar e ampliar as moradias existentes e construir casas de apoio à população que vem das comunidades e permanecem em trânsito na cidade de São Gabriel da Cachoeira;**
- **Construção de casas nas comunidades rurais, de acordo com as assembléias regionais. A prefeitura deverá construir casas nas comunidades para inibir a migração para a sede do município em busca de melhores condições de habitação;**

Santa Isabel do Rio Negro:

- **Construção de moradias tradicionais nas comunidades: Campinas do Rio Preto, Acariquara, Espírito Santo, Nazaré, Enuixi, Tabocal, Boa Vista, Massarabí, Uacará, Malalaha, Roçado, Castanheirinho.**

PROGRAMA DE ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

5. Subprograma de Acesso aos Direitos Civis, Culturais e Esportivos

Projetos e Ações:

5.1. Implantação de espaços culturais e para lazer ativo e contemplativo.

São Gabriel da Cachoeira/Santa Isabel do Rio Negro/Barcelos:

- **Construção espaços de convivência nos bairros na sede urbana (praças, parques, áreas verdes);**
- **Construir um espaço cultural para as atividades socioculturais (ponto de cultura).**

São Gabriel da Cachoeira:

- **Necessidade de projeto, aquisição e construção de: Praças; Orla fluvial; Prédios históricos; Espaços esportivos; Parque Ecológico Municipal e Centro Cultural (espaço físico com estrutura para apresentações e desenvolvimento de atividades artísticas culturais).**

Barcelos: (especificar demanda)

5.2. Implantação de espaços, equipamentos e programas desportivos.

São Gabriel da Cachoeira/Santa Isabel do Rio Negro/Barcelos:

- Implantação de um complexo esportivo e cultural, composto de quadras, pistas de corrida, arquibancadas, praça infantil, equipamentos para ginástica, vestiários, banheiros públicos e espaço para palestras;

São Gabriel da Cachoeira:

- Construção de quadras esportivas por regiões administrativas

Santa Isabel do Rio Negro:

- Construção de quadra esportiva (centro de recreação desportiva): Cartucho, Massarabí, Campina do Rio Preto, Roçado, Nazaré, Aquariquara, Espírito Santo, Ilhinha, Bairro de Santa Ana (sede), Bairro de Santa Inês (sede), Bairro Dom Walter (sede).

Barcelos: (especificar demanda)

5.3. Garantia aos Direitos Civis

- Realizar mutirão de documentação em conjunto com os órgãos competentes no nível do território. **QUAIS COMUNIDADES?**
- Disponibilização de agências bancárias itinerantes para levar benefícios até as comunidades dos municípios, fazendo com que o recurso advindo dos mesmos beneficie as próprias comunidades, dinamizando a economia das mesmas e diminuindo o custo dos beneficiários dos programas sociais com viagens;
- Financiamento para compra do barco CRAS itinerante para o atendimento nas comunidades indígenas;
- Implantar Defensoria Pública nos municípios;
- Aquisição de um veículo (kombi).

Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos:

- Implantar postos do INSS ou agência itinerante.

Barcelos:

- Construção de um complexo para execução de programa de desintoxicação e reabilitação de dependentes químicos;
- Construção de “Casa de Proteção da Criança e do Adolescente”;
- Implantação da Delegacia da Mulher.

2º. PROGRAMA - GERAÇÃO DE RENDA E MEIO AMBIENTE

1. Subprograma voltado para a Produção Agrícola, Pesqueira e Produtos Extrativistas

Projetos e Ações:

1.1. Apoio à diversificação e ao aumento de escala da produção agrícola, pesqueira e extrativista

São Gabriel da Cachoeira/Santa Isabel do Rio Negro/Barcelos:

- Realização de diagnósticos sócio-econômicos e de potencialidades produtivas;
- Incentivo ao Extrativismo sustentável de produtos vegetais (cipó, borracha, óleos vegetais, piaçaba, madeira);
- Execução de um programa de diversificação da produção rural, com implantação de aquicultura, manejo da pesca, fruticultura (assistência técnica, capacitação para a produção, financiamento dos meios de produção);
- Incentivo às atividades de piscicultura, melhoria da fabricação de farinha, beneficiamento de frutas e outros como, castanha-do-brasil, avicultura, piaçava, camu-camu;
- Construção de uma unidade de recepção de pós-lavas e laboratório para reprodução de alevinos;
- Aquisição de uma retroescavadeira (construção de tanques escavados para criação de peixe na sede e nas comunidades);
- Realizar estudo de viabilidade da potencialidade pesqueira;
- Realizar acordo de pesca através da associação e comunidades;
- Inserir peixes na lista de espécies protegidas (seguro defeso);
- Realizar o Registro Geral da Pesca – RGP.

São Gabriel da Cachoeira:

- Incentivo a criação de galinha caipira e meliponicultura;
- Piscicultura / manejo da pesca / recursos pesqueiros por Regiões Administrativas.

Santa Isabel do Rio Negro:

- Incentivo a criação de pequenos e médios animais com tecnologia adaptada;
- Aquisição de equipamento: tela para galinheiro, bebedouros, comedouros, telhas, ração (inicial e final), pinto, medicamentos;
- Aquisição de matrizes e reprodutores de ovinos, raça santa Inês.

Barcelos:

- Abertura de tanques para piscicultura (aquisição de Retroescavadeira).

1.2. Fortalecimento das estruturas de armazenamento e agroindustrialização**São Gabriel da Cachoeira: (especificar demanda)****Santa Isabel do Rio Negro:**

- Aquisição de casas de farinha completas (construção e equipamentos) para comunidades Areial, Castanheiro, Espírito Santo, Nazaré do Enuixi, Masarabí, Maf, Castanherinho, Campina do Rio Preto, Roçado, Estrada do Jabuti, Aeroporto, Tibaha (10), Iha do Chile, Paraná de Santa Isabel, Malalaha, Ilhinha;
- Aquisição de unidade de beneficiamento de frutas (cupuaçu, abacaxi, açaí etc);
- Aquisição de uma unidade de beneficiamento de castanha;
- Oficina de manejo de boas práticas de coleta de castanha.

Barcelos:

- Construção de galpão para armazenamento da produção rural;
- Incentivo ao beneficiamento da produção, com implantação de agroindústrias, inclusive de produção de ração para peixes, fábrica de vassouras de piaçava.

1.3. Oferta de assistência técnica de qualidade, cursos de formação dirigidos aos agricultores e fomento ao crédito

São Gabriel da Cachoeira/Santa Isabel do Rio Negro/Barcelos:

- **Ampliação do quadro de técnicos extensionistas de nível médio e superior (contratação de eng. agrônomo, eng. florestal, eng. de pesca, zootecnista, médico veterinário), capacitação de recursos humanos e aquisição de equipamentos e veículos;**
- **Realização de Seminários Territoriais para debate sobre o modelo de assistência técnica no Território;**
- **Oferta de assistência técnica de qualidade para melhorar a produtividade dos sítios;**
- **Elaborar plano de manejo (IDAM) para adquirir licenciamento ambiental (IPAAM) e elaborar plano de negócios;**
- **Orientação para o uso de equipamentos e implementos agrícolas através da assistência técnica (projeto da SEPROR);**
- **Capacitação técnica aos agricultores/extrativistas através de cursos de capacitação em: fruticultura, piscicultura, manejo da madeira, manejo da castanha-do-brasil;**
- **Capacitação para os técnicos extensionistas sobre cultivos tradicionais, fruticultura, piscicultura, manejo da madeira, manejo da castanha-do-brasil;**
- **Capacitação de cultivos tradicionais para os técnicos;**
- **Criar canais de acesso ao crédito PRONAF para aumentar a produção e oferta de alimentos;**
- **Dar suporte aos povos indígenas e agricultores para acessarem a linha de crédito PRONAF e outras;**
- **Realizar eventos para democratizar informações sobre crédito PRONAF junto aos agricultores;**

São Gabriel da Cachoeira

- **Oferecer ATER para Regiões Administrativas: Médio, Alto Waupés e Tiquié; Alto Rio Negro-Xié; Baixo Waupés e Tiquié; Hiniáli; Marié Cauburis; Táwa (cidade de São Gabriel);**
- **Adaptação dos programas de crédito (PRONAF e outros) para atender a realidade das populações indígenas.**

Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos:

- **Instalação de um posto do Banco do Brasil e Banco da Amazônia, ou ação itinerante de crédito.**

Barcelos:

- **Contratação de técnicos, aquisição de equipamentos e veículos, disponibilização de recursos financeiros para custeio das atividades de extensão rural. QUAIS?**

2. Subprograma voltado para Formas Organizativas e Conselhos Ambientais

Projetos e Ações:

2.1. Fomento à criação de cooperativas e associações

São Gabriel da Cachoeira/Santa Isabel do Rio Negro/Barcelos:

- **Estruturação e fortalecimento político-institucional das organizações nas suas atividades (formação e capacitação);**
- **Criação de unidades cooperativas para venda de produtos agropecuários**
- **Fomentar a criação de cooperativas de extrativistas.**
- **Fomento a criação de cooperativas de pescadores;**
- **Cursos de formação dos conselheiros;**
- **Implantação de cantinas nos piaçabais.**

Santa Isabel do Rio Negro: (definir demanda)

Barcelos:

- **Fortalecimento das cooperativas de Barcelos (COMAGEPT) para comprar o produto e sair da dependência de atravessadores;**
- **Equipar a sede do Conselho Tutelar de Barcelos.**

2.2. Fomento à Criação de Leis Ambientais e Fiscalização Ambiental

São Gabriel da Cachoeira/Santa Isabel do Rio Negro/Barcelos:

- **Implementar a lei que obriga as escolas municipais incluírem no currículo escolar o tema educação ambiental;**
- **Criar uma legislação municipal para a preservação e conservação do meio ambiente;**
- **Garantir a fiscalização de atividades que provocam impacto ambiental pelos órgãos ambientais competentes;**
- **Estruturação dos órgãos municipais (defesa civil e Secretaria Municipal de Meio Ambiente): aquisição de duas voadeiras com motor de popa 40 hp e duas viaturas tipo pick'up (uma de cada – ma e dc) e equipamentos de proteção individual (macas, coletes, rádio portátil móvel e rádio fonia etc.).**

Santa Isabel do Rio Negro:

- **Construção do plano diretor participativo do município de Santa Isabel do Rio Negro**

Barcelos: definir demanda

2.3. Fomento à Educação Ambiental e Fortalecimento de Conselhos Ambientais

São Gabriel da Cachoeira/Santa Isabel do Rio Negro/Barcelos:

- Criar uma política de educação ambiental.
- Promover campanhas publicitárias educativas de meio ambiente nos meios de comunicação – secretaria de meio ambiente, escolas, associações de bairros e comunidades;

Santa Isabel do Rio Negro:

- Delegar equipe para ativar os conselhos – CMDRS (SEMPA E IDAM) e SEMAT (conselho de Meio Ambiente e Turismo)
- Rever a participação dos representantes nos conselhos

Barcelos: definir demanda

PROGRAMA DE GERAÇÃO DE RENDA E MEIO AMBIENTE

3. Subprograma voltado para o Turismo

Projetos e Ações:

3.1. Elaboração de Planos Municipais de Turismo

São Gabriel da Cachoeira/Santa Isabel do Rio Negro/Barcelos:

- **Elaboração de diagnóstico para identificar as potencialidades do turismo no território (Barcelos vai reavaliar o diagnóstico existente);**
- **Socialização, debate e construção participativa do Plano junto à população local;**
- **Sensibilização e esclarecimento das comunidades quanto ao interesse na execução do projeto de turismo de pesca esportiva;**
- **Delineamento do mapa turístico do território, com definição de rotas e ordenamento do turismo de pesca já existente;**
- **Estruturação das rotas turísticas, com financiamento para aquisição de embarcações adequadas para o turista visitar os principais pontos turísticos;**
- **Regulamentação do turismo por parte do legislativo e executivo com a participação da população.**

São Gabriel da Cachoeira:

- **Programa de estruturação da cadeia do turismo.**

3.2. Formação de Mão de Obra e Educação para o Turismo

São Gabriel Da cachoeira/Santa Isabel do Rio Negro/Barcelos:

- **Oferecimento de cursos técnicos profissionalizantes para formação de mão de obra qualificada para o setor do turismo, através do IFET;**
- **Realização de campanhas de conscientização para o turismo livre da exploração sexual infantil**

3.3. Estruturação da cadeia do artesanato

São Gabriel da Cachoeira: artesanato de piaçaba

- **Região Administrativa Médio, Alto Waupés e Papurí;**
- **Região Administrativa Baixo Waupés e Tiquié;**
- **Região Administrativa Hiniáli.**

Santa Isabel do Rio Negro: (especificar demanda).

Barcelos:

- **Construção de 50 fossas sanitárias em três comunidades que vão receber turistas. QUAIS COMUNIDADES?**

- **Construção de Central de Artesanato, um galpão com bancadas, almoxarifado, máquinas e loja de vendas;**
- **Galpões para os grupos de danças “Cardinal” e “Acará-Disco” com quatro máquinas de costura, almoxarifado, computador, ferramentaria completa e cozinha industrial;**
- **Estruturar o parque indígena do Srº. Américo (projeto já existe);**
- **Fábrica de doces caseiros – galpão com despoldadeira, Freezers, cozinha industrial.**

3.4. Instalação de esgoto sanitário nas sedes urbanas dos municípios, aterros sanitários e coleta seletiva de lixo;

São Gabriel da Cachoeira:

- **Construção de usina de compostagem;**
- **Aterro sanitário.**

Santa Isabel do Rio Negro:

- **Implantar programa de coleta seletiva de lixo;**
- **Construir aterro sanitário;**
- **Construção de uma usina de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos.**

Barcelos:

- **Implantação de Programa de Coleta Seletiva de Lixo;**
- **Aquisição de caminhão com divisórias para coletar;**
- **Construção de usina de compostagem;**
- **Aquisição de fragmentadora de vidros;**
- **Aquisição de máquina compactadora de metal e plástico;**
- **Construção de armazém;**
- **Aquisição de 100 caixas coletoras com divisão para reciclagem de lixo.**

O Sistema de Documentação, Monitoramento e Divulgação dos Resultados

Este componente envolve todas as atividades ligadas ao gerenciamento administrativo, monitoramento técnico, divulgação das atividades do Plano de Etnodesenvolvimento Rio Negro da Cidadania. A proposta é delinear um sistema de coleta, documentação, análise e uso das informações que seja sistemático, eficiente e acima de tudo útil. Serão definidos indicadores quantitativos e qualitativos²⁰ para cada projeto.

Os indicadores serão selecionados quando os objetivos e as metas de cada projeto forem discutidos e acordados entre as comunidades (rurais ou urbanas) e as instituições envolvidas. Os indicadores serão definidos também em função da escala temporal de aferição (curto, médio e longo prazo), da disponibilidade de dados e da facilidade com que possam ser registrados. Igualmente será importante definir para cada atividade ou situação o grau de precisão das informações a serem obtidas. Para cada indicador serão definidos os métodos de coleta, de registro, de análise e partilha de informações. Os momentos chave oportunos para medir cada indicador também serão previamente planejados.

É importante salientar que nem todos os participantes do projeto irão documentar e monitorar todas as atividades a todo momento. Dependendo da complexidade das análises e principalmente das finalidades dos registros, a documentação será feita por diferentes pessoas e grupos. Os métodos de monitoramento e seus respectivos instrumentos serão definidos considerando seus diferentes usuários. Para a população local esses métodos serão baseados nas habilidades e recursos locais.

Os resultados das atividades, encaminhamentos e decisões obtidas em reuniões e oficinas de trabalho serão documentados sistematicamente. Isso ajudará a (i) identificar onde ajustes devem ser feitos (planos de trabalho, estratégias de ação,

²⁰ Os indicadores quantitativos provêm informação numérica, enquanto que os indicadores qualitativos expressam opiniões e experiências. Independentemente de sua natureza os indicadores devem ser relevantes, práticos, confiáveis e exeqüíveis.

cronogramas e/ou orçamentos); (ii) verificar se as atividades estão sendo desenvolvidas conforme planejadas; (iii) melhorar a eficiência e eficácia das atividades; (iv) representar oportunidade de aprendizagem daquilo que funcionou e não funcionou e suas razões; (v) verificar se as atividades estão desencadeando impactos negativos imprevistos e (vi) orientar as tomadas de decisão.

Serão realizados eventos regulares de avaliação, planejamento e monitoramento técnico dos projetos periodicamente através de relatórios trimestrais e anuais, publicações e/ou folders divulgacionais.

Tanto o andamento dos projetos como seus resultados finais serão apresentados em oficinas de trabalho, reuniões, seminários e publicações (científicas e produção de material pedagógico como cartilhas, informativos etc), envolvendo em cada um desses eventos diferentes pessoas, grupos e instituições, segundo seus objetivos e participação. A forma de apresentação dos resultados dependerá (i) dos usuários; (ii) do tipo de informação coletada (qualitativa ou quantitativa); (iii) das ferramentas de coleta utilizadas e (iv) dos recursos e tempo disponíveis.

Bibliografia

ARAÚJO, A. V. *et. al.* Povos indígenas e a lei dos brancos: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

AZEVEDO, M. M. Urbanização e migração na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, s/d.

BONFIL BATALLA, G. America Latina: Etnodesarrollo, Etnocidio. Costa Rica: Ediciones FLACSO, 1982.

CHAMBERS, R, 1995 **Pradigm shifts and practice of participatory research and development**. In: Nelson & Wright, Power and Participatory development: Theory and Practice, 1995.

COSTA, R. C. Etnoconhecimento, saber local e a mundialização. III Encontro da ANPPAS. Brasília-DF

FOIRN/ISA. Povos Indígenas do Rio Negro: uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN; São Paulo: ISA, 2006

FUNAI, 2009. Plano Estratégico 2009-2010: por uma gestão integrada e compartilhada.

GARNELO L. Controle social em saúde indígena no alto rio Negro. *Revista de Extensão da Universidade do Amazonas*, vol. 1, n.2, pp. 41-52, 2001.

GIATTI, L. L. Reflexões sobre a água de abastecimento e saúde pública: um estudo de caso na Amazônia brasileira. *Saúde e Sociedade*, v.16, n.1, p.134-144, 2007.

INCRA. 2007. SIPRA. Manaus: Superintendência Regional do Amazonas (SR 15).

Instituto Socioambiental, 2008. Visões do Rio Negro: construindo uma rede socioambiental na maior bacia de águas pretas do mundo. São Paulo: ISA, 2008.

Instituto Socioambiental, 2008. Rio Negro, Manaus e as Mudanças no Clima. São Paulo: ISA, 2008.

Levantamento de necessidades socioambientais em comunidade indígena do distrito de Iauaretê do município de São Gabriel da Cachoeira /AM. USP/FIOCRUZ/FUNASA,

LITTLE, 2002. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, ano 2, n.3, p.33-52, 2002

MDA/SDT, 2005. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Guia para o Planejamento. Documento de Apoio Nº 2. 62 p. Brasília: MDA/SDT, 2005.

MDA/SDT, 2006. Relatórios das Oficinas do Território Rio Negro da Cidadania Indígena. Brasília: MDA/SDT, 2006.

MDA/SDT/DETER/CGPT, 2009. Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS. Brasília: MDA/SDT, 2009.

MELIÁ, B. Educação indígena na escola. Caderno CEDES, ano XIX, n.49, 1999.

Ministério da Saúde/FUNASA, 2007. Plano Distrital de Saúde Indígena 2008-2009.

NELSON, N & WRIGHT, S. **Power and Participatory development: Theory and Practice**. London, 1995.

O PITSIRO PAMÁALI. Boletim Trimestral da Escola Baniwa Coripaco Pamáali.. Edição II, set/out/nov, 2008.

OLIVEIRA, J. P.; FREIRE, C. A. R. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006.

Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável. Guia para o Planejamento. Documento de apoio Nº 02. Publicado pela SDT/MDA em outubro de 2005.

Projeto de Piscicultura Alto Tiquié. Comunidades/CRETIART/FOIRN/ISA. Informativo n.1, dez, 1999.

Projeto do Centro de Referência Cultural, Comercialização e Capacitação dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 2008.

Programa Gestão Pública E Cidadania - Na Trilha da Cidadania: iniciativas para a promoção dos direitos das comunidades indígenas. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2004.

Santa Isabel do Rio Negro, AM: situação socioambiental de uma cidade ribeirinha no noroeste da Amazônia brasileira. São Paulo: Instituto Socioambiental; Santa Isabel do Rio Negro, AM: ACIMRN – Associação das Comunidades indígenas do Médio Rio Negro; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2008.

SANTOS, G. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Plano Diretor do Município (Lei Municipal no. 2009 de 21/11/2006).

SEPLAN. 2004. Anuário Estatístico do Estado do Amazonas – Ano base: 2000. Manaus: Governo do Estado do Amazonas.

SLOCUM, R.; THOMAS-SLAYTER, B. Participation, empowerment, and sustainable development. In: SLOCUM, R.; WICHHART, L.; ROCHELEAU, D.; THOMAS-SLAYTER, B. (Ed.) **Power, process and participation: tools for chance**. London: Intermediate Technology Publications, 1995.

SHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, ano 6, n.11, p.88-125, 2004

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Anuário Antropológico, n.84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

WEIGEL, V. A. C. M. Os Baniwa e a escola: sentidos e repercussões. *Revista Brasileira de Educação*, n. 22, p.5-13, 2003.

Sites consultados:

Portal da Amazônia. <http://www.portalamazonia.globo.com>

SDT. 2005. Atlas Territórios Rurais. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sdt>.

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM: <http://www.idam.am.gov.br>

TESOURO NACIONAL. 2008. Convênios: Estados e Municípios. Disponível em: http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2000. PNUD. Disponível para download em: <http://www.pnud.org.br/atlas>

IBGE, 2000. Censo Demográfico. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/12_consumo.pdf

IBGE Cidades, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

IBGE. 2007. **Sistema** IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

SIASI – FUNASA, 2008. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/internet/desai/sistemaSiasiOperacionalizacao.asp>

SECAD/INEP, 2005. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/enade/2005/portaria_2707.pdf

MEC/INEP/Censo Educacional, 2008. Disponível em: [http:// www.inep.gov.br/](http://www.inep.gov.br/)

Ministério da Saúde, DATASUS, 2003.

SEFAZ-AM, 2008. Disponível em: <http://www.sefaz.am.gov.br/>

Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://www.socioambiental.org>

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas.
Disponível em: <http://www.sds.am.gov.br>

Ministério da Educação. Disponível em: [http:// www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)

Prefeitura de Barcelos-AM. Disponível em: [http:// www.portalbarcelos.blogspot.com](http://www.portalbarcelos.blogspot.com)

EMPBRAPA Monitoramento por Satélite. Disponível em:
[http:// www.deme.cnpm.embrapa](http://www.deme.cnpm.embrapa)